

INSTITUTO
SUPERIOR
DE CONTABILIDADE
E ADMINISTRAÇÃO
DO PORTO
POLITÉCNICO
DO PORTO

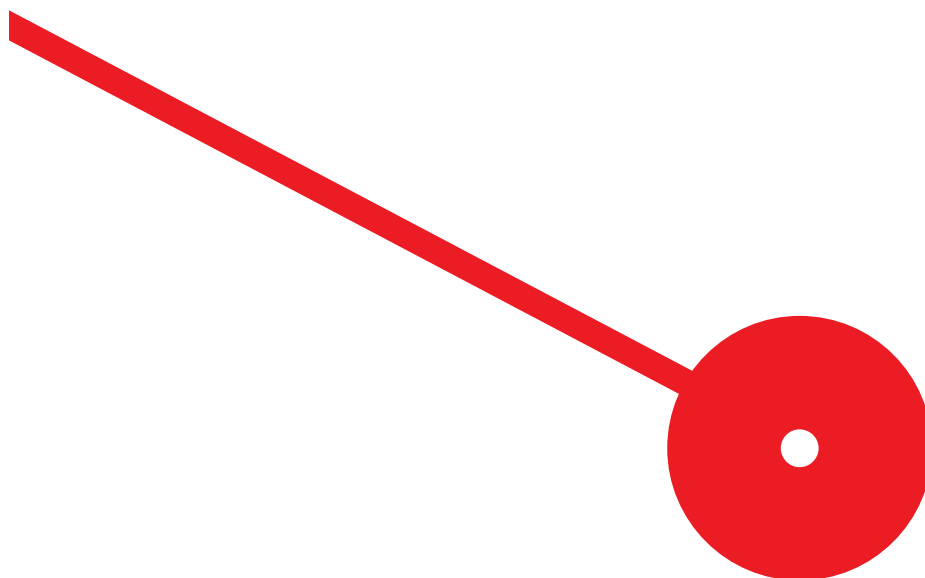
M

MESTRADO
EM ASSESSORIA DE ADMINISTRAÇÃO

O Programa Nacional de Assistência Estudantil: um estudo de caso no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – *Campus Cuiabá/Bela Vista*

Reinaldo Silva Barbosa

10/2019





O Programa Nacional de Assistência Estudantil: um estudo de caso no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – *Campus Cuiabá/Bela Vista*

Reinaldo Silva Barbosa

Dissertação de Mestrado apresentado ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto para a obtenção do grau de Mestre em Assessoria de Administração, sob orientação do Especialista Mestre Paulo Jorge Pinheiro Gonçalves e Doutora Luciana Gomes de Oliveira.

Resumo

Contextualização - O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) foi criado com a finalidade de democratizar o acesso e ampliar as condições de permanência e êxito dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) brasileiras.

Objetivo geral - Analisar a implementação do Programa de Assistência Estudantil (PAE) no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT) - *Campus Cuiabá/Bela Vista*, período 2014 – 2018, em relação ao PNAES.

Metodologia – Estudo de caso e pesquisa descritiva, de corte transversal, com triangulação metodológica, com recurso a amostras de conveniência, com estudantes e técnicos servidores da Comissão de Permanente de Assistência Estudantil do IFMT - *Campus Cuiabá/Bela Vista* (CPAE), como unidade de análise.

Resultados - A investigação demonstrou que a implementação do PAE no IFMT-*Campus Cuiabá/Bela Vista* é fundamental para a permanência e êxito dos beneficiados e promoção da inclusão social. Concluímos ainda que as verbas não são suficientes para a demanda, além da burocracia excessiva no processo de seleção, atrasos nos pagamentos e ausência de ferramentas tecnológicas, para avaliar e medir o desempenho do PAE.

Limitações/Implicações – Os resultados obtidos precisam ser analisados com cautela, em termos da sua generalização e inexistência de uma base de dados dos beneficiados, bem como, a dificuldade em realizar uma ampla análise na discussão de resultados, face aos poucos trabalhos nacionais. Quanto às implicações teóricas destacamos a relevância do PNAES nas instituições federais de ensino, enquanto mecanismo de desenvolvimento e inovação social. As implicações práticas do estudo permitem indicar algumas recomendações de gestão educativa para o PAE.

Originalidade - A principal originalidade decorre de ser a primeira pesquisa sobre esta temática no *Campus*, bem como os dados recolhidos possibilitam análise da implementação do PAE.

Palavras chave: Assistência Estudantil. PNAES. IFMT-*Campus Cuiabá/Bela Vista*. Permanência. Resultados.

Abstract

Contextualization - The National Student Assistance Program (PNAES) was created with the purpose of democratizing access and expanding the conditions of permanence and success of students in a situation of socioeconomic vulnerability in the Brazilian Federal Higher Education Institutions (IFES).

General objective - To analyze the implementation of the Student Assistance Program (PAE) at the Federal Institute of Education, Science and Technology of Mato Grosso (IFMT) - Cuiabá / Bela Vista Campus, period 2014 - 2018, in relation to PNAES.

Methodology - Case study and descriptive cross-sectional research with methodological triangulation, using convenience samples, with students and technical staff of the IFMT Student Assistance Standing Committee - Campus Cuiabá / Bela Vista (CPAE), as a unit in analyze.

Results - The research showed that the implementation of the SAP in the IFMT-Campus Cuiabá / Bela Vista is fundamental for the permanence and success of the beneficiaries and the promotion of social inclusion. We also conclude that the funds are not sufficient for demand, besides excessive bureaucracy in the selection process, late payments and lack of technological tools to evaluate and measure PAE performance.

Limitations / Implications - The results obtained need to be carefully analyzed, in terms of their generalization and lack of a database of beneficiaries, as well as the difficulty in carrying out a broad analysis in the discussion of results, given the few national studies. Regarding the theoretical implications, we highlight the relevance of PNAES in federal educational institutions, as a mechanism for development and social innovation. The practical implications of the study indicate some educational management recommendations for the PAE.

Originality - The main originality stems from being the first research on this theme in the Campus, as well as the collected data allow analysis of the implementation of the PAE.

Keywords: Student Assistance. PNAES. IFMT-*Campus* Cuiabá/Bela Vista. Permanence. Results

Dedicatória

*Dedico este trabalho para minha esposa,
Andréia Borges Tapajós
Grande companheira e incentivadora
Luz da minha vida.*

Agradecimentos

A realização desse mestrado trouxe a oportunidade de aprofundar meus conhecimentos na Pós-Graduação do Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto – ISCAP. Isto não teria sido possível, sem a colaboração dos meus orientadores Especialista Mestre Paulo Jorge Pinheiro Gonçalves e Doutora Luciana Gomes de Oliveira. Agradeço, ainda, aos meus amigos do mestrado que viveram essa experiência incrível e única.

Agradeço, igualmente, à minha família, em especial a minha esposa que somou forças para que eu não desanimasse. Acreditou em mim em cada segundo do início ao fim desta jornada. Às minhas filhas, Eduarda, Gabriela, Mariah e Bianca, pela ajuda, compreensão e carinho.

Por fim, aos estudantes e servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT- *Campus* Cuiabá/Bela Vista pelas respostas, incentivos e contribuições, as quais, sem elas, nada seria possível.

Lista de abreviaturas

ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil.

CEFET-MT - Centro Federal Tecnológica de Mato Grosso

CEP - Comitê de Ética na Pesquisa

CFB – Constituição Federal Brasileira

CONSUP – Conselho Superior

CPAE – Comissão de Permanente de Assistência Estudantil

DAE - Departamento de Assistência Estudante

DEPEX – Departamento de Ensino e Pesquisa e Extensão

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

FNDE - Fundo Nacional Desenvolvimento da Educação

FONAPRACE - Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IF – Institutos Federais

IFES – Instituições Federais de Ensino Superior

IFMT– Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

LDB – Lei de Diretrizes e Base da Educação

NAE – Núcleo de Assistência Estudantil

NAPNE - Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas

OCDE - Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico

PAE – Programa Assistência Estudantil

PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual

PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil

PNAS - Política Nacional de Assistência Social

PNE - Plano Nacional de Educação

PROIC – Programa de Iniciação Científica.

REUNI - Reestruturação e Expansão das Universidades Federais.

SGDE – Secretaria Geral de Documentação Escolar

TALE – Termo de Assentimento Livre e Esclarecido

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UNED – Unidade Descentralizada de Ensino

Índice Geral

INTRODUÇÃO	1
Contextualização	2
Questões de investigação	3
Objetivo geral.....	4
Objetivos específicos	4
Justificação do trabalho.....	5
Metodologia da investigação	5
Estrutura da dissertação.....	5
CAPÍTULO I – REVISÃO DE LITERATURA	7
1 A implementação do PNAES no contexto brasileiro.....	8
1.1 Política pública do PNAES	9
1.2 Política pública do PAE	14
1.3 Breve histórico do IFMT – Campus Cuiabá/Bela Vista	17
1.4 O PAE no IFMT – Campus Cuiabá/Bela Vista	19
1.4.1 As Categorias de auxílios ofertados no IFMT-Campus Cuiabá/Bela Vista.	21
1.4.2 As modalidades de ações e projetos ofertados pelo IFMT – Campus Cuiabá/Bela Vista.....	25
1.5 Processo seletivo do PAE do IFMT- <i>Campus</i> Cuiabá/Bela Vista	26
CAPÍTULO II – PERCURSO METODOLÓGICO	28
2 O desenho e procedimentos de investigação.....	29
2.1 Metodologia e tipo de pesquisa.....	29
2.2 Questões da investigação	34
2.3 Instrumentos e recolha de dados	35
2.4 Construção do questionário	35
2.4.1 A estrutura do questionário	36
2.4.2 Procedimentos de administração do questionário e recolha dos dados.....	38
2.5 Caracterização das amostras e população – alvo	41
2.5.1 Riscos e benefícios da pesquisa	42
2.5.2 Critérios de inclusão e exclusão dos públicos inquiridos	42

CAPÍTULO III – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS	44
3 Análise de dados recolhidos	45
3.1 Análise de dados dos beneficiados do PAE do IFMT – <i>Campus Cuiabá/Bela Vista</i> (2014 – 2018).....	72
CONSIDERAÇÕES E CONCLUSÕES FINAIS	80
Conclusões e implicações gerais teóricas	81
Conclusões e implicações gerais práticas	82
Recomendações de gestão educativa e melhorias para o PAE	88
Limitações ao estudo	89
Sugestões de investigação futura	90
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	91
ANEXOS	100
Anexo I – Comprovante de envio do projeto.....	101
Anexo II – Parecer aprovado do projeto da plataforma Brasil	102
Anexo III – Declaração de infraestrutura.....	107
Anexo IV – Termo de anuência da instituição	108
Anexo V – Declaração de atendimento aos sujeitos da pesquisa, fatores de risco e critérios	109
Anexo VI – Declaração da psicóloga do IFMT – <i>Campus Cuiabá/Bela Vista</i>	110
APÊNDICE	111
Apêndice I – Questionário aplicado.....	112
Apêndice II – Guião de entrevista	120
Apêndice III – Termo de Consentimento Livre (TCLE)	121
Apêndice IV – Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE)	124

Índice de Figuras

Figura 1-Vista aérea do IFMT - Campus Cuiabá/Bela Vista	17
Figura 2- Evolução orçamentária do Campus Cuiabá/Bela Vista	71

Índice de Quadros

Quadro 1 - Estrutura da dissertação.....	6
Quadro 2 - Categorias de auxílio no IFMT - Campus Cuiabá/Bela Vista.....	21
Quadro 3 - Quadro de controle da entrevista.....	32
Quadro 4 - Controle do questionário	33
Quadro 5 - Vantagens de questionário	35
Quadro 6 - Estrutura do questionário	37
Quadro 7 - Resumo de população acessível e amostra de estudantes	42
Quadro 8 - Resumo dos editais do PAE do IFMT – Campus Cuiabá/Bela Vista (2014-2018).....	46
Quadro 9 - Cursos selecionados do IFMT – Campus Cuiabá /Bela Vista	48
Quadro 10 - Quantitativo dos beneficiados do PAE do IFMT – Campus Cuiabá/Bela Vista - 2014.....	73
Quadro 11 - Quantitativo dos beneficiados do PAE do IFMT – Campus Cuiabá/Bela Vista - 2015.....	74
Quadro 12 - Quantitativo dos beneficiados do PAE do IFMT – Campus Cuiabá/Bela Vista - 2016.....	75
Quadro 13 - Quantitativo dos beneficiados do PAE do IFMT – Campus Cuiabá/Bela Vista - 2017.....	76
Quadro 14 - Quantitativo dos beneficiados do PAE do IFMT – Campus Cuiabá/Bela Vista - 2018.....	77
Quadro 15 - Quantitativo geral dos beneficiados do PAE do IFMT – Campus Cuiabá/Bela Vista – (2014 a 2018)	78
Quadro 16 - Quantitativo geral dos beneficiados cotistas do PAE do IFMT - Campus Cuiabá /Bela Vista (2014 - 2018).....	78

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Faixa etária dos discentes do IFMT - <i>Campus</i> Cuiabá/Bela Vista	47
Gráfico 2 - Gênero dos discentes do IFMT- <i>Campus</i> Cuiabá/Bela Vista	48
Gráfico 3 - Forma de ingresso dos discentes do IFMT- <i>Campus</i> Cuiabá/Bela Vista.....	49
Gráfico 4 - Classificação étnica-racial dos inquiridos discentes do IFMT-Campus Cuiabá/Bela Vista.....	50
Gráfico 5 - Renda <i>per capita</i> familiar.....	51
Gráfico 6 - Modo de conhecimento do PAE	52
Gráfico 7 - Fonte de auxílio (s) estudantis recebidos	54
Gráfico 8 - Utilização dos valores recebidos.....	55
Gráfico 9 - Percepção de transparência do processo de seleção do PAE.....	57
Gráfico10 - Percepção dos discentes em relação a avaliação do questionário socioeconômico	58
Gráfico 11 - Percepção dos discentes em relação às entrevistas	59
Gráfico 12 - Percepção dos discentes em relação à morosidade do processo seleção do PAE	60
Gráfico 13 - Percepção dos discentes em relação ao funcionamento do PAE	62
Gráfico 14 - Evolução orçamentária do IFMT - <i>Campus</i> Cuiabá / Bela Vista	63
Gráfico 15 - Pontos negativos do PAE sob visão dos discentes do IFMT - <i>Campus</i> Cuiabá/Bela Vista.....	65
Gráfico 16 - Fatores de relevância do PAE sob visão dos discentes do IFMT- <i>Campus</i> Cuiabá/Bela Vista.....	67
Gráfico 17 - Em relação à afirmativa: PNAES contribui para a promoção da inclusão social.....	70

Contextualização

O Estado Brasil, assim como a sua situação econômica, são os principais influenciadores do financiamento do ensino técnico, tecnológico e superior público brasileiro. A fim de propiciar o aumento da oferta de vagas nesta modalidade de ensino, foi criado, em 2007, o Programa de Reestruturação das Universidades Federais (REUNI). Com o advento deste, o PNAES foi implementado por meio da Portaria Normativa nº 39 do Ministério da Educação (MEC), tornando-se política governamental por meio do Decreto Presidencial nº 7.234/2010.

O PNAES que tem como finalidade “ampliar as condições de permanência dos jovens na educação pública federal, em diversas áreas de atuação, tais como: a assistência à moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação, dentre outros” (Brasil, 2010, p. 1).

Visa propiciar condições aos estudantes de se manterem no ensino público federal atendendo suas necessidades básicas, visando a conclusão do curso que estão matriculados, conforme aponta (Cavalcanti & Rasoto, 2018, p. 323)

a manutenção de tais estudantes no ensino superior contribui sobremaneira para que, uma vez graduados, possam ingressar no mercado de trabalho de nível superior, catapultando sua renda, alçando-os, bem como suas famílias, das classes sociais menos favorecidas, quebrando um círculo vicioso de pobreza. E interessa a toda sociedade, posto que ela passa a contribuir para o desenvolvimento do país, com profissionais qualificados.

Neste sentido, foi promulgada a Lei nº 12.711/2012, que dispõe 50% das vagas das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES para estudantes que cursaram o ensino médio em escolas públicas, com vistas a apoiar estudantes universitários, em risco de vulnerabilidade socioeconômica, que necessitam de algum apoio institucional para sua manutenção nas instituições. Com este propósito, a meta era reduzir as taxas de evasão e, naturalmente, promover a inclusão social através da educação, pelo que, neste sentido, a Portaria nº 39 de 12 de dezembro de 2007 e, posteriormente, o Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, regularizaram as práticas individualizadas de assistência aos estudantes existentes nas instituições de ensino.

Neste âmbito convém destacar o Artigo 4º do mencionado decreto, pois, incluiu no PNAES os Institutos Federais, considerando suas especificidades e áreas estratégicas de ensino, visando atender ao seu corpo discente. Em concreto, o IFMT - *Campus* Cuiabá Bela/Vista, está localizado numa região periférica da cidade de Cuiabá. Executa, desde o ano de 2010, o PAE, no qual busca atender os estudantes do ensino técnico e superior na modalidade presencial, em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Assim, o PAE no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT), está balizado no Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o PNAES e na Resolução do Conselho Superior (Consup) nº 002/2012, sendo sua regulamentação instituída através da Portaria nº 07, de 10 de fevereiro de 2014.

Neste âmbito, são oferecidas várias categorias de auxílios (por exemplo: alimentação; transporte, moradia, cultura, esporte, apoio a pessoas com deficiência, creche, entre outros) aos estudantes devidamente matriculados na instituição, na modalidade presencial que atendam às exigências e requisitos estabelecidos no edital, a partir da avaliação da CPAE do *Campus*. Esta comissão tem formação multidisciplinar, nomeadamente, psicóloga, assistente social, intérprete de libras, docente e discente. No que se refere aos recursos financeiros, são oriundos do governo federal.

O PAE no *Campus* Cuiabá/Bela Vista possui como objetivo principal a concessão de auxílios aos estudantes de todos os níveis de ensino presencial ofertados pela instituição, compreendendo benefícios voltados para aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade¹ socioeconômica, além de promover o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão, aos estudantes de modo geral, com finalidade de melhorar o desempenho e evitar a evasão.

Questões de investigação

As questões norteadoras deste trabalho são:

- 1) De que forma a Assistência Estudantil vem se desenvolvendo no IFMT *Campus* Cuiabá/Bela Vista e quais seus impactos na vida escolar dos estudantes em situação de vulnerabilidade social?;

¹ Consideram-se indivíduos em situação de vulnerabilidade socioeconômica a população que vive em situação decorrente da pobreza, privação ou ausência de renda; precário ou nulo acesso aos serviços públicos; fragilização de vínculos afetivos relacionais e de pertencimento social; identidades estigmatizadas em termos ético, cultural, sexual e outros; desvantagem pessoal resultante de inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social. (Política Nacional de Assistência Social, 2014, p. 33).

- 2) A forma de implementação da Assistência Estudantil no IFMT, *Campus Cuiabá/Bela Vista* está adequada ao PNAES?;
- 3) Como o PNAES pode contribuir para a conclusão dos cursos, além de colaborar com a diminuição das desigualdades sociais?;
- 4) De que forma a Assistência Estudantil tem contribuído para diminuir a evasão escolar, promover a ascensão social por meio a educação e evitar o desperdício de recursos públicos?;
- 5) Como os atores envolvidos avaliam a prestação de serviços de Assistência Estudantil no IFMT- *Campus Cuiabá/Bela Vista*?

De modo global a questão geral de investigação é: será que existe alguma relação entre a implementação da política do PAE e o êxito escolar do estudante e a inclusão social?

Objetivo geral

Analisar a implementação do PAE no IFMT – *Campus Cuiabá/Bela Vista* no período de 2014 – 2018 e sua relação com o PNAES.

Objetivos específicos

Constituem objetivos específicos os seguintes:

- 1) compreender a abrangência do PNAES e os normativos correlatos existentes no IFMT- *Campus Cuiabá/ Bela Vista*;
- 2) descrever a política de Assistência Estudantil implementadas no IFMT - *Campus Cuiabá/Bela Vista*;
- 3) caraterizar a trajetória da implementação do PAE do IFMT – *Campus Cuiabá/ Bela Vista*;
- 4) descrever a evolução orçamentária destinada ao PAE no IFMT Cuiabá/Bela Vista;
- 5) identificar os programas existentes no PAE no IFMT *Campus Cuiabá/Bela Vista*;
- 6) caraterizar as dificuldades encontradas na implementação do PAE do IFMT - *Campus Cuiabá/Bela Vista*;
- 7) investigar a percepção dos estudantes beneficiários e não beneficiários pelo PAE do IFMT -*Campus Cuiabá/Bela Vista* quanto à sua forma de execução e a participação dele no referido programa.

- 8) investigar a percepção da CPAE do IFMT-*Campus* Cuiabá/Bela Vista em relação ao PNAES.

Justificação do trabalho

Este trabalho se justifica pela necessidade de compreender se, o PAE no IFMT - *Campus* Cuiabá/Bela Vista, tem tido êxito, garantindo a permanência dos discentes e, conseqüentemente, a conclusão do curso pelos estudantes que sofrem com os efeitos da desigualdade social por serem provenientes de camadas menos favorecidas da sociedade.

Metodologia da investigação

Este estudo traduz uma pesquisa descritiva, qualitativa e quantitativa, de corte transversal. Em concreto, o desenvolvimento da metodologia utilizada ocorreu em duas etapas. Na primeira, realizamos uma revisão de literatura sobre a temática teórica, nomeadamente, a assistência estudantil, por meio de fontes secundárias, por exemplo: artigos científicos, dissertações, bases de dados e repositórios científicos, trabalhos e *websites* acadêmicos. Na segunda etapa foi realizado um estudo empírico, sob a forma de triangulação metodológica, com a aplicação do questionário aos estudantes dos cursos técnicos e bacharelado do IFMT – *Campus* Cuiabá/ Bela Vista e entrevistas a três servidoras da CPAE da instituição com objetivo de compreender a implementação dos auxílios estudantis no período de 2014 – 2018 no IFMT – *Campus* Cuiabá/Bela Vista.

Estrutura da dissertação

Esta dissertação encontra-se estruturada em capítulos, divididos em duas partes: fundamentos teóricos e o empírico, sob a forma de estudo de caso único. Além da introdução ao trabalho e conclusões finais, o estudo está estruturado em três capítulos, conforme indicado de forma resumida no quadro seguinte:

Quadro 1 - Estrutura da dissertação

INTRODUÇÃO		Contextualização
		Questões de investigação
		Objetivos geral
		Objetivos específicos
		Justificação do trabalho
		Metodologia da investigação
		Estrutura da dissertação
REVISÃO DE LITERATURA	CAPÍTULO I	A implementação do PNAES no contexto brasileiro
		Política pública do PNAES
		Política pública do PAE
		Breve histórico do IFMT - <i>Campus</i> Cuiabá/Bela Vista
		O PAE no IFMT - <i>Campus</i> Cuiabá / Bela Vista
		As categorias de auxílios ofertadas no IFMT - <i>Campus</i> Cuiabá/Bela Vista
		Processo seletivo do PAE do IFMT - <i>Campus</i> Cuiabá/Bela Vista
PERCURSO METODOLÓGICO	CAPÍTULO II	O desenho do instrumento e o procedimento de investigação
		Questões da investigação
		Instrumentos e recolha de dados
		Construção do questionário
		Procedimento de administração do questionário e recolha de dados
		Riscos e benefícios da pesquisa
		Crítérios de inclusão e exclusão dos públicos inquiridos
APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS	CAPÍTULO III	Análise de dados recolhidos
		Análise de dados dos beneficiados do PAE do IFMT - <i>Campus</i> Cuiabá /Bela Vista (2014 - 2018)
CONCLUSÕES FINAIS		Conclusões e limitação teóricas
		Conclusões e implicações gerais práticas
		Limitações do estudo
		Recomendações de gestão educativa e melhorias para o PAE
		Sugestões de investigação futura

Fonte: elaboração pessoal (2019)

CAPÍTULO I – REVISÃO DE LITERATURA

1 A implementação do PNAES no contexto brasileiro

O presente capítulo apresenta a contextualização da implementação do PNAES, instituída pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010 e executado no âmbito do Ministério da Educação, na qual sua finalidade é a ampliação das condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal.

Entretanto, se faz necessário perfazer uma breve revisão histórica da assistência estudantil no Brasil, a qual deu início à criação da “Casa do Estudante do Brasil” que tinha por objetivo auxiliar os estudantes carentes. Segundo Araújo (2007, p. 34)

(...) a Casa do Estudante foi instalada no início dos anos de 1930, num casarão de três andares, no Largo Carioca. No primeiro andar, havia um restaurante popular, uma bandejão, frequentado pelos estudantes pobres da cidade. E pelos clandestinos – que se faziam passar por estudantes para comer no restaurante que oferecia comida boa e barata. Ao longo do governo Vargas, a Casa do Estudante, dirigida por Ana Amélia Queiroz Carneiro de Mendonça, recebeu vultosas doações federais, mas continuou sendo essencialmente uma entidade de apoio a solidariedade aos estudantes, sobretudo na capital, sem conotações políticas nem corporativas.

A primeira regulamentação do PAE, ocorre em 1931 pelo Decreto nº 19.851, intitulado Estatuto das Universidades Brasileiras, em que reconhece a necessidade de implantação de uma assistência estudantil, sendo oportunizadas a assistência médica e hospitalar, bem como, bolsas de estudos. Mas, é na Constituição Brasileira do ano 1934, que a assistência estudantil passa a ser incorporada, como se prevê no art. 157 a “educação direito de todos”. O parágrafo 2º determinava o auxílio aos estudantes, mediante ao fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudos, assistência alimentar, dentária e médica, com objetivo de apoiar os alunos carentes.

Com a Constituição Federal do ano 1946, segundo o art. 172, “cada sistema de ensino terá obrigatoriamente serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar”. Posteriormente, em 1961, temos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, em que trouxe uma nova nomenclatura referente a “Assistência Social Escolar”, sendo substituída por assistência estudantil como um direito igual para todos os alunos, não apenas com ajuda “aos necessitados”.

Com a expansão da educação na década de 1960 e 1970, foi criado o Departamento de Assistência ao Estudante (DAE), vinculado ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), que implantou os programas de assistência aos estudantes, denominada bolsas de trabalho, conhecida atualmente como bolsa estágio, via decreto nº 69.927 de 13 janeiro de 1972, bem como os programas de alimentação, moraria e médico-odontológico.

Podemos verificar, na LDB de 1971 no art. 62, que diz:

§ 1º Os serviços de assistência educacional de que trata este artigo destinar-se-ão, de preferência, a garantir o cumprimento da obrigatoriedade escolar e incluirão auxílios para a aquisição de material escolar, transporte, vestuário, alimentação, tratamento médico e dentário e outras formas de assistência familiar.

§ 2º O Poder Público estimulará a organização de entidades locais de assistência educacional, constituídas de pessoas de comprovada idoneidade, devotadas aos problemas sócio-educacionais que, em colaboração com a comunidade, possam incluir-se da execução total ou parcial dos serviços de que trata este artigo, assim como da adjudicação de bolsas de estudo.

No final da década de 1980, o DAE foi extinto e o programa de assistência ao estudante passou a ficar fragmentado nas instituições. Na concepção de Barbosa (2009) a assistência estudantil é desenvolvida a partir das demandas dos estudantes, porém é visto pela sociedade como paternalismo e clientelismo, uma vez que os recursos são usados indevidamente para este fim.

Com a promulgação da Constituição Federal Brasileira de 1988, seu art. 205, assegurou que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (BRASIL, 1988).

No próximo subtópico abordaremos a política pública do PNAES.

1.1 Política pública do PNAES

As políticas públicas de um país permeiam a vida de todos os seus cidadãos, por meio do planejamento de ações e projetos governamentais e à sua execução, nas áreas que são funções da administração pública como saúde, educação, segurança, meio ambiente, assistência social, habitação, transporte público, ou seja, buscam promover um

estado de bem-estar social, visando a qualidade de vida, para um determinado seguimento social, étnico, cultural, econômico ou da população como um todo. É, também, uma forma de atividade humana, relacionada a organização, direção, administração e ao exercício do poder.

Diante da nova reestruturação do ensino, por meio da lei nº 9.394/1996, a LDB, a educação passa a ter diferentes níveis. Assim no Art. 4º refere-se que

o dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: (...) VIII — atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Bardagi e Hutz (2009, p. 96) salientam que “as causas da evasão costumam ser variadas. Estudos têm apontado descontentamento com horários das disciplinas, falta de cursos noturnos, impossibilidade de trabalhar e estudar ao mesmo tempo, falta de recursos financeiros”. Já Vargas (2008) explica que a questão da diferença de renda entre os mais ricos e pobres na trajetória acadêmica se torna um adversário na permanência do estudante na instituição. Ele reforça que, (Vargas, 2008, p. 50)

sendo assim, dificuldades de cunho econômico podem interferir na trajetória acadêmica de estudantes de baixa renda, seja através da falta de recursos necessários para o acesso a importantes bens e práticas culturais, seja pela necessidade de conciliar estudos e trabalho. Mesmo no caso de instituições públicas, onde o ensino é gratuito, para que o estudante possa se dedicar aos estudos e usufruir plenamente das diversas possibilidades que a convivência no ambiente acadêmico pode proporcionar, é fundamental que ele disponha de condições mínimas para a sobrevivência, como moradia, alimentação e transporte.

É nessa conjuntura que se contextualiza o PNAES, com foco no impacto dos fatores socioeconômicos na permanência dos estudantes no ensino público federal. O PNAES foi instituído em âmbito nacional pela Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, sendo implementado a partir do ano de 2008. Foi regulamentado, posteriormente, pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Refere-se a um marco histórico para a política de assistência estudantil, por definir suas áreas de ação e ser o referencial para os programas e projetos realizados nas diversas IFES do Brasil. De acordo com o normativo, o PNAES deve ser implementado de maneira que possa ser articulado com atividades de ensino, pesquisa e extensão, com o propósito de atender os estudantes

dos cursos técnicos e de graduação presencial das IFES. São várias as ações de assistência estudantil, nomeadamente:

- I - Moradia estudantil;*
- II - Alimentação;*
- III - Transporte;*
- IV - Atenção à saúde;*
- V - Inclusão digital;*
- VI - Cultura;*
- VII - Esporte;*
- VIII - Creche;*
- IX - Apoio pedagógico; e*
- X - Acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.*

Essas ações de assistência estudantil possuem o intuito de viabilizar a igualdade de oportunidades, no sentido de contribuir para melhorias do desempenho acadêmico e agindo de modo preventivo nas situações de evasão nas instituições escolares, decorrentes da insuficiência de condições financeiras. Segundo Lessa (2017, p. 163)

destacamos, ainda, o aspecto da renda no mesmo estudo: 66,19% dos discentes das IFES vivem com renda per capita média familiar de até 1,5 salário mínimo (sendo que 31,97% vivem com até 0,5 salário mínimo, e 21,96% vivem com renda entre 0,5 e 1 salário mínimo.

A prioridade de atendimento do PNAES, de acordo com o artigo 5º, são os estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo dos demais requisitos, conforme explicito em seguida

- I - requisitos para a percepção de assistência estudantil, observado o disposto no caput do art. 2º;*
- II - mecanismos de acompanhamento e avaliação do PNAES.*
- Art. 6º As instituições federais de ensino superior prestarão todas as informações referentes à implementação do PNAES solicitadas pelo Ministério da Educação.*
- Art. 7º Os recursos para o PNAES serão repassados às instituições federais de ensino superior, que deverão implementar as ações de assistência estudantil, na forma dos arts. 3º e 4º.*
- Art. 8º As despesas do PNAES correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação ou às instituições federais de ensino superior, devendo o Poder Executivo compatibilizar a quantidade de beneficiários com as dotações orçamentárias existentes, observados os limites estipulados na forma da legislação orçamentária e financeira vigente.*

Observa-se que o PNAES possui contradições, que podem acarretar a evasão escolar, uma vez que os fatores socioeconômicos interferem na permanência do estudante

na instituição educativa, tendo em vista, que o desempenho acadêmico está relacionado a outros elementos, e com a própria situação socioeconômica expressa por moradia, alimentação, transporte, entre outros.

Na visão do PNAES as bolsas de auxílios estudantis são vistas como desmembramento da assistência social no contexto da educação, visto que, os estudantes estão em um processo de formação para o trabalho. De acordo com a Constituição Federal de 1988, art. 205, uma das finalidades da educação é a “qualificação para o trabalho”. Desta forma, seria legítimo que todos os estudantes em situação de vulnerabilidade usufruíssem da assistência enquanto estivessem no seu processo formativo na instituição.

Nesse sentido, Oliveira e Oliveira, (2015, p. 208), afirmam que

poder público, ao reconhecer a permanência escolar como um direito do estudante, assume a responsabilidade de garantir formas para que, efetivamente, todos eles, independentemente do nível de ensino em que estão matriculados, concluam os cursos iniciados. A Educação é um dos direitos mais valiosos de uma sociedade democrática. O direito à educação escolar em um regime democrático tem como suporte as legislações que estabelecem como responsabilidade do Estado a garantia de igualdade de oportunidades e, na medida em que se avança nesse direito, é também dele, a responsabilidade de intervir e combater as desigualdades geradas por sistema econômico que favorece a exclusão.

Entende-se que, para que o estudante proveniente da rede federal desenvolva a sua plenitude acadêmica, é necessária “ampliação do acesso a atividades esportivas e culturais, acesso a materiais escolares, oferecimento de programas de atenção integral à saúde e de prevenção de drogas, etc.” (Finatti, Alves & Silveira, 2007, p. 7).

De acordo, com art. 2º os objetivos do PNAES são

I – Democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
II - Minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
III - Reduzir as taxas de retenção e evasão; e
IV - Contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. (BRASIL, 2010)

Amaral e Nascimento (2010, p. 3) reforçam a importância da assistência estudantil pois

entende-se que os programas e projetos de assistência estudantil devam ser desenvolvidos como instrumentos de acesso, permanência e conclusão de curso dos estudantes nas instituições públicas, tendo como pressuposto que a

Assistência Estudantil é uma política essencial no contexto do ensino, da pesquisa e da extensão.

No entendimento do pensamento de Araújo (2003), a assistência ao estudante é envolta por contradições, onde como expõe, “a assistência ao estudante, orgânica à política de educação superior, situa-se no cerne da contradição entre os interesses da lógica da produção lucrativa, de um lado, e, de outro, dos direitos sociais, podendo ser entendida e operacionalizada, por um lado, como investimento, e por outro, como direito a cidadania” (Araújo, 2003, p.3).

Observa-se uma tensão em relação aos critérios de necessidades estabelecidos e aqueles embasados em meritocracia, advindo da escassez de recursos na área.

Segundo Vasconcelos (2010), a trajetória da assistência estudantil está alinhada com a trajetória da assistência social, resultantes das lutas de movimentos sociais, tendo como exemplo, o fim da ditadura militar e promulgação da Constituição Federal de 1988. Para Imperatori (2017, p. 293), a assistência estudantil é considerada um campo de disputas, como revela:

Percebe-se, então, que apesar de se reconhecer os aspectos socioeconômicos como um fundamental elemento que possibilita a permanência de estudantes nas instituições de educação superior, em contrapartida, a assistência estudantil é um campo de disputas a ser consolidado enquanto uma política pública.

Não obstante, para além do PNAES a CF/88, garante a educação como um direito de todos e dever do Estado e da família e será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade. Nesse sentido a sociedade faz sua parte, principalmente na forma de recolhimento de impostos aos cofres públicos. São recursos que proporcionam ao governo, entre outras, a condição para implementação das políticas públicas, restando fazê-la da forma mais eficiente e abrangente possível, não como forma de política partidária ou política de governo, mas sim, como política pública, política de estado.

Portanto, inferimos que as políticas públicas proposta pelo PNAES, são uma resposta às necessidades e aos problemas sociais da população. Nesse contexto, a assistência estudantil se fortalece e se consolida como política pública importante e necessária, pois permite ao estudante das camadas populares frequentar e concluir o ensino público federal, em igualdade de condições com as camadas mais favorecidas da população.

No próximo subtópico abordaremos a política pública do PAE.

1.2 Política pública do PAE

Os normativos do governo federal que deram suporte à política pública de implementação e desenvolvimento do PAE no IFMT, tem suporte, primeiramente, na Constituição Federal de 1988, que, de acordo com Impertori (2017, p. 288) “(...) foi resultado da pressão de diversos movimentos sociais e consolidou direitos sociais e políticos reivindicados no processo de redemocratização. Nessa Carta Magna, a educação, ao lado de outras políticas sociais, é reconhecida como direito social (...)”, principalmente no tocante ao seu Art. 205, que garante a educação como um direito de todos e um dever do estado e da família. Nessa mesma linha, foi sancionada a LDB/96, que estabelece os diferentes níveis de ensino, divididos entre as esferas de poder (união, estados e municípios), tendo o governo federal a obrigação da oferta do ensino público superior, englobando todas as IFES. Nesta mesma legislação, são inseridas questões relacionadas à assistência estudantil. Nos dez anos seguintes, a assistência estudantil é executada de forma fragmentada nas IFES. Com a publicação da Portaria Normativa nº 39/2007, instituiu-se o PNAES, tendo sua regulamentação concretizada por meio do Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010.

No IFMT, os normativos que tratam da política pública do PAE, são o documento denominado Política Institucional de Assistência Estudantil, na forma da Resolução CONSUP/IFMT nº 094/2017 e no Regulamento Geral da Política de Assistência Estudantil do IFMT, aprovado por meio da Resolução CONSUP/IFMT nº 095/2017 que, assim como na legislação federal, tem como objetivos garantir permanência e êxito aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, bem como ações de caráter universal para todos os estudantes e, ainda, propiciar a articulação entre o PAE e as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

No IFMT - *Campus* Cuiabá/Bela Vista, os normativos que regem o PAE são a Portaria nº 46, de 07 de novembro de 2013, que regulamenta a concessão de ajuda de custo aos discentes para participação em atividades curriculares e extracurriculares, em eventos científicos, tecnológicos, culturais e esportivos de representação institucional e a Portaria nº 014, de 26 de fevereiro de 2018, que disciplina e orienta a política de assistência estudantil do IFMT – *Campus* Cuiabá/Bela Vista.

Assim como definido na política pública de alcance nacional, o PAE no IFMT – *Campus* Cuiabá/Bela Vista, em linhas gerais, tem como objetivo a concessão de auxílios

aos estudantes de todos os níveis de ensino presencial, em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Busca, também, promover o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão, aos discentes de modo geral, com finalidade de melhorar o desempenho, evitar a evasão e garantir desenvolvimento com êxito, no percurso formativo.

Embora esteja vinculada e submetida aos objetivos gerais da política pública nacional, não podendo extrapolá-la, a política pública do PAE no IFMT – *Campus Cuiabá/Bela Vista*, apresenta-se mais abrangente, detalhada e progressista, fomentando um conjunto de ações voltadas ao atendimento das necessidades do estudante, tendo como princípios, conforme a Portaria nº 14 (2018, p. 2,3) a

- I. afirmação da educação profissional e tecnológica como política pública.*
- II. universalidade da assistência estudantil; democratização das políticas de acesso e permanência dos estudantes.*
- III. supremacia no atendimento às necessidades socioeconômicas, socioculturais e pedagógicas.*
- IV. respeito à dignidade do ser humano, à sua autonomia e ao direito de usufruir dos benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência escolar e comunitária.*
- V. defesa da diversidade, dos direitos humanos e em favor da justiça social e erradicação das diversas formas de violência e preconceitos.*

Ainda, na mesma Portaria acima, está consignado que a organização da política pública do PAE do IFMT – *Campus Cuiabá/Bela Vista*, tem como base as diretrizes de

- I. Gestão dos processos seletivos, acompanhamento e avaliação dos programas e projetos desenvolvidos com respaldo a legislação vigente, normas e regulamentos internos.*
- II. Participação democrática dos segmentos discente, técnico-administrativo e docente nas atividades, comissões, fóruns e demais processos referentes à assistência estudantil.*
- III. Ampla divulgação da política, programas, projetos, ações, recursos e critérios de acesso à assistência estudantil junto à comunidade em geral.*

No que diz respeito às finalidades da política pública do PAE do IFMT – *Campus Cuiabá/Bela Vista*, estas pretendem

- I. promover a permanência e a conclusão de cursos com êxito pelos estudantes, com vistas à inclusão social e democratização do ensino.*
- II. assegurar ao estudante igualdade de oportunidades no exercício das atividades acadêmicas.*
- III. proporcionar aos estudantes com deficiência as condições necessárias para o seu desenvolvimento acadêmico, conforme legislação vigente.*
- IV. contribuir para a promoção do bem-estar psicopedagógico do estudante.*

- V. contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico.
- VI. buscando minimizar a evasão e a retenção escolar.
- VII. promover e ampliar a formação integral do estudante, estimulando e desenvolvendo a criatividade, a reflexão crítica, as atividades e os intercâmbios: cultural, esportivo, artístico, político, científico e tecnológico.
- VIII. preservar e difundir os valores éticos de liberdade, igualdade, democracia e solidariedade.
- IX. proporcionar que o estudante conclua o curso dentro do prazo mínimo estabelecido no projeto pedagógico de curso.
- X. possibilitar ao estudante o acesso à tecnologia digital, e assegurar a prestação de serviço com igualdade, considerando as diferenças de classe social, gênero, etnia/cor, religião, identidade sexual, idade, condição física e psíquica.

Percebe-se que, do ponto de vista dos normativos, que a política pública do PAE do Campus Cuiabá/Bela Vista, vem ao encontro das intenções do legislador, ao atender o clamor dos movimentos estudantis e sociais organizados. Neste aspecto é ainda mais detalhada e abrangente sem, entretanto, ultrapassar os limites da legislação. Ocorre que

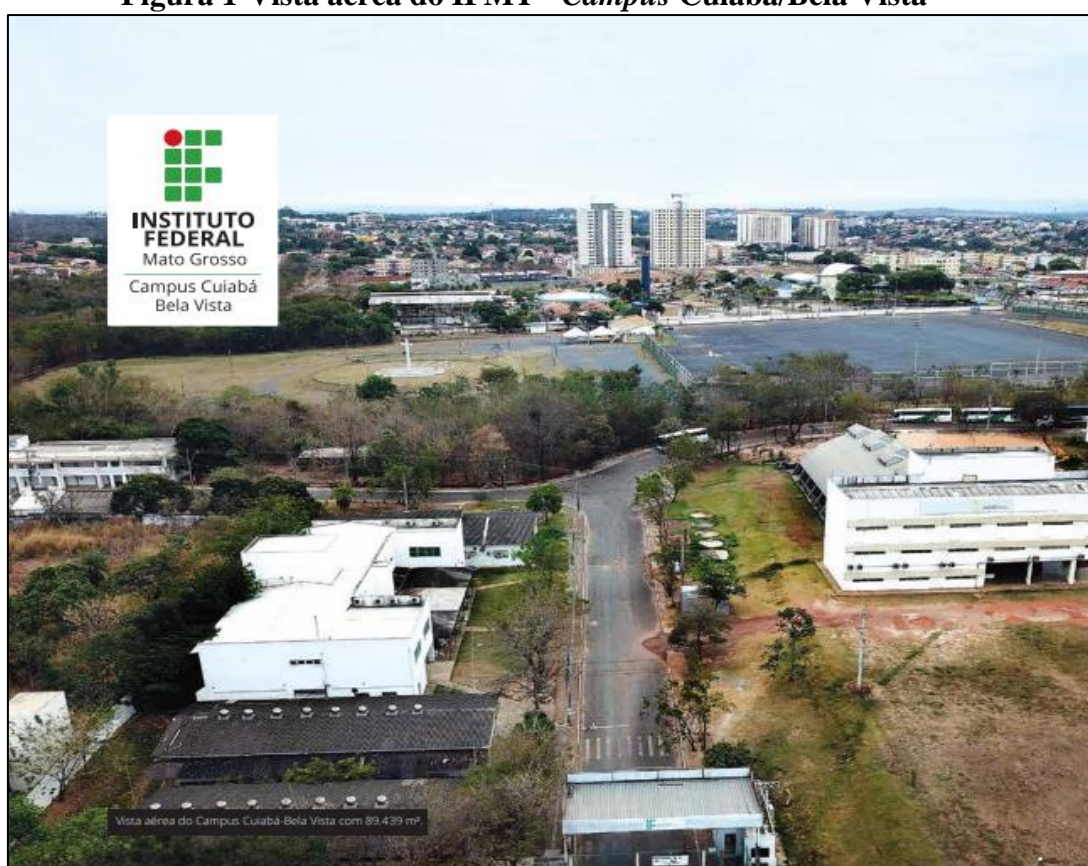
apesar destes resultados expressivos é importante salientar que este programa necessita realizar uma ampla avaliação institucional, principalmente no que se refere ao papel da instituição em promover mudanças da realidade social, ao número necessário de bolsas indispensáveis para suprir a demanda existente, à carga horária de atividades discente, a sua importante contribuição formativa, a sua ajuda para viabilizar a igualdade de oportunidades e tantos outros fatores presentes neste programa. Silva, J. E. O; Silva, J. E.O; Amante;C. J (2012, p. 182)

Deste modo, evidencia-se que na execução da política pública, propriamente dita, existe espaço para muitos avanços, sob vários aspectos, notadamente no que diz respeito ao aporte de recursos orçamentários e financeiros, de forma tempestiva e irrestrita àqueles que preenchem os pré-requisitos do auxílio, evitando o que se convencionou chamar de inclusão pela exclusão, assim como no aspecto do processo administrativo, lento e excessivamente burocrático.

1.3 Breve histórico do IFMT – Campus Cuiabá/Bela Vista

O IFMT – *Campus Cuiabá/ Bela Vista*, foi criado via ato governamental da Lei nº 11.195, de 18 de novembro de 2005, denominada Unidade de Ensino Descentralizada Bela Vista (UNED-Bela Vista). Foi autorizada a funcionar através da Portaria Ministerial nº. 1.586, de 15 de setembro de 2006 e inaugurada em 13 de setembro de 2006, sendo uma extensão do então Centro Federal de educação Tecnológica de Mato Grosso (CEFET- MT).

Figura 1-Vista aérea do IFMT - *Campus Cuiabá/Bela Vista*



Fonte: Flores (2018).

A figura 1 acima, mostra a vista aérea do IFMT – *Campus Cuiabá/Bela Vista*, sendo o quarto a ser implantado em dezenove unidades e a Reitoria. São ofertados os seguintes cursos de ensino médio integrado e subsequente: técnico em Química e técnico Meio Ambiente. Posteriormente, o curso de Tecnologia em Gestão Ambiental e a Licenciatura em Química (Modalidade à distância).

No ano de 2008, essa unidade descentralizada, deixa de existir por meio da Lei 11.892, de 29 de setembro de 2008, onde passa ser denominado *Campus Cuiabá/Bela Vista* do Instituto Federal de Educação e Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, como atualmente é reconhecido.

A partir dessa nova configuração passam a ser ofertados, além dos anteriores, os seguintes cursos: Técnico em Alimentos; Bacharelado em Engenharia de Alimentos; Licenciatura em Matemática e Especialização em Química (ambas em modalidade a distância).

Já a pós-graduação e o mestrado acadêmico em Ciência e Tecnologia de Alimentos, foram criadas no ano de 2012. E as especializações em modalidade EaD, nomeadamente: Ensino de Química e em Inovação e Empreendedorismo para Negócios Sustentáveis, no ano de 2017.

Os desafios do IFMT – *Campus Cuiabá/Bela Vista* são

(...) produzir conhecimento para a sociedade e, ao mesmo tempo, preparar os alunos para os desafios da vida e do mercado de trabalho, a equipe do Campus Cuiabá/Bela Vista aposta na parceria com outras instituições, como as já feitas com o Ibama, a Fecomércio-MT e as escolas estaduais e municipais, para formar mão de obra qualificada.” (Flores, 2018, p.36)

No que se refere a missão do IFMT- *Campus Cuiabá/Bela Vista*, ela visa

promover educação de excelência, formando profissionais competentes e éticos, capazes de transformar a comunidade em que vivem através do conhecimento técnico-científico, cultural e social desenvolvido a partir das experiências vividas na instituição. (Flores, 2018, p.36)

No que se refere a valores, procura a

busca da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; Valorização e promoção da cultura; Respeito ao ser humano através da observância aos princípios éticos; incentivo a iniciativas inovadoras e sustentáveis. Promoção da saúde e do bem-estar de sua comunidade interna e externa.

No que se refere à visão procura “ser modelo de desenvolvimento sustentável e referência em educação profissional tecnológica nas áreas da química, alimentos e meio ambiente” (Flores, 2018, p.36)

No ano de 2018 o IFMT - *Campus Cuiabá/Bela Vista*, foi o 1^a colocada entre as escolas públicas do estado de Mato Grosso, no *ranking* do Exame Nacional do Ensino

Médio (ENEM), de acordo com o INEP, conforme resultado divulgado pelo jornal Folha de São Paulo (Folha de São Paulo, 2019).

1.4 O PAE no IFMT – Campus Cuiabá/Bela Vista

O PAE, no âmbito do IFMT – Cuiabá/Bela Vista, foi instituído e normatizado por meio da Instrução Normativa nº 002, de 24 de janeiro de 2012. Assim

Art. 3 O Programa de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Mato Grosso consiste na concessão de auxílios aos estudantes de todos os níveis de ensino presenciais ofertados pela Instituição, compreendendo benefícios voltados para aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica, além de promover o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão, aos estudantes de um modo geral, com finalidade de melhorar o desempenho acadêmico e evitar a evasão. (Brasil, 2014, p.1)

Nesse contexto, o PAE se baliza na LDB nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, p. 38, que determina em seu art. 211, parágrafo 1

§ 1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

Considerando a Portaria Normativa nº 39, de dezembro de 2007 que institui o PNAES como estratégia de combate às desigualdades sociais e regionais pelas IFES, onde atendam às necessidades identificadas junto ao corpo discente, instituiu várias ações de assistência estudantil, segundo art. 2 parágrafo único, nomeadamente

compreendem-se como ações de assistência estudantil iniciativas desenvolvidas nas seguintes áreas: I - moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV - assistência à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche; e IX - apoio pedagógico.

Sendo assim, o Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, salienta que o PNAES, tem como principal finalidade a ampliação de permanência dos jovens na educação superior pública federal. Ressalta, em seu art. 3º “cabará à instituição federal de ensino superior definir os critérios e a metodologia de seleção dos alunos de graduação a serem beneficiados”. Ainda, nas seguintes características, conforme o art. 5º seguinte

serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um

salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior.

Considerando que as despesas do PNAES perpassarão à conta das dotações orçamentárias consignadas pelo Ministério da Educação (MEC), compete às instituições federais de ensino superior, prestarem contas de todas informações referentes a implementação do PNAES. Neste sentido Visquetti (2018, p. 126) afirma que

a gestão orçamentária da política de assistência estudantil do IFMT é de responsabilidade da Pró-Reitoria de Administração e Planejamento (PROAD). O custeio para o Programas e Ações da Política de Assistência Estudantil são oriundos da Ação 2994 – Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica, popularmente conhecida como Fonte 100, porém nada obsta que outras fontes de financiamento sejam utilizadas à complementação orçamentária da Política de Assistência Estudantil. É previsto pelo regulamento geral que cada Campus possua gestão descentralizada com autonomia para elaborar o seu próprio regulamento, definindo as áreas estratégicas dos auxílios e modalidades de bolsas, sempre em conformidade com a disposição orçamentária da instituição de ensino.

Os beneficiários dos PNAES do IFMT- *Campus Cuiabá/Bela Vista* são todos os estudantes regularmente matriculados em todos cursos, independente dos níveis e a modalidade de ensino, sempre visando a realidade de vulnerabilidade social baseado na avaliação do serviço social do *Campus*.

De acordo com art. 5º são excluídos do PAE “os estudantes que possuem vínculo com Estágio Curricular, Trabalho de Conclusão de Curso e/ou Atividades Complementar”. O PAE é composto de onze finalidades, conforme o art. 6º

I. Promover a formação do cidadão histórico-crítico oferecendo ensino, pesquisa e extensão com qualidade socialmente referenciada, objetivando o desenvolvimento sustentável do país; II. Promover a permanência e a conclusão de cursos com êxito pelos estudantes desta Instituição Federal de Ensino com vistas à inclusão social e democratização do ensino; III. Assegurar aos estudantes igualdade de oportunidades no exercício das atividades acadêmicas; IV. Proporcionar ao estudante com necessidades específicas as condições necessárias para o seu desenvolvimento acadêmico, conforme legislação vigente; V. Contribuir para a promoção do bem-estar psicopedagógico dos estudantes; VI. Contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, buscando minimizar a evasão e a reprovação escolar; VII. Promover e ampliar a formação integral dos estudantes, estimulando e desenvolvendo a criatividade, a reflexão crítica, as atividades e os intercâmbios: cultural, esportivo, artístico, político, científico e tecnológico; VIII. Preservar e difundir os valores éticos de liberdade, igualdade, democracia e solidariedade; IX. Reduzir o tempo médio de permanência dos estudantes entre o ingresso e a conclusão do curso; X. Possibilitar aos estudantes o acesso à tecnologia digital; XI. Assegurar a prestação de serviços com

igualdade e/ou equidade, considerando as diferenças de classe social, gênero, etnia/cor, religião, orientação sexual, idade e condição física e psíquica.

As verbas do PAE do IFMT-*Campus* Bela Vista são divididas prioritariamente por categorias de auxílio, conforme o quadro disposto no art. 8º

Quadro 2 - Categorias de auxílio no IFMT - *Campus* Cuiabá/Bela Vista

Categorias de Auxílio	Porcentagem Destinada
a. Moradia b. Alimentação c. Transporte d. Atenção a saúde	Até 65% (sessenta e cinco por cento) do montante recebido.
e. Inclusão digital f. Cultura g. Esporte	Até 25% (vinte e cinco por cento) do montante recebido.
h. Apoio didático-pedagógico	Mínimo de 5% (cinco por cento) do montante recebido.
i. acesso, participação e aprendizagem de estudantes com necessidades educacionais específicas (deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação)	Mínimo de 5% (cinco por cento) do montante recebido.
TOTAL	100% (cem por cento)

Fonte: Portaria nº 07, de 10 de fevereiro de 2014.

Entretanto, a Portaria nº 07 ressalta no art.8 no parágrafo segundo que o “*Campus* poderá alterar a proporção da verba recebida, desde que seja autorizada pela Pró-Reitoria de Ensino por meio de justificativa devidamente fundamentada”.

No próximo subtópico abordaremos quais são as categorias de auxílios ofertadas no IFMT- *Campus* Cuiabá/Bela Vista.

1.4.1 As Categorias de auxílios ofertados no IFMT-*Campus* Cuiabá/Bela Vista

As categorias de auxílios ofertados no IFMT-*Campus* Cuiabá/Bela Vista, segundo a Portaria nº 07, são: moradia, alimentação, transporte, inclusão digital, cultura, esporte, apoio técnico-pedagógico, apoio a estudantes com necessidades educacionais específicas. Concretamente:

- a) moradia: possui como objetivo assegurar o auxílio financeiro que possa contribuir com as despesas mensais referentes à moradia dos estudantes que advém de outros municípios, ou até aqueles que moram na cidade de Cuiabá, porém não possuem vínculos familiares;

- b) alimentação: relaciona-se a concessão de refeição gratuita ou auxílio financeiro para alimentação, desde que comprovem a carência socioeconômica;
- c) transporte: destina-se aos estudantes que necessitam de auxílio financeiro para se locomoverem para o *Campus*, desde que sejam atendidos os critérios socioeconômicos;
- d) inclusão digital: possui o intuito de possibilitar aos estudantes o acesso a tecnologia digital;
- e) cultura: objetiva-se em colaborar com a formação cidadã por meios de elementos que contribuam com a inclusão social, entre eles: cursos de extensão em libras, informática, música, dança, fotografia, eventos desportivos e de lazer, entre outros.
- f) esporte: destinados aos estudantes que participam de torneios e campeonatos representando o *Campus*, como meio de socialização e promoção a saúde;
- g) apoio técnico-pedagógico: tem por finalidade a garantia de estudantes com necessidades específicas que permitam o acompanhamento de ensino, pesquisa e extensão na instituição, conjuntamente com NAPNE (Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas).

Posteriormente, foi instituído a Resolução nº 078, de 21 de novembro de 2014, a qual aprova a instrução normativa que institui e estabelece critérios e procedimentos no âmbito do Programa de Bolsa Permanência do IFMT-*Campus* Cuiabá/Bela Vista. Com essa adesão ao Programa de Bolsa Permanência o IFMT passou a assumir todas as responsabilidades e atribuições contidas na Portaria MEC Nº 389, de 09 de maio de 2013, segundo o art. 3º e 4º tem por objetivos e finalidades

Art. 3º - O PBP tem por objetivos: I - viabilizar a permanência, no curso de graduação, de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, em especial os indígenas e quilombolas; II - reduzir custos de manutenção de vagas ociosas em decorrência de evasão estudantil; e III - promover a democratização do acesso ao ensino superior, por meio da adoção de ações complementares de promoção do desempenho acadêmico;

Art. 4º - A Bolsa Permanência é um auxílio financeiro que tem por finalidade minimizar as desigualdades sociais, étnico-raciais e contribuir para permanência e diplomação dos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

No que se refere à Portaria MEC Nº 389, o valor da Bolsa Permanência é estabelecido pela Resolução do Fundo Nacional Desenvolvimento da Educação (FNDE), sendo para estudantes indígenas e quilombolas, matriculados em cursos de graduação.

Ela será diferenciada em decorrência das especificidades desses estudantes com relação à organização social de suas comunidades, condição geográfica, costumes, línguas, crenças e tradições, amparadas pela Constituição Federal.

O IFMT- *Campus* Cuiabá/Bela Vista, precisa informar no cadastro do beneficiário, que não poderá receber o valor maior que 1,5 (salário mínimo e meio) por estudante, salvo para os estudantes indígenas e quilombolas, sendo pago por meio de crédito em conta-benefício. Conforme o capítulo IV da Resolução nº 78, de 21 de novembro de 2014, são beneficiários do Programa de Bolsa Permanência do IFMT

Art. 5º. São beneficiários do Programa de Bolsa Permanência do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso:

§ 1º - Os estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação, de acordo com a realidade de vulnerabilidade social e econômica, a partir da avaliação do Serviço Social e/ou Pedagógico do Campus, submetendo-se aos critérios estabelecidos nesta Normativa e nos Editais específicos;

§ 2º - Os estudantes indígenas, definidos no art. 1º da Convenção nº 169/1989 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 143, de 20 de novembro de 2002; § 3º Os estudantes oriundos de comunidades quilombolas, definidos no art. 2º do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003.

Ressalta, que o recebimento do benefício está relacionado a existência da dotação orçamentária anualmente consignada pelo Ministério da Educação. Ainda, que a Bolsa Permanência seja acumulável, conforme dispõe o art. 8º

Art. 8º. A Bolsa Permanência concedida pelo Ministério da Educação é acumulável com outras modalidades de bolsas acadêmicas e com auxílios para moradia, transporte, alimentação e creche criados por atos próprios das instituições federais de ensino superior.

Além disso, o IFMT-*Campus* Cuiabá/Bela Vista possui o programa de tutoria e nivelamento que têm por objetivo proporcionar intervenções que recuperem a aprendizagem de conhecimentos básicos tidos como pressupostos, mas que não foram apreendidos e assimilados por discentes ingressantes, para fins de proporcionar estratégias de nivelamento nas áreas ofertadas no programa em que forem constatadas deficiências.

Situação semelhante foi constatada no *Campus* São Sebastião, do Instituto Federal de Brasília, onde Modesto (2018, p. 134) afirma

Nesse sentido, parte dos estudantes ingressam com uma defasagem de ensino e que podem ser suprimidas com aulas de reforço, aulas de nivelamento e

monitorias, com atenção especial para as unidades curriculares em que os estudantes apresentem menor desempenho acadêmico.

Possui, também, o programa de acolhimento aos ingressantes, bem como o programa de bolsa monitoria que se baliza na categoria de Apoio técnico-pedagógico, com base no art. 15 da Portaria nº 07, de 10 de fevereiro de 2014. O programa de monitoria possui os seguintes objetivos

I- Propor formas de acompanhamento de discentes com dificuldades de aprendizagem, possibilitando atividades de complementação à formação acadêmica com a finalidade de minimizar a defasagem de aprendizado, retenção e evasão nos diversos cursos; II- Colaborar com o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem por meio da participação de discentes, sob orientação e supervisão do docente ou coordenador de área, no atendimento a seus pares; III – Assegurar aos estudantes igualdade de oportunidades no exercício das atividades acadêmicas; IV – Promover a permanência e a conclusão de cursos com êxito pelos estudantes desta Instituição com vistas à inclusão social e democratização do ensino.

Já, no ano de 2016, pelo edital nº 04/2016 de auxílios estudantis no IFMT-Campus Cuiabá/Bela Vista passa a incluir uma nova modalidade de bolsa denominada Auxílio Apoio a Pessoas com Deficiências, também proveniente da categoria de Apoio técnico-pedagógico no art. 15 da Portaria nº 07 de 10 de fevereiro de 2014.

Segundo o Edital, esta bolsa “refere-se à concessão de auxílio financeiro para contribuir com os estudantes com necessidades específicas que são atendidos pelo NAPNE”. Teve a sua criação oficializada pela resolução nº 043, de 17 de setembro de 2013 assinada pelo então presidente do CONSUP/IFMT. Desenvolveu-se, visando a inserção daqueles que possuem necessidades educacionais específicas, desde as séries iniciais, até os cursos de pós-graduações da rede federal de educação profissional em parceria com os sistemas estaduais e municipais.

Sendo assim, o objetivo principal do NAPNE é disseminar a cultura da “educação para convivência”, aceitação da diversidade e, principalmente, buscar a quebra das barreiras arquitetônicas, educacionais, de comunicação e atitudinais.

No próximo subtópico abordaremos quais são as modalidades de ações e projetos ofertadas no IFMT- *Campus* Cuiabá/Bela Vista.

1.4.2 As modalidades de ações e projetos ofertados pelo IFMT – Campus Cuiabá/Bela Vista

O IFMT- *Campus* Cuiabá/Bela Vista executa a política de assistência estudantil, por meio dos programas de caráter universal e seletivo que também visam a permanência do estudante, constituindo ações e projetos desenvolvidos pela equipe pedagógica e multiprofissional, nas seguintes modalidades:

- a) acolhimento e acompanhamento social, psicológico e pedagógico: o objetivo principal é proporcionar ao estudante o atendimento e encaminhamento necessários as políticas públicas estaduais e municipais, à exemplo: como obter o cartão estudantil gratuito no Associação Mato Grossense dos Transportadores Urbanos (AMTU), apresentação da escola e seus departamentos, como participar dos projetos de pesquisa e extensão e bem como se inscrever no programa de bolsa de auxílio estudantil, entre outros;
- b) prevenção e promoção de saúde e qualidade de vida: possui um caráter socioeducativo, na perspectiva de promoção de hábitos saudáveis, por meio de palestras;
- c) incentivo às atividades esportivas, de lazer e culturais: são ações que promovem a ampliação do universo sociocultural e artístico do estudante, bem como sua inserção em práticas culturais. Tem como objetivo contribuir com a formação cultural, afetiva, intelectual como elemento de inclusão social, por meio de: semana da arte e cultura, semana da cultura afro-brasileira, oficina de música, oficina de teatros, jogos estudantis da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica;
- d) seguro estudantil: é assegurado a todos estudantes regularmente matriculados em cursos presenciais no *Campus*;
- e) incentivo ao desempenho escolar e acadêmico: destina-se aos estudantes que necessitam de acompanhamento e apoio pedagógico para melhoria nas disciplinas que estejam com dificuldades. Neste caso, os alunos poderão receber bolsa de incentivo (monitoria), sendo selecionados conforme o critério do edital específico;
- f) participação em eventos acadêmicos e de formação política estudantil: destina-se à concessão de auxílio financeiro para possibilitar a participação em eventos técnicos científicos, no intuito de promover a capacidade de pensa criticamente a realidade que estão inseridos;

g) apoio aos estudantes com deficiência e/ou necessidades específicas: tem por finalidade garantir aos estudantes com deficiências, um acompanhamento efetivo das atividades de ensino, pesquisa e extensão. A responsabilidade desse acompanhamento é do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas.

Dessa forma, “Os programas universais visam ao desenvolvimento integral dos estudantes com ações voltadas para as necessidades básicas; desenvolvimento técnico-científico e necessidades educacionais especiais” (Oliveira & Passos, 2016, p.212)

No que se refere ao recurso orçamentário, que proporciona a manutenção do PAE são custeados por meio da Ação 2994 (Assistência Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional Tecnológica), podendo ser utilizadas outras fontes para atender ações prioritárias destinadas as estudantes em situação de vulnerabilidades sociais, étnicas, de gênero, geracional, racial e de saúde.

Os recursos programados para esse edital estão vinculados ao Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) – IFMT- *Campus* Cuiabá/Bela Vista, podendo sofrer alterações vindas do Governo Federal. Caso isso ocorra os recursos destinados a esse edital poderão ser revistos.

No próximo subtópico abordaremos como funciona o processo seletivo do PAE no IFMT- *Campus* Cuiabá/Bela Vista.

1.5 Processo seletivo do PAE do IFMT- *Campus* Cuiabá/Bela Vista

O processo seletivo do PAE do IFMT – *Campus* Bela Vista, para todos os estudantes de todos os níveis de ensino presencial, está dividido em duas fases

- 1) a primeira traduz o período de inscrições, por meio da publicação do Edital que relata todos os pré-requisitos necessários para obtenção da bolsa de auxílio estudantil, estabelecendo um dispõe o cronograma para execução do programa. Nesta primeira fase, é disponibilizado o questionário socioeconômico por meio de link, onde o estudante preenche conforme sua vivência;
- 2) a segunda consiste na apresentação dos documentos que são
 - a) questionário socioeconômico preenchido;
 - b) fotocópia do RG do estudante;
 - c) fotocópia do CPF do estudante;

- d) fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- e) fotocópia do comprovante de renda atualizado de todos membros da família, acima de 16 anos;
- f) fotocópia do cartão bancário em nome do estudante.

Esses documentos vão para análise no Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão (DEPEX), por meio da CPAE, sempre visando beneficiar aqueles estudantes que se encontram em vulnerabilidade socioeconômica, no sentido de contribuir com a formação integral e prevenindo a evasão escolar e promovendo condições de permanência com êxito em sua formação.

Nesse sentido, assevera Oliveira e Passos (2016, p. 212) que

as atenções se voltam para aqueles que, beneficiados com a universalização do ensino fundamental, chegam ao ensino médio, cuidando para que a democratização do acesso se efetive com a permanência e a aquisição dos conhecimentos. Essas têm sido dificultadas, entre outros fatores, pelas duras condições de vida da maioria.

Após a análise criteriosa da comissão, é publicado o resultado e empenhada a despesa em nome do estudante. Vale ressaltar que é atribuição da CPAE fazer o acompanhamento e avaliação do programa, como assevera Silva e Almeida (2018, p. 7): “a comissão, segundo orientação do MEC, deve ser permanente e deve atuar na implementação das políticas de superação da evasão nos campi, bem como no monitoramento e avaliação das ações.”

A regulamentação da assistência também prevê situações passíveis de suspensão do benefício, sugerida pela CPAE, quando verificadas não-conformidades com os critérios de concessão, podendo ocorrer a qualquer tempo, ou em situações específicas, como descritas a seguir: por solicitação do aluno, comprovada a melhoria socioeconômica, desistência, transferência, trancamento de matrícula por mais de um semestre letivo, aprovação em percentual inferior a 60% das disciplinas cursadas em um semestre, conclusão do curso, omissão e/ou inveracidade de informações quando do cadastramento, apresentação de documentação fraudulenta, descumprimento das normas institucionais sobre a assistência estudantil.

CAPÍTULO II – PERCURSO METODOLÓGICO

2 O desenho e procedimentos de investigação

Neste capítulo apresentaremos os aspectos metodológicos que compreendem e suportam esta investigação. Sendo assim, este capítulo explana e justifica a metodologia utilizada e descreve qual o instrumento de recolha de dados.

Creemos que as análises dos dados poderão responder às questões de investigação que trata da implementação do PAE no IFMT – *Campus* Cuiabá/Bela Vista, após o processo de recolha dos dados, por meio das técnicas elencadas, entrevistas, questionário e documentos analisados.

2.1 Metodologia e tipo de pesquisa

Objetivamos em analisar nesta investigação, numa organização pública em fase de consolidação, a implementação do PAE no IFMT- *Campus* Cuiabá/Bela Vista, no período de 2014 – 2018, com a finalidade de constatar se tal política vem se firmando como um direito do estudante, permitindo que este conclua seus estudos, além de identificar potencialidades e limites dessa importante ação de inclusão social.

Deste modo, a nossa questão geral de investigação é a seguinte: será que existe alguma relação entre a implementação do PAE e o êxito escolar do estudante e a inclusão social?

Para responder esta questão geral e atingir os objetivos propostos “a investigação científica em ciências sociais possui, como regra fundamental, tratar os fatos sociais como coisas” (Gil, 2008,p.4). Embora, saibamos que “os fatos sociais dificilmente podem ser tratados como coisas, pois são produzidos por seres que sentem, pensam, agem e reagem, sendo capazes, portanto, de orientar a situação de diferentes maneiras” (Gil, 2008, p. 5).

De igual modo, o pesquisador, também sente, age e exerce sua influência sobre o que pesquisa. Então, para que a investigação atinja o objetivo de verificabilidade dos fatos, torna-se necessário determinar o método científico.

Compreendemos que a metodologia “é o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade (...) inclui concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e o sopro divino e criativo do investigador” (Minayo, 1994, p. 16)

Nessa perspectiva, o método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros –, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do investigador (Marconi & Lakatos, 2003).

A presente investigação é um estudo de caso único e segundo Gil (2008, p. 37) pode ser caracterizado como “um estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado, tarefa praticamente impossível mediante os outros tipos de delineamentos considerados”.

Para concretizar este estudo, realizamos uma pesquisa em corte transversal, onde utilizamos uma abordagem descritiva e de natureza, sobretudo, qualitativa. Optou-se por esta abordagem, uma vez que “proporciona visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato e descritiva onde se estudam as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, 2008, p.10). Contudo, fazemos uso, também, do instrumento de medida quantitativo, o questionário.

Ainda sob a ótica de Yin (2001, p. 21) “o estudo de caso contribui, de forma inigualável, para a compreensão que temos dos fenômenos individuais, organizacionais, sociais e políticos”. Yin, descreve, ainda, que os estudos podem ser feitos a nível individual, ou seja, estudos de caso únicos, bem como abranger mais do que um sujeito, isto é, estudos de caso múltiplos. No nosso caso, face ao tempo e recursos disponíveis, optamos por realizar um estudo de caso único, relativo ao PAE do IFMT- *Campus Cuiabá/Bela Vista*.

À vista disso, a investigação demandou do investigador prudência em relação aos atores da pesquisa, isto é, exigiu labor artesanal, como salienta Minayo (1994, p. 25)

a pesquisa é um labor artesanal, que se não prescinde da criatividade, se realiza fundamentalmente por uma linguagem fundada em conceitos, proposições, métodos e técnicas, linguagem esta que se constrói um ritmo próprio e particular. (...) O processo começa com o que denominamos fase exploratória da pesquisa, tempo dedicado a interrogarmos preliminarmente sobre o objeto, os pressupostos, as teorias pertinentes, a metodologia apropriada e as questões operacionais para levar a cabo o trabalho de campo. Em seguida, estabelece-se o trabalho de campo que consiste no recorte empírico da construção elaborada no momento. Essa etapa, combina entrevistas, observações, levantamento de material bibliográfico, instrucional etc. Ela realizada um momento relacional de confirmação ou refutação de hipóteses e construção de teorias.

Sendo assim, em termos de metodologia geral desta investigação, optou-se para a recolha de dados primários, com recurso a uma abordagem qualitativa e quantitativa, realizando a sua triangulação metodológica, pois, segundo Bryman (1988, apud Azeredo, 2015, p. 40)

ambos os métodos - quantitativo e qualitativo – podem ser combinados de diferentes maneiras dentro de um só trabalho de investigação a nível do desenho da investigação. Este autor advoga, também, que a metodologia quantitativa é, por norma, mais influente do que a qualitativa, contudo, por vezes, acontece que ambas as metodologias também se podem complementar.

Utilizamos o método quantitativo, através de um questionário presencial apresentado aos estudantes dos cursos técnicos e bacharelado. Paralelamente, o método qualitativo, realizando entrevistas aos responsáveis pela CPAE do IFMT – *Campus Cuiabá/Bela Vista*. Posteriormente, tendo em conta os resultados, tanto das entrevistas, para a qual usamos a técnica de análise de conteúdo, e os questionários, para o qual usamos uma análise estatística descritiva, inferimos para a amostra as análises e conclusões desta investigação.

Assim, utilizamos uma abordagem mista, qualitativa e quantitativa. A primeira, sustentada por entrevistas com os servidores da instituição e, ainda, pela consulta de documentação e dados secundários (artigos, relatórios, editais, registros académicos, planos de desenvolvimento institucional, entre outros), disponíveis no arquivo da secretaria geral de documental escolar - SGDE do IFMT- *Campus Cuiabá-Bela Vista* ou pesquisados em acervos eletrônicos; a segunda, pela aplicação de questionários aos estudantes, obtendo-se dados primários.

Dessa forma, Marconi e Lakatos (2003) esclarecem que a abordagem qualitativa se trata de uma pesquisa que possui como premissa, analisar e interpretar aspectos, descrevendo a complexidade do comportamento humano, permitindo análises mais detalhadas sobre as investigações, atitudes e tendências de comportamento. Ou seja, a ênfase da pesquisa qualitativa é nos processos e nos significados.

Já a abordagem quantitativa, à luz dos autores Rodrigues e Limena (2006, p. 89) é compreendida

(...) quando a abordagem está relacionada à quantificação, análise e interpretação de dados obtidos mediante pesquisa, ou seja, o enfoque da pesquisa está voltado para análise e a interpretação dos resultados, utilizando-se da estatística. Portanto, empregam-se recursos e técnicas estatísticas, como

porcentagem, média, moda, mediana, desvio-padrão, coeficiente de correlação, análise de regressão etc. Também são utilizados programas de computador capazes de quantificar e representar graficamente os dados.

Neste sentido, os dados coletados na investigação com os servidores foram analisados qualitativamente, com base em entrevista formada por 5 questões. Em relação, aos dados recolhidos com estudantes, foi por meio de instrumento de medida – questionário, com perguntas de múltipla escolha, formado por 30 questões onde permitiu realizar uma sumária análise estatística descritiva quantitativa.

Assim, nesta investigação e de forma alcançarmos os objetivos gerais e específicos sobre a realidade da implementação do PNAES no IFMT – *Campus* Cuiabá/Bela Vista. Optou-se, assim, pela triangulação metodológica, onde utilizamos como unidade de análise os servidores e os estudantes do IFMT – *Campus* Cuiabá/Bela Vista, pois, são estes os indivíduos e agentes da PAE e objeto do estudo.

Nesse sentido, para ambos os métodos de recolha de dados, foram elaborados dois quadros de controle de entrevista e o questionário no intuito de ajudar à análise por parte do investigador, com objetivo de ajudar a responder a questão central da investigação: será que existe alguma relação entre a implementação do PAE e o êxito escolar do estudante e a inclusão social? Sendo assim, apresentamos abaixo:

Quadro 3 - Quadro de controle da entrevista

Questão de investigação	Item do roteiro da entrevista	Pretende-se saber se...
Q.1) De que forma a assistência estudantil vem se desenvolvendo no IFMT- <i>Campus</i> Cuiabá – Bela Vista e quais seus impactos na vida escolar dos estudantes em situação de vulnerabilidade social?	1) Gostaria que me falasse acerca das atividades desenvolvidas no NAE no IFMT – <i>Campus</i> Cuiabá/Bela Vista.	Quais eram atividades da assistência estudantil e se elas eram efetivas na percurso escolar do estudante.
Q.2) A forma de implementação da assistência estudantil no IFMT- <i>Campus</i> Cuiabá/Bela Vista está adequada?	2) No seu ponto de vista, os fatores considerados na concessão de auxílio estudantil são efetivos para permanência do aluno(a) no IFMT- <i>Campus</i> Cuiabá?	Se o programa vêm atendendo a clientela (estudantes beneficiados) e o processo de seleção é satisfatória.

Q.3) Como o PNAES pode contribuir para conclusão dos cursos, além de colaborar com a diminuição das desigualdades sociais?	3) Em relação à afirmativa: O programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES contribui para a promoção da inclusão social pela educação. É válido? Porquê?	Se a assistência estudantil é um fator preponderante para que beneficiários da possam concluir os seus estudos e saírem da situação de vulnerabilidade socioeconômica.
Q.4) De que forma a assistência estudantil tem contribuído para diminuir a evasão escolar, promover a ascensão social por meio da educação e evitar o desperdício de recursos públicos?	4) Gostaria de comentar qualquer outro tipo fato que julgue interessante, em relação as bolsas de auxílios.	Se as bolsas de auxílios são motivos para que não haja evasão escolar.
Q.5) Quais os pontos fortes e fracos do PAE dentro do IFMT – <i>Campus</i> Cuiabá/ Bela Vista?	5) Como os atores envolvidos avaliam a prestação de serviços da assistência estudantil no IFMT – <i>Campus</i> Cuiabá /Bela vista?	Se o PAE tem sido satisfatório, se não, como o a comissão tem feito para amenizar os problemas decorrentes dos pontos fracos.

Fonte: elaboração pessoal (2018)

Quadro 4 - Controle do questionário

Questões da investigação	Item do questionário	Pretende-se saber...
Q.1 e Q.2	Questões 1 à 9	Conhecer o perfil socioeconômico do estudante.
Q.2	Questões 10 à 13	Se o estudante conhece o PAE, e se é beneficiado ou não.
Q.2 e Q. 3	Questões 14 à 23	Se o estudante conhece e de que forma avalia o processo de seleção dos auxílios estudantis.
Q. 4 e Q. 5	Questões 24 à 30	Qual é a importância dos auxílios estudantis recebidos e o seu funcionamento.

Fonte: elaboração pessoal (2018)

Os quadros 1 e 2 permitem tratar os dados recolhidos pelos questionários e entrevistas de uma forma organizada. Esta sistematização foi fundamentada nas questões norteadoras da investigação (coluna da esquerda) relacionando com questões da entrevista (coluna do meio) na qual assessoram na questão geral da investigação. Focalizando o objetivo da questão, foi criada uma coluna com a explicação breve do que pretendíamos saber com a questão colocada (coluna da direita), para que não desviássemos dos objetivos propostos.

2.2 Questões da investigação

Segundo Minayo (1994, p. 17) “a pesquisa vincula pensamento e ação. Ou seja, nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema concreto na vida prática. As questões da investigação estão, portanto, relacionadas a interesses e circunstâncias socialmente condicionadas. São frutos de determinada inserção no real, nele encontrando suas razões e seus objetivos.”

De acordo com Martins (2008), provavelmente o passo mais importante a ser considerado no estudo científico é a definição das questões de pesquisa. Neste sentido, definimos a nossa questão geral: será que existe alguma relação entre a implementação do PAE e o êxito escolar do estudante e a inclusão social? Assim sendo, para que pudéssemos responder à questão geral, definimos outras questões norteadoras desta investigação:

1. De que forma a Assistência Estudantil vem se desenvolvendo no IFMT *Campus* Cuiabá/Bela Vista e quais seus impactos na vida escolar dos estudantes em situação de vulnerabilidade social?
2. A forma de implementação da Assistência Estudantil no IFMT, *Campus* Cuiabá/Bela Vista está adequada ao PNAES?
3. Como o PNAES pode contribuir para a conclusão dos cursos, além de colaborar com a diminuição das desigualdades sociais?
4. De que forma a Assistência Estudantil tem contribuído para diminuir a evasão escolar, promover a ascensão social por meio a educação e evitar o desperdício de recursos públicos?
5. Como os atores envolvidos avaliam a prestação de serviços de assistência estudantil no IFMT- *Campus* Cuiabá/Bela Vista?

2.3 Instrumentos e recolha de dados

Nesta investigação o instrumento de recolha de dados foi o método de questionário e entrevista, após uma pesquisa inicial baseada na literatura existente, foi possível detetar que este método seria o mais indicado para esta investigação em causa, devido ao fato do uso de uma metodologia quantitativa.

Segundo Gil (1999) a utilização do questionário fundamenta-se numa técnica de investigação formada por um número de questões colocadas por escrito, objetivando-se na obtenção de opiniões, expectativas, crenças, etc. Sendo assim, um questionário bem elaborado deve ser inteligível, cristalino, coerente e deve ter apenas uma interpretação, de modo a ser possível retirar dados mais concretos e confiáveis (Oliveira, 2012).

O uso deste método e instrumento é defendido por vários autores, além de possuir várias vantagens, como pode ser demonstrado na quadro abaixo:

Quadro 5 - Vantagens de questionário

Lakatos e Marconi (2006)	as repostas de forma virtual permitem rapidez, eficácia, menos custos e despesas de execução, podendo, ainda, inquirir os vários indivíduos em simultâneo.
	o anonimato permite uma maior liberdade e veracidade nas respostas dos inquiridos, não havendo interferência ou influência do entrevistador.
Hill e Hill (2009)	a recolha de informação de forma rápida e eficaz, permite abranger um vasto número de indivíduos num curto espaço de tempo.

Fonte: elaborado com base em Lakatos e Marconi (2006) e o Hill e Hill (2009).

2.4 Construção do questionário

A construção e o sistematização do questionário utilizado nesta investigação surgiu após a revisão de literatura dos conceitos e construtos subjacentes, tendo em vista, foram encontrados estudos análogos, que nos proporcionou a utilização de escalas e medidas adequadas para elaboração das questões do questionário. No entendimento de Chagas (2000), o método de pesquisa quantitativo está relacionado ao questionário, na qual constituído num conjunto estruturado de questões, a fim de alcançar os resultados que responda ao problema em questão.

A elaboração de questionário passa por diversas etapas, conforme aponta Fortin (2000) dentre elas:

- a) delimitação da informação a recolher;
- b) formulação de questões;
- c) definir formato e sequência das questões;
- d) revisão do questionário;
- e) elaboração de um pré-teste;
- f) elaboração de uma introdução e diretrizes.

De acordo, Saunders et. al (2009) quando se constrói um questionário existem três opções diferentes para a sua elaboração: (1) adotar perguntas de outros questionários; (2) adaptar perguntas de outros questionários; (3) criar as próprias perguntas. Salienta-se que, desde que estejam devidamente validades, adotar ou adaptar perguntas de outros questionários, é mais prático e eficiente (Saunders et al, 2009).

Em relação à estrutura do questionário, poderá usar-se dois tipos de perguntas: questões abertas ou fechadas (Kotler, 2000). Sendo que, as primeiras são de repostas livres e de forma escrita, enquanto, nas segundas, existe uma limitação imposta por meio da escolha de diversas hipóteses apresentadas (Sauders et al., 2009). Neste estudo em concreto, foram utilizadas questões fechadas, sendo a medição realizada por meio de uma escala de Likert, com intervalo entre 0 e 5, traduzindo o número 0 “discordo totalmente” e o número 5 “concordo totalmente”.

2.4.1 A estrutura do questionário

O questionário apresenta, primeiramente, um texto introdutório ao tema com a indicação do intuito do trabalho, contextualizando o inquirido sobre a temática do trabalho, onde foram salientados, os motivos de realização da pesquisa e um apelo. Neste sentido, o questionário está dividido da seguinte forma:

Parte I: as 9 primeiras questões de resposta fechada e de carácter obrigatório de múltipla escolha com objetivo de traçar um perfil socioeconômico dos estudantes.

Parte II: de 10 a 13 questões fechadas de múltipla escolha, com intuito de saber sobre os tipos, tempo e a utilização dos auxílios estudantis recebidos do PAE.

Parte III: 14 e 28 questões fechadas de múltipla escolha sobre a avaliação e satisfação do processo de seleção do PAE.

Parte IV: 29 e 30 questões abertas com objetivo de buscar outras percepções relevantes sobre o funcionamento do PAE.

Salienta-se que, o uso de questões de resposta fechada possibilita um maior controle sobre as opiniões dos inquiridos permitindo, de igual forma, uma maior simplificação uniformização da análise das resposta. (Reis, 2010). De seguida, apresentamos um quadro da estrutura do questionário, o mesmo pode ser analisado no Anexo I.

Quadro 6 - Estrutura do questionário

PARTE INTRODUTÓRIA		
PARTE I	Questão 1	Idade
	Questão 2	Gênero
	Questão 3	Curso
	Questão 4	Modalidade de Curso
	Questão 5	Forma de ingresso
	Questão 6	Semestre
	Questão 7	Cor/Raça
	Questão 8	Renda <i>per capita</i>
	Questão 9	Residência
PARTE II	Questão 10	Divulgação do PAE
	Questão 11	Tipo de auxílio estudantil
	Questão 12	Tempo de recebimento de auxílio estudantil
	Questão 13	Utilização dos auxílios recebidos
PARTE III	Questão 14	Processo de seleção do PAE
	Questão 15	Transparência do processo de seleção do PAE
	Questão 16	Satisfação do processo de seleção do PAE
	Questão 17	Satisfação da divulgação dos Editais do PAE
	Questão 18	Satisfação do período de inscrição do PAE
	Questão 19	Avaliação do questionário socioeconomico
	Questão 20	Importância da 1º etapa do processo de seleção do PAE: comprovação de documentação
	Questão 21	Importância da 2º etapa do processo seleção do PAE: entrevista
	Questão 22	Avaliação da ausência do sistema informatizado PAE
	Questão 23	Avaliação dos valores por tipo dos auxílios do PAE
	Questão 24	Satisfação do recebimento mensal das parcelas do PAE
	Questão 25	Suficiência das parcelas recebidas do PAE em relação aos gastos de permência no curso.
Questão 26	Avaliação do funcionamento do PAE	
Questão 27	Se é atendido por outro serviço de assistência estudantil.	
Questão 28	Avaliação do PAE em relação a inclusão social	
PARTE IV	Questão 29	Pontos negativos e sugestões do PAE
	Questão 30	Relevância ou não do PAE
AGRADECIMENTOS FINAIS		

Fonte: elaboração pessoal (2019)

2.4.2 Procedimentos de administração do questionário e recolha dos dados

No que se refere aos procedimentos de administração do questionário e recolha de dados da investigação, foram divididas em cinco fases: pesquisa bibliográfica, documental, inquéritos sob a forma de entrevistas com os responsáveis pela CPAE da instituição e o questionário com os estudantes do ensino médio técnico e bacharelado.

a) Pesquisa bibliográfica

A primeira fase da investigação, foi através da pesquisa bibliográfica, traduzida como: “(...) desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (Gil, 2008, p. 51). Foi realizado uma busca por diversas fontes, tais como: dissertações, artigos, livros, teses, relatórios, repositórios, entre outros, a respeito da temática do PNAES.

b) Pesquisa documental

A segunda, denominada pesquisa documental é muito semelhante à pesquisa bibliográfica, porém, a diferença encontra-se nas fontes, como afirma Gil (2008, p. 51):

enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa.

Sendo o foco a análise de implementação de política educacional no IFMT-Campus Cuiabá/Bela Vista, foram utilizados documentos institucionais, como a Constituição Federal, Leis, Decretos, Estatuto, Regimento, Plano de Desenvolvimento Institucional, Projeto Político Pedagógico, Regulamento da Assistência Estudantil do IFMT, Resoluções internas, Portarias, Instruções Normativas, Editais de seleção de dos estudantes ao programa, entre outros.

c) Permissão para aplicação de inquéritos

Na terceira fase, solicitamos a permissão para realizar os inquéritos e guião das entrevistas (ver apêndice I e II) e, posteriormente as análises. Para isso, no dia 18 de maio de 2018 foi realizado a submissão do projeto de pesquisa (ver anexo I) junto ao Comitê de Ética na Pesquisa (CEP) – Plataforma Brasil do IFMT e recebido para análise no dia 24 de maio de 2018.

No entanto, a submissão do projeto o Plataforma Brasil – CEP, foi bem demorada, devido às pendências, retornando por três vezes, pois, as reuniões do CEP ocorrem uma vez ao mês e seus membros solicitaram alterações com base em:

- 1) termo de consentimento livre – TCLE (ver apêndice III);
- 2) termo de assentimento livre esclarecido – TALE (ver apêndice IV);
- 3) declaração da instituição de infraestrutura (ver anexo III);
- 4) termo de anuência da instituição (ver anexo IV);
- 5) declaração de (atendimento aos sujeitos da pesquisa, fatores de riscos e critérios) para realização da pesquisa (ver anexo V);
- 6) declaração da psicóloga responsável pelo atendimento dos sujeitos da pesquisa no caso dos riscos associados (ver anexo VI);

Após, todas alterações solicitadas pela plataforma, o parecer do projeto foi aprovado (ver anexo II) via nº 2.881.098, no dia 09 de setembro de 2019.

d) Aplicação dos inquéritos (questionário)

A quarta fase foi o inquérito, por via da aplicação de questionários aos estudantes beneficiados e não beneficiados do IFMT- *Campus* Cuiabá/Bela Vista dos cursos técnicos integrados e superiores integral, no ano de 2018, amparados pelo termo de anuência da instituição e a declaração de supervisão da psicóloga da instituição.

Desta forma, o modelo de guião de questionário aplicado, no nosso estudo, foi balizado pelo estudo da autora Jacqueline Alves de Jesus, denominado “Programa Nacional de Assistência Estudantil nos Institutos Federais de Educação: um estudo da metodologia de implementação do IFNMG”, onde foi adaptado e revisto para a realidade estudada nesta investigação (ver apêndice I).

Os instrumentos de medição foram aplicados em campo nos dias 22, 23 e 26 de novembro de 2018 no IFMT – *Campus* Cuiabá/Bela Vista, onde os guiões dos questionários foram impressos, disponibilizados e respondidos em sala de aula para os estudantes de modalidade presencial dos cursos técnicos e bacharelado da instituição. Marconi e Lakatos (2003, p. 201) definem questionário como sendo:

um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador (...) Vantagens – atinge grande número de pessoas simultaneamente; abrange uma extensa área geográfica; economiza tempo e dinheiro; não exige o treinamento de aplicadores; garante o anonimato dos entrevistados, com isso maior liberdade e segurança nas respostas; permite que

as pessoas o respondam no momento em que entenderem mais conveniente; não expõe o entrevistado à influência do pesquisador; obtém respostas mais rápidas e mais precisas; possibilita mais uniformidade na avaliação, em virtude da natureza impessoal do instrumento; obtém respostas que materialmente seriam inacessíveis.

Segundo Cervo e Bervian (2002, p. 48), o questionário “(...) refere-se a um meio de obter respostas às questões por uma fórmula que o próprio informante preenche”. Ele pode conter perguntas abertas e/ou fechadas. As abertas possibilitam respostas mais ricas e variadas e as fechadas maior facilidade na tabulação e análise dos dados.

e) Realização das entrevistas

Após o parecer aprovado do comitê de ética em pesquisa, foi realizada as entrevistas com os atores envolvidos do CPAE (Psicóloga, Interprete Libras, Assistente Social), nos dias 4, 5 e 6 de abril de 2019, tendo sido marcadas reuniões com os responsáveis, de forma individual. Todos permitiram a gravação da entrevista por meio do gravador de voz.

Para Minayo (1994, p. 57, 58)

a entrevista é o procedimento mais usual no trabalho de campo. Através dela, o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais. As entrevistas podem ser estruturadas e não estruturadas, correspondendo ao fato de serem mais ou menos dirigidas. (...) Há formas, no entanto, que articulam essas modalidades, caracterizando-se como entrevistas semi-estruturadas.

Ainda, conforme o autor acima citado, “o registro das falas dos atores sociais que participaram da investigação, observamos que é possível trabalharmos com um sistema de anotação simultânea da comunicação ou fazermos uso de gravações” (p.59).

Desse modo, fizemos a utilização do gravador nas entrevistas, com os servidores, para que pudéssemos fazer uma análise minuciosa e precisa. Optou-se pela “entrevista semi-estruturadas”, pois, segundo Triviños (1987), a entrevista semi-estruturada parte de questionamentos básicos, suportados em teorias que interessam à pesquisa, podendo surgir hipóteses novas conforme as respostas dos entrevistados.

As entrevistas semi-estruturadas baseiam-se em um roteiro constituído de “(...) uma série de perguntas abertas, feitas verbalmente em uma ordem prevista” (Laville & Dionne, 1999, p.188).

A entrevista possui três finalidades na fase de análise: estabelecer uma compreensão dos dados coletados, confirmar ou não as questões formuladas e ampliar o conhecimento sobre o assunto pesquisado, articulando ao contexto cultural da qual faz parte (Minayo, 1994).

2.5 Caracterização das amostras e população – alvo

População-alvo, universo ou população abarca todos os elementos, objetos, empresas, pessoas, sobre os quais se pretende elaborar uma investigação, com objetivo de determinar algumas das suas características (Vilares & Coelho, 2005). Para Coutinho (2016) a população é representada por todo o grupo de pessoas que partilhem características comuns e para quem se pretenda generalizar o estudo, sendo que a população é diferente de população acessível, sendo esta última, representada por uma parte da população da qual se irá selecionar a amostra.

Já a amostra consiste num subconjunto de elementos de uma população, que reúnam determinadas características dos atributos em estudos, de forma a ser representativo, face ao seu universo ou população (Oliveira, 2012). Segundo Malhotra e Birks (2006) as características da amostra são utilizadas para fins estatísticas com o objetivo de obter deduções sobre parâmetros da população.

Devido à impossibilidade de contemplar à totalidade da população-alvo recorreremos a um método não probabilístico, isto é, a uma técnica que seleciona as unidades amostrais por conveniência (Coutinho, 2016). Sendo assim, o tipo de amostra utilizada para esta investigação foi de conveniência ou não probabilística.

Deste modo, a amostra não probabilística, em termos de estudantes (dos cursos técnicos e bacharelado), diz respeito a um sub-grupo da população acessível, a qual, foi formada por 219 estudantes. Atendendo ao número de itens do questionário, o tamanho desta amostra é bastante favorável e com uma dimensão mais credível. Já em termos da amostra dos servidores do IFMT– *Campus* Cuiabá/Bela Vista, da CPAE, identificamos uma amostra de três técnicos.

O quadro resumo seguinte evidencia todo este processo de identificação da população acessível e a obtenção da amostra de estudantes objeto de estudo nesta investigação.

Quadro 7 – Resumo de população acessível e amostra de estudantes

População	todos os estudantes presenciais dos cursos de bacharelado, especialização (<i>lato sensu</i>), licenciatura, mestrado, qualificação profissional, técnico e tecnologia dos institutos federais do Brasil.	440 459
População acessível (estudantes beneficiados do PAE)	todos os estudantes presenciais dos cursos técnicos, tecnologia e o bacharelado do IFMT - <i>Campus</i> Cuiabá - Bela Vista	265
Amostra	estudantes presenciais dos cursos técnicos, tecnologia e o bacharelado do IFMT - <i>Campus</i> Cuiabá/Bela Vista	219

Fonte: elaboração pessoal (2019)

2.5.1 Riscos e benefícios da pesquisa

Este projeto é de risco mínimo, pois todos os participantes não serão identificados, sendo preservado seus dados de forma sigilosa. Em relação aos benefícios da pesquisa esta poderá trazer recomendações e implicações de gestão aos dirigentes do IFMT, no sentido de contribuir para a melhoria na implementação e aplicação dos recursos do PAE.

2.5.2 Critérios de inclusão e exclusão dos públicos inquiridos

No que se refere, os critérios inclusão são os seguintes:

- a) ter idade acima de 14 (anos);
- b) é estudante matriculado em situação regular no *Campus* Cuiabá/Bela Vista;
- c) recebe bolsa auxílio estudantil (monitoria, transporte, alimentação, entre outros);
- d) estar recebendo/recebeu bolsa auxílio estudantil nos anos (2016, 2017, 2018);

Em relação aos critérios de exclusão dos sujeitos de pesquisa destacamos:

- a) ter idade abaixo de 13 (treze anos);
- b) estar infrequente nos cursos técnicos e superiores;
- c) recebeu bolsa auxílios estudantis nos anos anteriores à 2014.

Esta triangulação dos dados, com base em 219 questionários completos obtidos e as 3 entrevistas com servidores do CPAE evidenciará a estrutura que dá suporte à execução da PAE desde a sua implantação à execução, abrangendo todas as fases políticas e administrativas da sua implementação. De acordo com Vergara (2009, p. 47), “podem

ter se concentrado em aspectos interessantes, porém não relacionados diretamente ao objeto do estudo”. Desse modo, a análise poderá ajudar a compreender a relação entre a concessão da assistência estudantil e o desempenho e permanência dos alunos, contribuindo com a promoção da inclusão social por meio de acesso aos recursos de infraestrutura física e pedagógica da instituição.

CAPÍTULO III – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

3 Análise de dados recolhidos

Nesta seção iremos apresentar e analisar os dados primários a partir do questionário e das entrevistas realizadas. Para interpretação dos dados obtidos, foram aplicados métodos estatísticos utilizando-se do programa *Excel (Microsoft Office)*, sendo apresentados em gráficos de barras onde demonstram em forma de percentagens as comparações das informações obtidas e permitindo a discussão e análise do objeto da investigação.

Rememorando, um dos objetivos é investigar a percepção do estudante atendido pelo PAE do IFMT, *Campus Cuiabá/Bela Vista*, quanto a forma de execução e a participação dele no referido programa. Neste sentido, priorizamos aplicação de questionários com os estudantes beneficiados e não beneficiados dos cursos técnicos e o bacharelado para compreender o objeto de pesquisa. Posteriormente, as entrevistas com o grupo de servidoras, pois, era objetivo caracterizar as dificuldades encontradas na implementação do PAE no IFMT – *Campus Cuiabá/Bela Vista*.

Cabe ressaltar, que o IFMT – *Campus Cuiabá/ Bela Vista* têm o papel de implementador de políticas públicas de assistência estudantil, além da mitigação das desigualdades entre os estudantes e a promoção da inclusão social.

Para que pudéssemos compreender como funcionava a dinâmica do processo de seleção do PAE no IFMT – *Campus Cuiabá/Bela Vista*, buscamos na CPAE os editais e os seus resultados, a fim caracterizar as suas ações (tipos de auxílios, valores, quantidade de beneficiados) desenvolvidas em relação ao PAE.

Para levantar os dados dos beneficiados, consultamos o Sistema de Registro Acadêmico, uma vez que a CPAE não dispunha dos quantitativos em relação a desempenho do programa na instituição. Segue abaixo o quadro com o resumo dos editais de programa dos auxílios estudantis (2014-2018)

Quadro 8 - Resumo dos editais do PAE do IFMT – Campus Cuiabá/Bela Vista (2014-2018)

ANO	EDITAIS	CATEGORIAS DE AUXÍLIO ESTUDANTIL	QUANTIDADE OFERTADAS	VALORES	PERÍODO DE INSCRIÇÕES DO EDITAL	PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL
2014	Nº 04/2014	Alimentação	100	R\$ 150,00	25/03 à 04/04	21/04/2014
	Nº 05/2014	Transporte	50	R\$ 70,00	25/03 à 04/04	22/05/2014
	Nº 09/2014	Esporte	35	R\$ 70,00	06/05 à 14/05	22/05/2014
	Nº 10/2014	Artes	20	R\$ 100,00	05/05 à 09/05	22/05/2014
2015	Nº 04/2015	Alimentação	100	R\$ 150,00	31/03 à 07/04	16/04/2015
	Nº 05/2015	Transporte	100	R\$ 70,00	31/03 à 07/04	17/04/2015
	Nº 11/2015	Monitoria	14	R\$ 652,00	29/10 à 03/11	05/11/2015
2016	Nº 04/2016	Alimentação	150	R\$ 198,00	15/04 à 29/04	12/05/2016
		Transporte	30	R\$ 80,00		
		Moradia	10	R\$ 200,00		
		Cultura	10	R\$ 100,80		
		Esporte	10	R\$ 100,80		
		PNE	10	R\$ 100,80		
2017	Nº 03/2017	Alimentação	150	R\$ 220,00	30/03 à 08/04	28/04/2017
		Transporte	30	R\$ 80,00		
		Moradia	10	R\$ 200,00		
		Cultura	10	R\$ 110,00		
		Esporte	10	R\$ 110,00		
		Creche	10	R\$ 110,00		
		PNE	10	R\$ 110,00		
	Nº 05/2017	Monitoria	2	R\$ 600,00	08 à 14/06	21/06/2017
2018	Nº02/2018	Alimentação	150	R\$ 220,00	26/02 à 16/03	30/03/2018
		Transporte	30	R\$ 84,00		
		Moradia	10	R\$ 200,00		
		Creche	10	R\$ 110,00		
		Permanência	10	R\$ 110,00		
	Nº 05/2018	Monitoria	12	R\$ 450,00 R\$ 600,00	28/03 à 03/04	13/04/2018

Fonte: elaboração pessoal (2018)

Após, essa primeira coleta de dados secundários, conforme o quadro nº 8 acima, notamos que nos anos de 2014 e 2015 os editais eram separados por categoria de auxílio estudantil. No ano de 2016 o edital passou a ser único com todas as categorias, exceto o programa de bolsa monitoria, devido aos critérios de seleção.

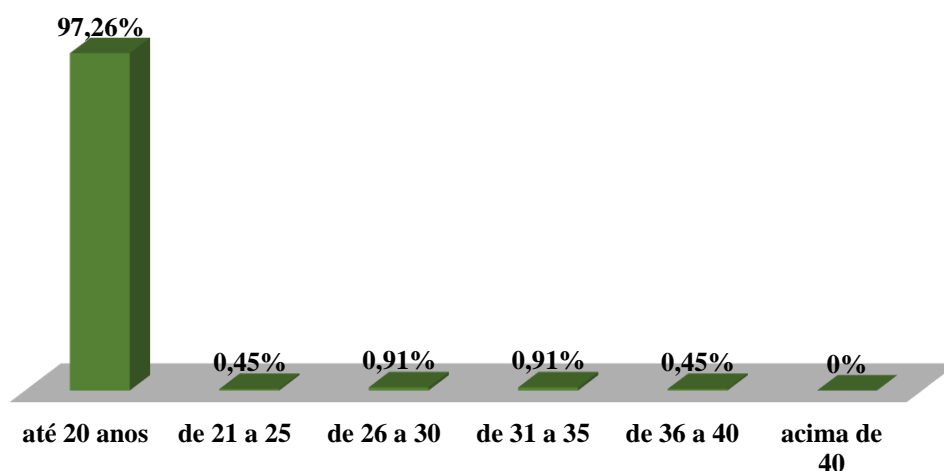
Pois, na bolsa monitoria o estudante precisa já ter cursado a disciplina que está pleiteando, possuir média no último bimestre/semestre igual ou superior a 7,00 (sete) para disciplina pretendida, bem como frequentar regularmente as aulas (percentual de 75% de presença), além de ter disponibilidade de tempo para atender as atividades programadas. Ainda no ano de 2016, no edital foram incluídas as seguintes categorias: moradia, esporte, PNE e a mudança de nomenclatura de “artes” para “cultura”. Já no ano seguinte, passa

ser ofertado uma nova modalidade de bolsa: auxílio creche. No ano de 2018, a bolsa de auxílio PNE foi excluída e a bolsa auxílio permanência inserida.

Nesta seção faremos uma análise dos dados primários recolhidos. Nos dias 22, 23 e 26 de novembro de 2018 foi aplicado o questionário tendo sido obtidas 219 repostas (duzentos e dezenove), entre elas, de beneficiados e não beneficiados do PAE no IFMT – *Campus Cuiabá / Bela Vista* dos seguintes cursos: técnico em química integrado ao ensino médio; técnico em meio ambiente integrado ao ensino médio e bacharelado em engenharia de alimentos.

No gráfico 1 abaixo verificamos a faixa etária dos 219 estudantes participantes da pesquisa que, em sua maioria, são jovens até os 20 anos de idade (97,26%). Isso demonstra que a maioria dos estudantes são dependentes economicamente dos pais, pois não estão inseridos no mercado de trabalho e, além disso, os cursos ofertados pela instituição, em sua grande maioria, possuem a grade curricular integral. Desta forma, concluímos que dificulta até o acesso ao primeiro emprego.

Gráfico 1 - Faixa etária dos discentes do IFMT - *Campus Cuiabá/Bela Vista*

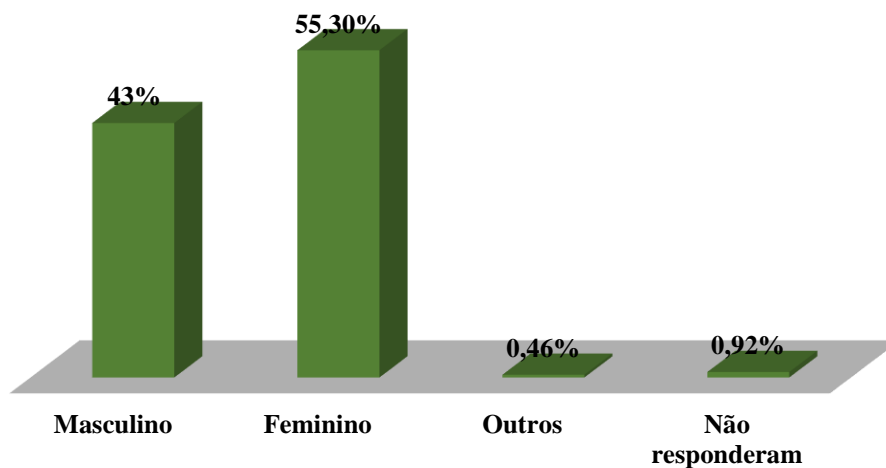


Fonte: dados do inquérito (2018)

Todavia, percebemos a existência de estudantes na faixa etária de 26 a 30 e 31 a 35, onde ponderamos ser os estudantes de nível superior (integrals). Aliás, ajuizamos que seja a busca pela formação, qualificação e requalificação profissional que os traz à escola. Essa constatação torna evidente e necessária a adoção da assistência estudantil, como política pública nacional, a ser implantada permanentemente, garantindo da condição de permanência e êxito acadêmico, da juventude brasileira.

Do gráfico 2 abaixo observamos que os estudantes do gênero masculino são 43% e os do gênero feminino são 55,30%, outros 0,46%.

Gráfico 2 - Gênero dos discentes do IFMT- *Campus* Cuiabá/Bela Vista



Fonte: dados do inquérito (2018)

Verificamos que há uma paridade em relação a acessibilidade por gênero, ou seja, mesmo nos cursos considerados teoricamente masculinos ou femininos, mantém-se a paridade de gênero.

Apesar desta constatação, o ingresso do estudante é baseado nas notas do processo seletivo, para o ensino médio e técnico e no vestibular e Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), no caso dos cursos superiores. (Brasil, 2019, p.1)

Quadro 9 - Cursos selecionados do IFMT – *Campus* Cuiabá /Bela Vista

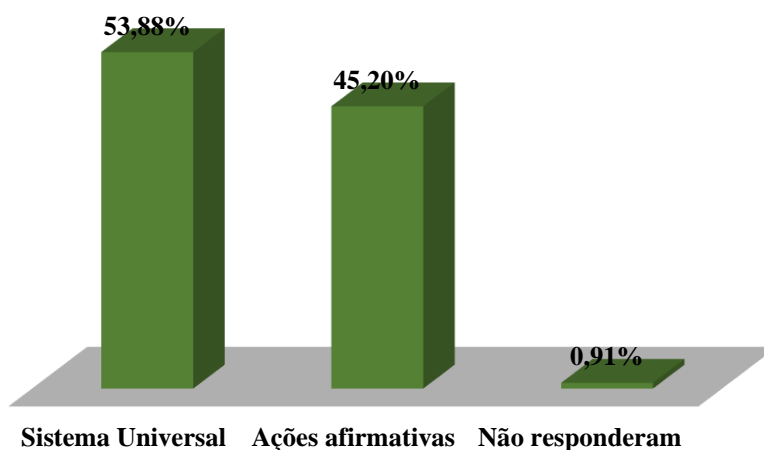
Nome do Curso	Quantidade de inquiridos
Técnico em Meio Ambiente (integrado)	106
Técnico em Química (integrado)	105
Bacharelado em Alimentos	7

Fonte: dados do inquérito (2018)

Cabe ressaltar que não foi selecionado o curso de Tecnologia em Gestão Ambiental e os cursos de Química, Meio Ambiente e Alimentos subsequentes, devido o recorte ser apenas cursos diurnos integrais. Pondera-se poucos alunos no curso superior, devido ao curso ser integral.

No gráfico 3 abaixo verificamos as formas de ingressos dos estudantes do IFMT – *Campus* Cuiabá/Bela Vista, nomeadamente, por sistema universal (53,88%) e ações afirmativas (45,20%).

Gráfico 3 - Forma de ingresso dos discentes do IFMT-*Campus* Cuiabá/Bela Vista



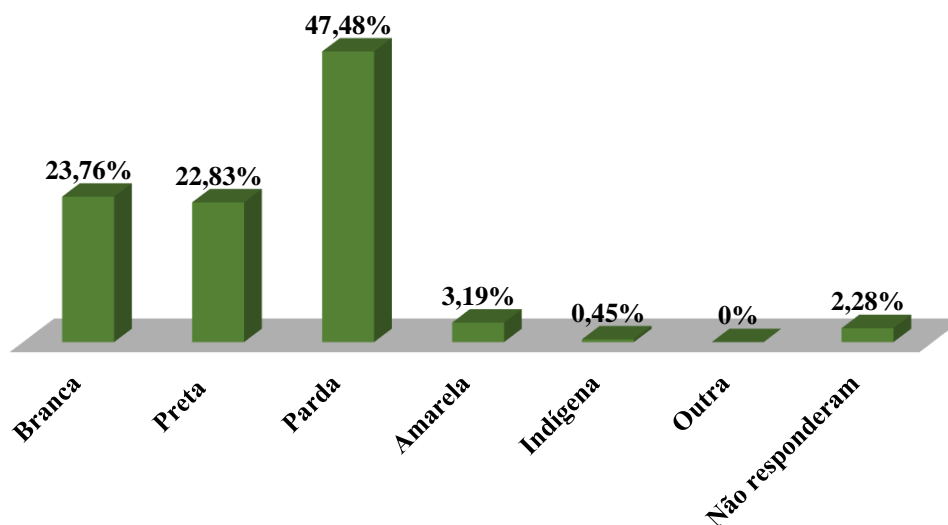
Fonte: dados do inquérito (2018)

Notamos que quase metade dos estudantes são oriundos de Ações Afirmativas que são os candidatos com renda familiar bruta *per capita* igual ou inferior a 1,5 salário mínimo ou que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, conforme a Lei nº 12.711/2012. Nesse sentido verificamos que se olhar pela perspectiva dos ingressantes por Ações Afirmativas, metade se enquadraria no PAE do IFMT – *Campus* Cuiabá/Bela Vista, ou seja, a demanda é superior a quantidade de bolsas disponibilizadas pela instituição.

Outra questão, é que os quantitativos de bolsas não são baseados nas formas de ingresso, e sim na disponibilidade orçamentária financeira. Ressalta-se, que existem estudantes que ingressaram pelo sistema universal e também são beneficiados pelos auxílios.

No gráfico 4 abaixo observamos a grelha de resposta étnica-racial dos estudantes inquiridos do IFMT - *Campus* Cuiabá/Bela Vista, nomeadamente: branca (23,76%), preta (22,83%), parda (47,48%), amarela (3,19), indígena (0,45%). Não responderam (2,28%). Ponderamos, que a maioria dos estudantes que se auto classificam como pardos são advindos do ingresso pelas Ações Afirmativas.

Gráfico 4 - Classificação étnico-racial dos inquiridos discentes do IFMT-Campus Cuiabá/Bela Vista



Fonte: dados do inquérito (2018)

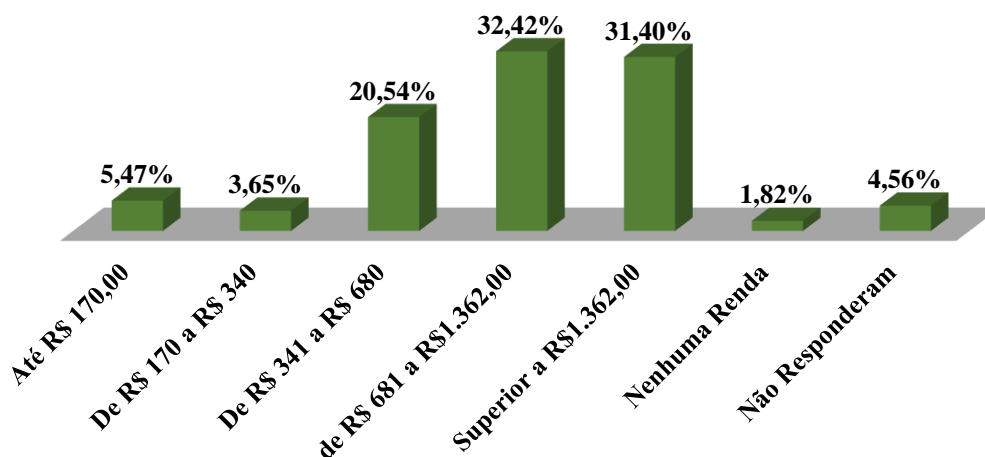
De acordo Mayer e Camargo (2016, p. 248):

inegavelmente, observam-se avanços presentes nas Políticas de Ação Afirmativa, como a adoção de cotas para negros e recentemente, em 2012, a aprovação da ampliação para 50% das vagas em Universidades públicas a alunos egressos do ensino Público(...)Receber e manter nas instituições de ensino esse novo perfil de estudantes é um desafio que pede grandes atitudes, como a implantação e efetivação do PNAES; afinal, os que chegarão às universidades públicas por meio da reserva de vagas instituída pela Lei nº 12.711 de 29/08/20125, lei de Cotas, e pelo Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), devem ser tratados com atenção, pois se percebe carência de projetos e programas que tratem imediatamente tanto a formação plena como a permanência dos estudantes.

Desse modo, é necessária uma política pública efetiva, que não só possibilite a equiparação entre as classes sociais, mais ou menos favorecidas, mas sim como um direito social a todos estudantes que são advindos de Ações Afirmativas.

O gráfico 5 abaixo mostra que 62,08% dos estudantes inquiridos, têm renda familiar *per capita* menor que 1,5 salários mínimos. Das 219 respostas coletadas, 1,82% declararam que não tem nenhuma renda e 4,56% não responderam. Os que declararam ter renda familiar *per capita* maior que 1,5 salários mínimos, representam 31,40% das amostras.

Gráfico 5 - Renda per capita familiar



Fonte: dados do inquérito (2018)

Os números apresentados deixam evidente a necessidade da Assistência Estudantil como política pública a ser implementada e desenvolvida nas instituições de ensino. Nesse sentido, de acordo com Santos e Marafon (2016, 416):

o recurso da bolsa tem papel central no suprimento das variadas necessidades do cotidiano dos estudantes, daí a sua importância ao funcionar como complemento à renda familiar, auxiliando nas necessidades de permanência. Porém, para alguns estudantes, a bolsa torna-se o único rendimento garantido, a principal fonte de renda. Esta centralidade deve-se, supostamente, à falta de efetividade das demais políticas, que deveriam proporcionar a garantia de condições mínimas de sobrevivência aos cidadãos.

Outra pesquisa que corrobora com a informação, foi realizada pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), com a participação de cinquenta e seis IFES, onde se (FONAPRACE, 2012, p. 39)

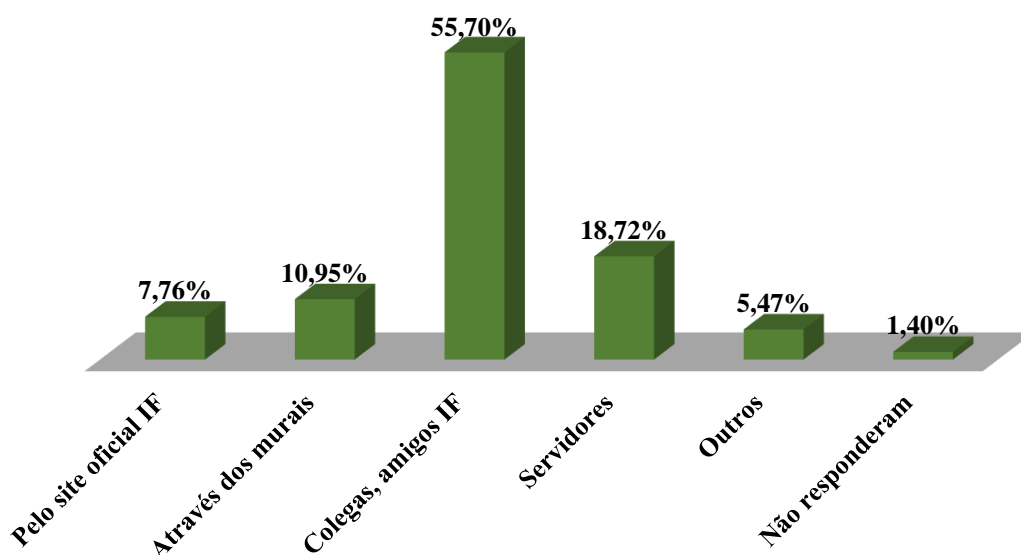
constatou que 43,7% dos estudantes pertenciam às classes C, D e E (cerca de 300 mil estudantes). Revelou, também, que quase a metade dos estudantes das Universidades Federais pertencia às classes populares, cuja renda média familiar, segundo a ABEP, era de R\$ 1.459,00. O percentual de estudantes de raça/cor/etnia preta aumentou de 5,9% em 2004 para 8,7% em 2010. Segundo dados do Relatório, esta nova configuração era resultante, sobretudo, da institucionalização, nos últimos anos, das várias políticas de inclusão, em especial das várias modalidades de ações afirmativas e do Programa de

Expansão das Universidades, sendo, porém, ainda inferior aos 50,7% apurados pelo Censo 2010 do IBGE.

Verificamos que o IFMT-Campus Cuiabá/Bela Vista possui 50% dos estudantes pertencentes a classe “C”, do estrato social brasileiro. Aduzimos que este considerável percentual é resultante das políticas de inclusão, porém, entendemos que não basta inclusão, é preciso de recursos suficientes para que essa inclusão, possibilite ao estudante da classe C permanecer e concluir os estudos.

No gráfico 6 abaixo abordamos a questão de como os estudantes inquiridos souberam do Programa de Assistência Estudantil. Percebemos que foi pelo site oficial do IF (7,76%), através dos murais (10,95%), colegas amigos IF (55,70%), servidores (18,72%) e outros (5,47%).

Gráfico 6 - Modo de conhecimento do PAE



Fonte: dados do inquérito (2018)

Constatamos que a maioria dos estudantes sabem pelos colegas, amigos da instituição, devido à falta de compreensão destes estudantes em relação a estrutura organizacional da instituição, do que é um edital de programa de auxílio estudantil, como assevera a entrevista da (Oliveira, 2019):

(...) assim para falar verdade, a gente tem alguns entraves da logística do edital, da compreensão desse aluno, do que é um edital? Da familiaridade dele com setores do IF, a gente, muito informalmente te falando, não fiz pesquisa nem nada, mas do tempo que a gente está a frente desses trabalhos, eu percebo que quanto

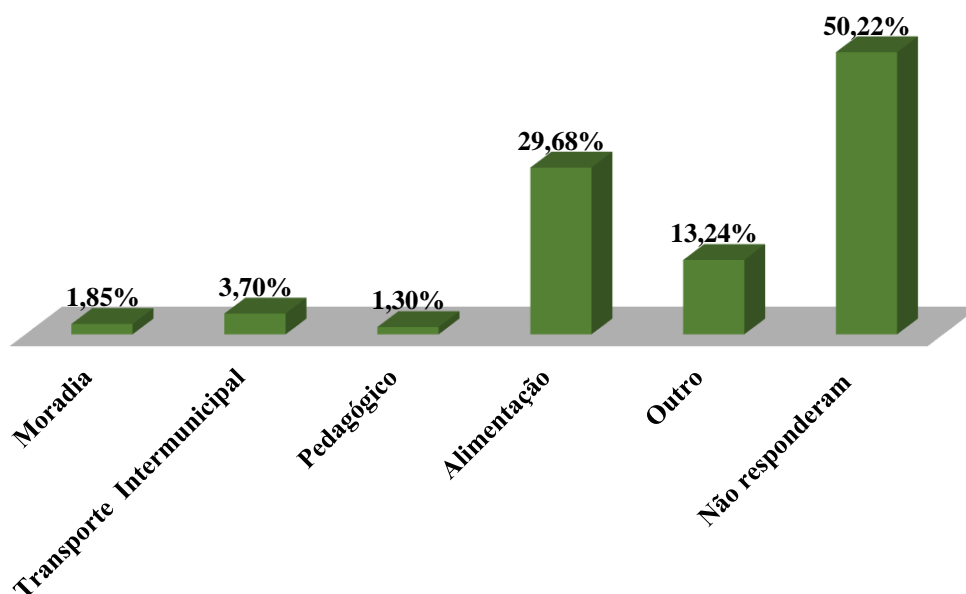
mais cedo o edital é lançado, sempre com intenção de viabilizar mais rapidez para aluno, menos inscrição a gente tem, porque os alunos não conhecem o que, que é? Um edital! Então, a gente vai fazer alguma coisa para favorecer, acaba desfavorecendo... Acontece e muito, do aluno que recebia bolsa ano passado, ele perder a inscrição desse ano, porque foi rápido demais. (...) Para falar a verdade, alguns alunos, principalmente do ensino superior da noite, ou técnico subsequente, eles não sabem que é acessível essa política, e aí eles falam assim: “dá bolsa pra gente?” como “assim dá bolsa pra gente?”, “como assim ganhar dinheiro?”, “isso não deve ser pra mim!” e eles não fazem, a gente tenta aproximar, tenta aproximar, ir nas salas, explicando que é pra vocês gente! É divulgado, só que ainda assim a gente não uma efetiva participação de todos os alunos que precisam, sempre tem os que ficam, esse ano mesmo, a gente deixou um tempo maior, porque ano passado se não me engano foi um tempo menor, a gente já ficou preocupado com isso, mais ainda correndo para os alunos receberem antes, esse ano, já teve cinco que procuraram, ah perdi a inscrição!

Desse modo, temos dois apontamentos: o primeiro que os estudantes beneficiários ou não beneficiários reclamam da demora do lançamento do edital: o outro lado, temos a instituição argumentando que quanto mais cedo ocorre o lançamento do edital, menos inscrições têm, devido à falta de compreensão do candidato ao auxílio estudantil.

Cabe ressaltar que o IFMT- *Campus* Cuiabá/Bela Vista possui o projeto de acolhimento e acompanhamento social, psicológico e pedagógico, o qual tem por propósito apresentar ao estudante a instituição e seus departamentos, coordenações e setores e seu funcionamento, com participar dos projetos de pesquisa e extensão e bem como se inscrever no programa de bolsa de auxílio estudantil, entre outros.

No gráfico 7 abaixo abordamos quais os auxílios os alunos inquiridos recebiam, sendo que aferimos o seguinte resultado: auxílio moradia (1,85%); transporte intermunicipal (3,70%); auxílio pedagógico (1,30%); auxílio alimentação (29,68%), outros auxílios (13,24) e não responderam (50,22%). O percentual de respostas que indicaram “outro”, sugere que se trata de auxílios eventuais como a participação em eventos científicos, tecnológicos, culturais e esportivos, como, por exemplo, congressos, simpósios, seminários, visitas técnicas, jogos estudantis, festivais artísticos e culturais, entre outros. Entre esses, sugerimos que estão também os que não envolvem recursos financeiros diretos ao estudante como, por exemplo, acolhimento e acompanhamento social, psicológico e pedagógico.

Gráfico 7 - Fonte de auxílio(s) estudantis recebidos



Fonte: dados do inquérito (2018)

Partindo dessa sugestão, os alunos que fazem parte do percentual “outro”, quando são beneficiados pela Assistência Estudantil, ficam sujeitos a regulamento próprio para concessão desse tipo de benefício eventual, regulamentado pela Portaria nº 43, de 03 de abril de 2019, onde se refere no seu Art. 1º:

(...) compreende-se eventos científicos, tecnológicos, culturais e esportivos, visitas e aulas técnicas de representação institucional aqueles que contemplem atividades curriculares e/ou extracurriculares que possibilitem ao discente a aquisição de conhecimentos capaz contribuir para a sua formação pessoal e profissional, de modo a constituir meio de ampliação curricular, de experiências e de vivências acadêmicas e aquelas que envolvam representação institucional do IFMT Campus Cuiabá - Bela Vista.(...)

Ainda, no que se refere a taxa de inscrição:

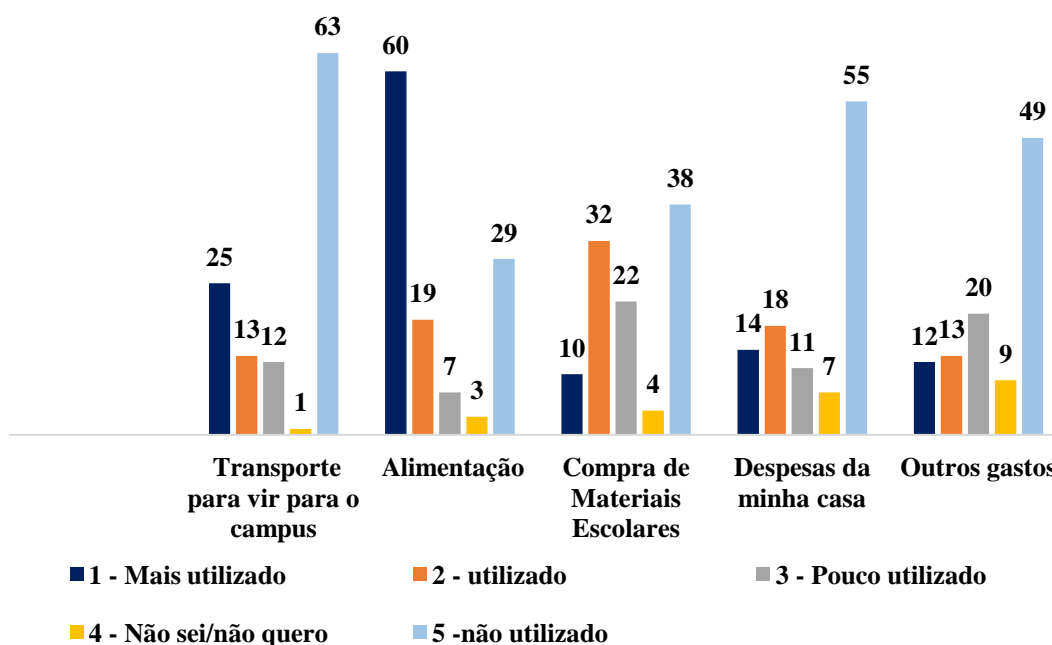
(...) com pagamento integral do valor, a ser estabelecido para estudantes em comprovada situação de vulnerabilidade socioeconômica (...) quando se tratar de eventos em que o discente represente o IFMT Campus Cuiabá-Bela Vista com apresentação de trabalhos desenvolvidos exclusivamente neste Campus, sob orientação de servidores de seu quadro de pessoal.

Vale ressaltar que, anterior a essa portaria, as taxas de inscrições eram pagas integralmente, independentemente da situação socioeconômica do estudante. Também é disponibilizado o benefício do seguro contra acidentes sendo de caráter universal, pois

independe de quaisquer condições para que seja concedido, a não ser o aluno estar devidamente matriculado.

No gráfico 8 abaixo evidenciamos como os estudantes gastam os valores recebidos das bolsas estudantis. Percebemos que vem em 1º - alimentação; 2º - transporte; 3º - compra de materiais escolares; 4º - despesas da minha casa; 5º - outros gastos.

Gráfico 8 - Utilização dos valores recebidos



Fonte: dados do inquérito (2019)

A bolsa auxílio alimentação é, naturalmente, a mais procurada e com maior número de concessões. Embora seja para uma necessidade básica, vital, a instituição não consegue atender a demanda. É muito maior o número de candidatos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, portanto, aptos a receber o auxílio, do que a quantidade de bolsas ofertadas. Desta forma, recorre-se a outras possibilidades eventuais, tais como a cesta básica de alimentos, como podemos verificar no relato da assistente social Queiroz (2019) a qual refere:

(....) são várias coisas que a gente pensa, então, no início do ano letivo, a gente faz essas orientações com alunos, que o edital só vai sair no próximo ano letivo, mas que a gente pode, o auxílio emergencial, talvez seja uma sugestão para os alunos que vive em situação de extrema vulnerabilidade social mesmo, os programas de é (pausa) por exemplo, tem um professor sempre concede pra gente sacolão, (interrupção: não necessariamente financeiro) faz doação, sim é um

outro tipo de auxílio, é um assistencialismo, vamos deixar assim, que às vezes é útil porque é único caminho, e aí no meio do ano, meio que a gente faz isso.

Deste modo verifica-se que por não haver outras chamadas de editais no decorrer do ano, o estudante que se encontra em situação de vulnerabilidade socioeconômica possui dois caminhos a percorrer: o primeiro, esperar ações isoladas por partes do corpo docente e técnico administrativo, de entrega da cesta básica ou com auxílio emergencial que são concedidos em situações extremas aos estudantes que se encontram nessa condição.

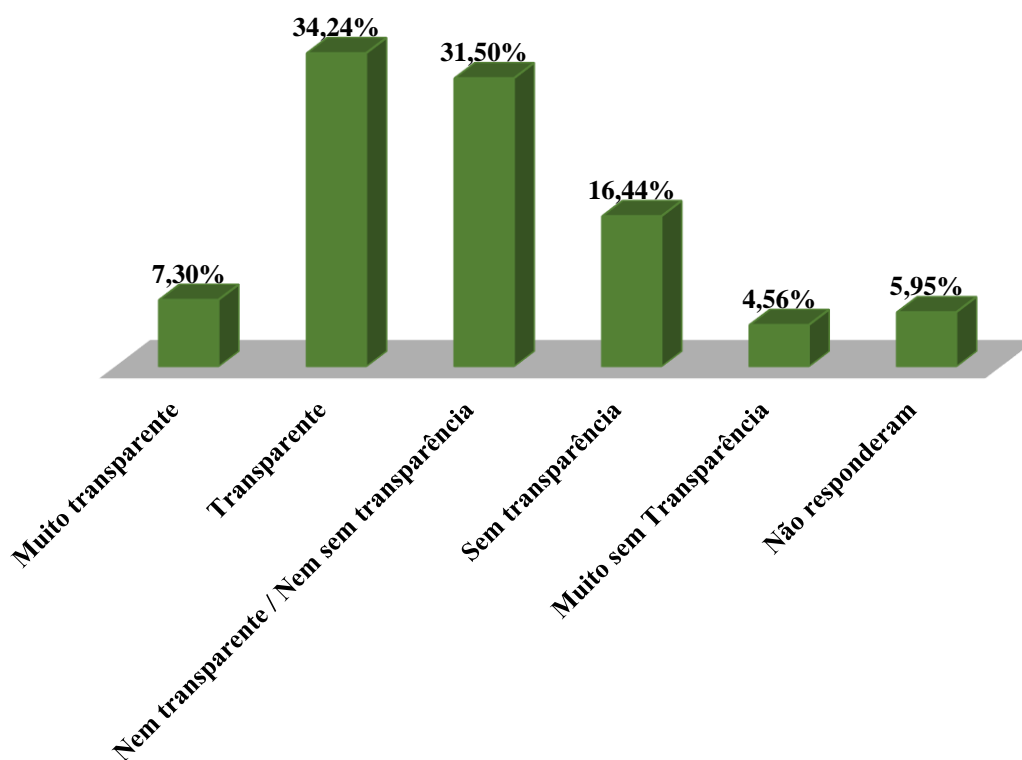
Para que este último auxílio se concretize, deve haver a anuência da assistente social e da direção do IFMT – *Campus Cuiabá*, sendo concedido em qualquer período do ano letivo. Do outro lado, temos o ProIC - Programa de Iniciação Científica, aprovado pela Resolução Consup nº 03 de maio de 2011 e Resolução nº 050, de 28 de setembro de 2012, que concede recursos financeiros e bolsas para o fomento e implantação de projetos de iniciação científica. Como podemos afirmar do relato da assistente social Queiroz (2019):

outra coisa que a gente faz no meio do ano... pegar os alunos que mais precisam, como fez ano passado, e colocar como prioridades, pra ajuda em projeto de extensão, caso seja do interesse deles. (interrupção: didático pedagógica) A gente desenvolveu da comissão de assistência estudantil, um projeto de extensão com tinha haver com mulheres vítimas da violência, a gente pegou duas alunas que não eram contempladas porque entraram no meio, aí pra ser nossas bolsistas, são estratégias que a gente tenta desenvolver, para essas questões.

A afirmação acima deixa clara a intenção de proporcionar condições, ainda que de forma inusitada, para garantir a permanência do estudante na instituição. Embora, saibamos que em projetos de pesquisa e extensão, os critérios não são, por exemplo, vulnerabilidade social, isso nos mostra claramente a necessidade de uma política de Assistência Estudantil que atenda a totalidade daqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica, para que obtenham condições plenas para formação no curso matriculado.

O gráfico 9 abaixo reflete a percepção dos inquiridos acerca da transparência do processo de seleção do PNAES. Entre as 219 respostas colhidas, tivemos a seguinte distribuição: muito transparentes (7,30%); transparentes (34,24%); nem transparentes e nem sem transparência (31,50%); sem transparência (16,44%); muito sem transparência (4,56%); não responderam (5,95%).

Gráfico 9 - Percepção de transparência do processo de seleção do PAE



Fonte: dados do inquérito (2018)

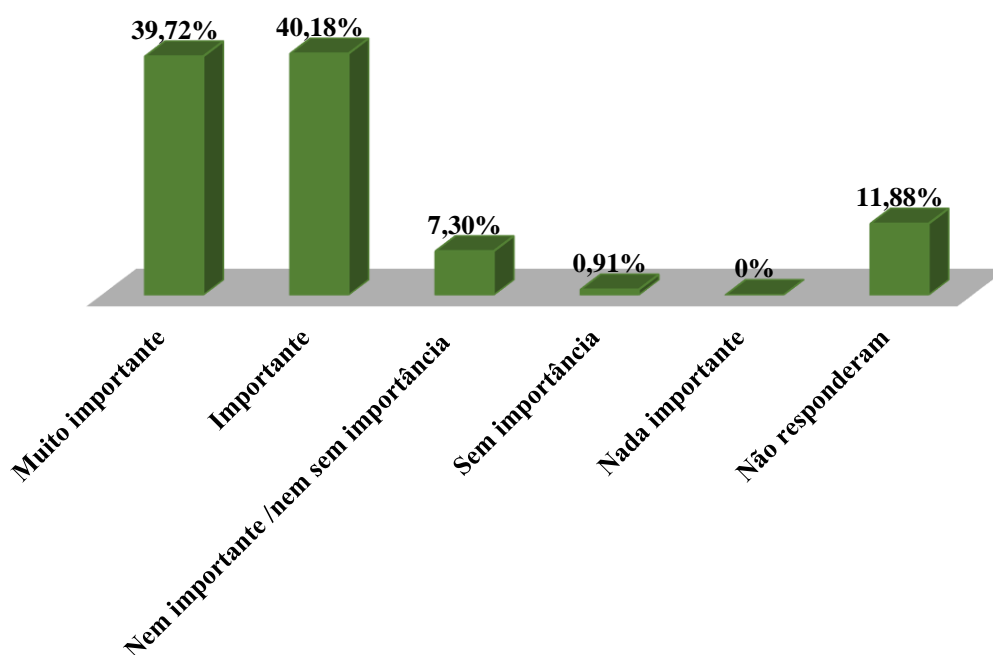
A divulgação do PAE, de acordo com a psicóloga do IFMT - *Campus Cuiabá/Bela Vista*, que compõe a (CPAE), ocorre da seguinte forma: “*tem início nos primeiros dias de aula, na chamada Semana de Acolhimento, onde são repassadas informações gerais acerca dos benefícios*”. Oliveira (2019).

O depoimento da inquirida revela claramente, que está de acordo com as respostas constantes no Gráfico 6 – Modo de conhecimento do PAE , onde a segunda taxa mais alta foi pelos servidores (18,72%), precedidas dos colegas (55,70%).

O resultado do inquérito também deixa claro que cerca de 40% dos estudantes consideram o processo transparente, evidenciando a necessidade de informatização do processo, a disponibilidade de recursos técnicos, financeiros e de pessoal, para melhor recrutamento e seleção dos estudantes beneficiados, incluindo a entrevista com eles e seus familiares, em sua residência. Essa afirmação ficou muito evidente no gráfico 13, que trata da importância da entrevista nos processos de seleção, onde 71,72% consideraram a entrevista como importante ou muito importante.

O gráfico 10 abaixo evidencia a percepção dos discentes em relação a avaliação do questionário socioeconômico, aplicado pelo *Campus Cuiabá/Bela Vista*, por ocasião da inscrição para ingresso do aluno. O questionário é disponibilizado e respondido por meio eletrônico, no sítio do *Campus*. Tem como objetivo traçar o perfil da “clientela” da instituição, visando o direcionamento das ações didáticas, pedagógicas, sociais e culturais, subsidiando assim as ações a serem implementadas pela gestão.

Gráfico 10 - Percepção dos discentes em relação a avaliação do questionário socioeconômico



Fonte: dados do inquérito (2018)

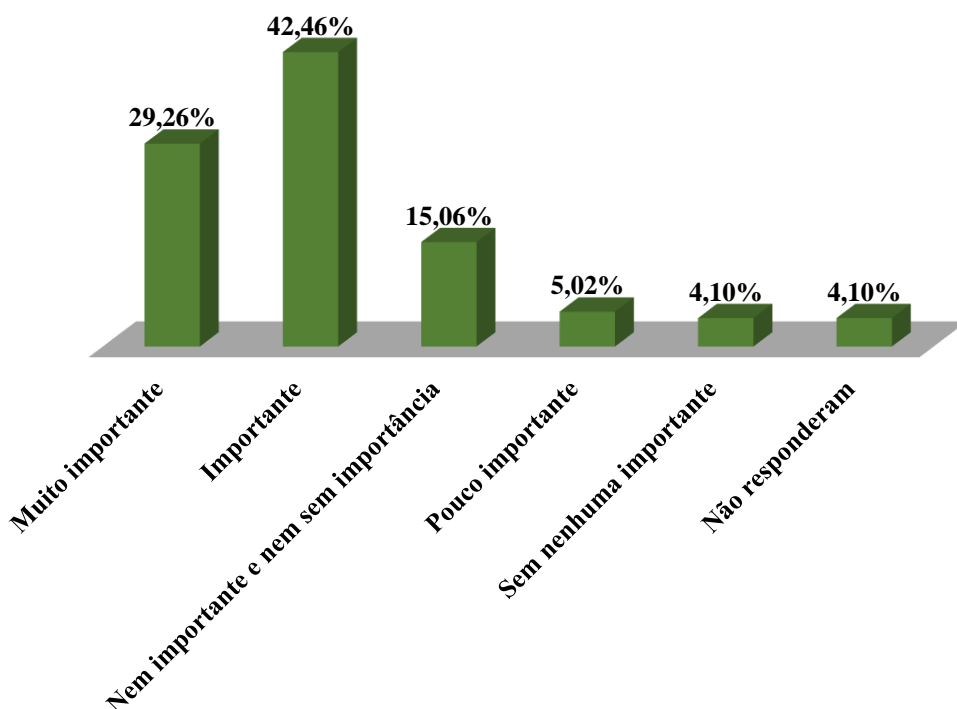
Os inquiridos responderam à avaliação do questionário da seguinte forma: muito importante (39,72%); importante (40,18%); nem importante, nem sem importância (7,30%); sem importância (0,91%); nada importante (0%); não responderam (11,88%).

Observa-se que a grande maioria (79,90%) consideraram o questionário muito importante ou importante. Os que o consideraram sem importância ou nada importante, representam um percentual ínfimo (0,91%). Até mesmo aqueles que não responderam a essa questão (11,88%) representaram um percentual mais de dez vezes maior que aqueles que não dão importância ao questionário.

Julgamos que os que não responderam, podem tê-lo feito em função do número elevado de questões aplicadas – trinta no total. Fica evidente, também pelo corpo discente, que o perfil socioeconômico constitui informação importante para o direcionamento e tomada de decisões das ações a serem implementadas pela gestão, inclusive para o confronto com a documentação apresentada pelos candidatos aos benefícios da assistência estudantil.

No gráfico 11 abaixo analisamos as percepções dos discentes, em relação às entrevistas, evidenciaram a seguinte situação: consideraram como sendo muito importante (29,26%); importante (42,46%); nem importante e nem sem importância (15,06%); pouco importante (5,02%); sem nenhuma importância (4,10%); não responderam (4,10%). Percebe-se que a grande maioria (71,72%) consideraram a entrevista como muito importante ou importante para a complementação das informações para concessão dos benefícios da Assistência Estudantil.

Gráfico 11 - Percepção dos discentes em relação às entrevistas



Fonte: dados do inquérito (2018)

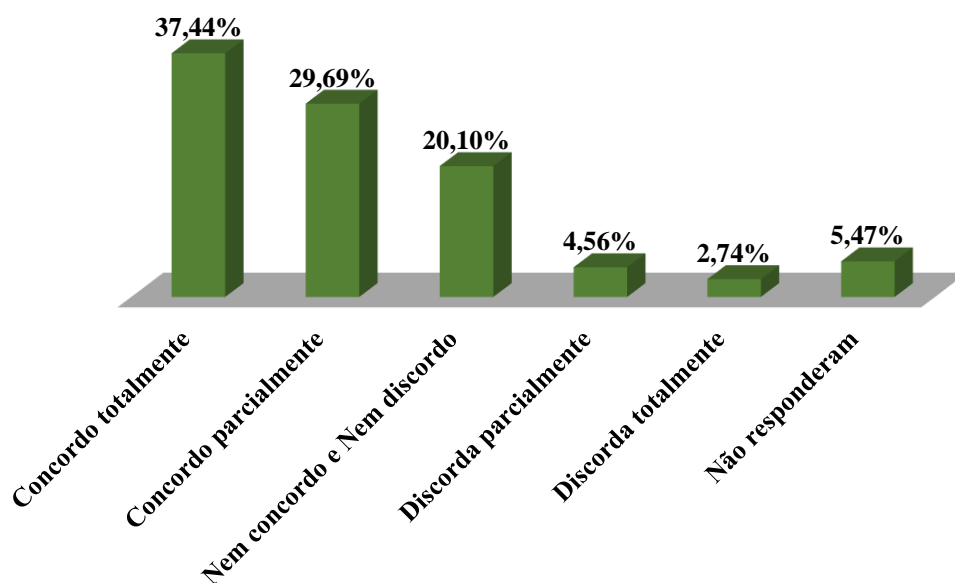
Entretanto, a entrevista por questão de disponibilidade de tempo e mão-de-obra, não é realizada com todos os estudantes postulantes aos benefícios. Como explica a psicóloga e membro da CPAE (2018):

a gente não tem o tempo disponível, porque se não ia ser seis meses o edital aberto, para fazer as visitas domiciliares e as entrevistas, nem todas as famílias são fáceis de se compreender, um pai e uma mãe e um filho, (...) as vezes é um filho que mora com avô, aí traz o holerite do pai, porque o pai que paga a pensão, mas esses pai tem outros 3 filhos de outros casamentos, (...) a gente não tem assim, a gente demora um tempo para conseguir compreender a logística dessa família, logica que é conforme a renda dele, uma questão do ponto fraco, é a comprovação da renda informal, que a gente disponibiliza o questionário socioeconômico é muito subjetivo. A gente conseguiria abraçar isso, se a agente conseguisse fazer entrevista com os alunos, com os pais, ou pelos menos com aluno para conseguir compreender, para isso, porque a gente usa o questionário online para escrever isso, (...) a gente tenta encaixar o máximo que a gente pode.

Nota-se que a entrevista, além de ser subjetiva, torna-se um ponto fraco dentro do processo seletivo, devido ao grande número de candidatos ao benefício e a estrutura administrativa existente (logística, ferramentas tecnológicas, pessoal, tempo reduzido, entre outros) para a realização da entrevista, na residência do candidato, perante seus familiares, confrontando com os documentos apresentados.

No gráfico 12 abaixo trata-se da percepção dos discentes em relação à morosidade do processo de seleção do PNAES está distribuída do seguinte modo: concordo totalmente (37,44%); concordo parcialmente (29,69%); nem concordo e nem discordo (20,10%); discorda parcialmente (4,56%); discorda totalmente (2,74%); não responderam (5,47%).

Gráfico 12 - Percepção dos discentes em relação à morosidade do processo seleção do PAE



Fonte: dados do inquérito (2018)

Segundo Gimenez e Maciel (2018, p.228) “a burocracia é outro elemento criticado, pois o tempo de divulgação do edital até o recebimento do primeiro pagamento leva em torno de 5 (cinco) meses, resultando em pelo menos um mês do ano sem recebimento da bolsa.”

De acordo com Santos e Marafon (2016 p, 413) :

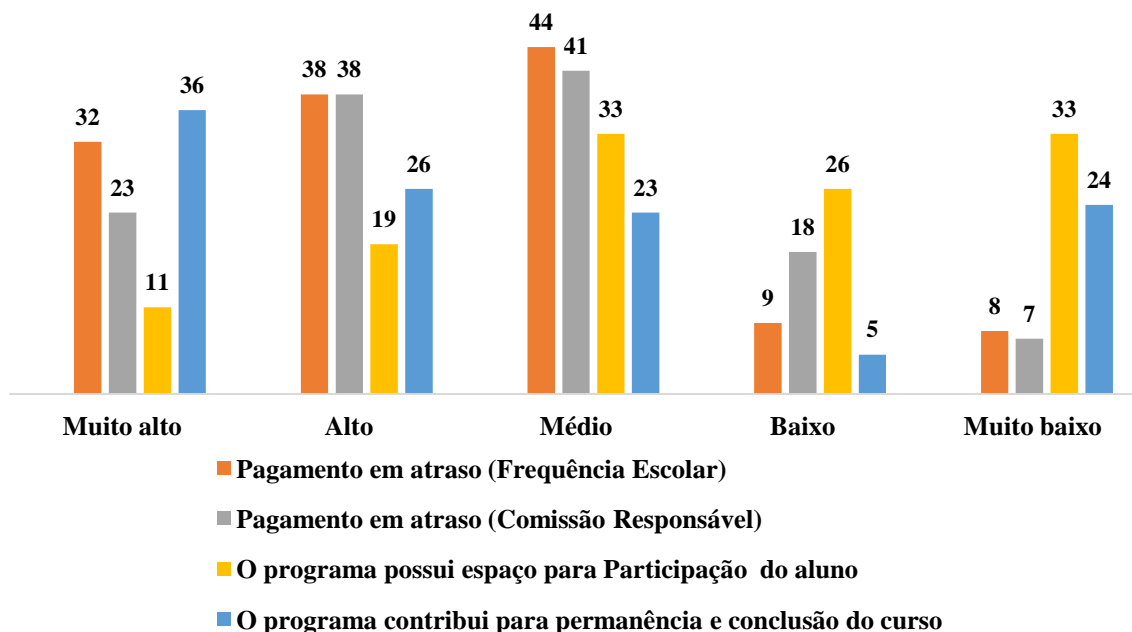
a insuficiência de recursos humanos é outro obstáculo para a qualidade dos serviços prestados, sendo necessária a ampliação do quadro de servidores (Pedagogo, Psicólogo e Assistente Social) (...) a criação de novos postos de trabalho e a recuperação de outros já extintos (...)

Consideramos que a maior falha do processo de seleção do PAE no IFMT-*Campus* Bela Vista, seja a ausência da entrevista com todos os possíveis beneficiários; em segundo lugar, a comprovação por meio de documentos que o estudante se encontra em vulnerabilidade social, tornando o processo burocrático.

Ponderamos que a insuficiência de recursos humanos e técnicos e a não realização da entrevista com todos os candidatos, afeta a qualidade dos serviços prestados, aumentando a morosidade do processo.

No gráfico 13 abaixo refere-se sobre a percepção do discente em relação ao funcionamento do PNAES, ficou muito evidente que a maior preocupação dos alunos está relacionada ao atraso nos pagamentos mensais do auxílio. Avaliam que tanto as informações relativas à frequência, quanto àquelas relacionadas ao pedido do pagamento propriamente dito, a serem enviadas ao Departamento de Planejamento e Administração (DAP), que é o setor responsável pela execução orçamentária e financeira, têm impacto negativo, alto ou muito alto, no bom funcionamento do programa no *Campus*.

Gráfico 13 - Percepção dos discentes em relação ao funcionamento do PAE



Fonte: dados do inquérito (2018)

No quesito permanência e conclusão do curso, o recebimento da assistência estudantil é o principal fator de avaliação pelos discentes como de impacto muito alto.

Estes dados demonstram que os estudantes consideram sua participação ativa na execução do programa como de impacto médio para baixo, ou muito baixo, em relação ao sucesso na execução do programa, como relata a entrevistada Oliveira (2019):

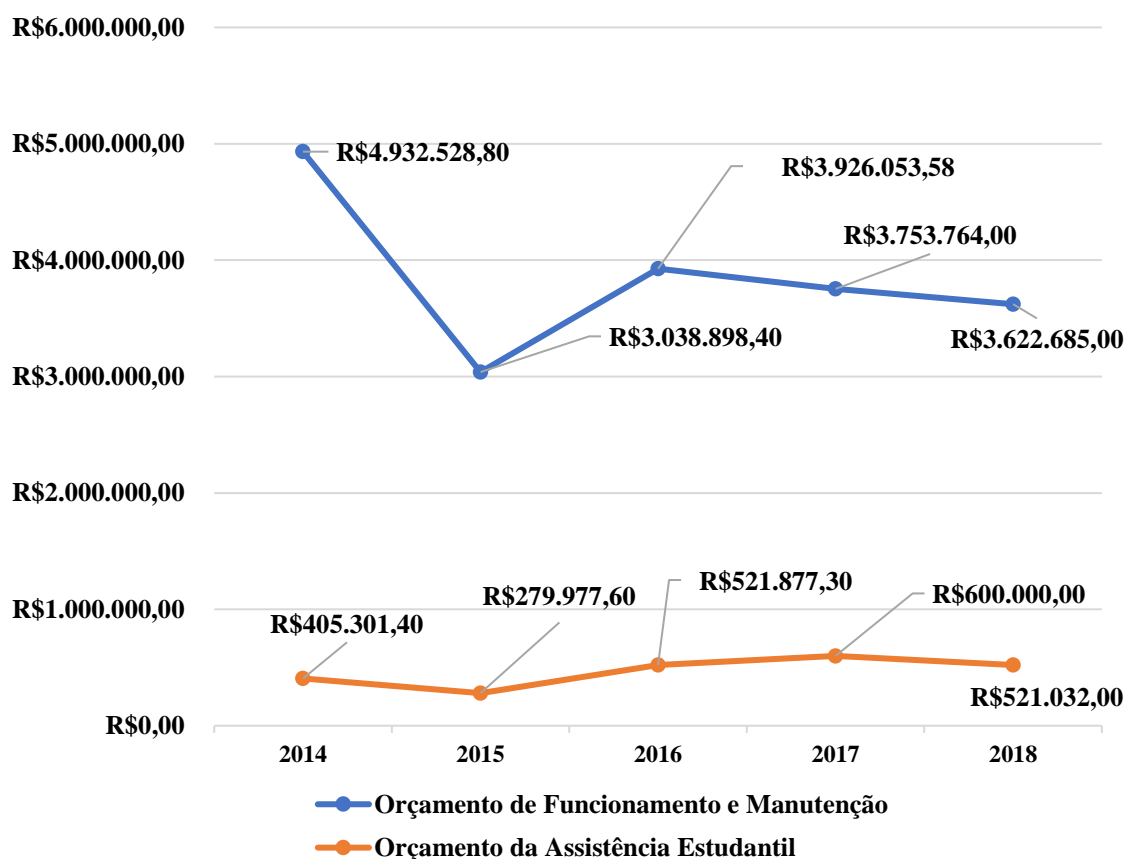
tem que essas questão da demora do pagamento, tem que questão do pagamento não ser um dia fixo, que o aluno possa contar com dinheiro naquele dia, e nenhuma certeza a gente possa passar para esse aluno vai receber, outro ponto fraco, que o aluno tem que ter conta corrente e não poupança, por que a maioria dos alunos(tem poupança), porque pensa bem, o aluno que é adulto e está em situação de vulnerabilidade social, o nome dele está sujo, possui restrição,(...) ele está desempregado, ele deve o banco, e não consegue abrir conta corrente, no mínimo R\$ 12 reais, então, esses entraves, ou na boca do caixa, ou conta poupança, facilidades. A gente viu que algumas contas poupanças acabaram recebendo, não sei por quê? Só que não é uma orientação que a gente pode passar para os nossos alunos... Outra coisa a documentação, um ponto fraco é fazerem compreenderem que os alunos, que eles precisam comprovar toda situação, em contra partida, a gente enquanto comissão, a gente não tem o tempo disponível, porque se não ia ser 6 meses o edital aberto.

Os entraves que por vezes são considerados meramente como “burocráticos”, na maioria das vezes, estão relacionados ao controle da atividade pública, ao controle do gasto público, à boa execução e prestação de contas desses recursos.

Entretanto, percebemos que falta à Administração Pública, especialmente à CPAE do IFMT - *Campus* Cuiabá/Bela Vista, estrutura técnico administrativa para a gestão da assistência estudantil, bem assim os recursos necessários e tempestivamente disponíveis para a plena implementação do programa.

O gráfico 14 abaixo traduz a evolução orçamentária dos recursos em geral do *Campus* e dos recursos destinados a assistência estudantil. De acordo com a Lei de criação dos Institutos Federais (Lei nº 11.892/2009), em sua estrutura organizacional multicampi, cada qual possui sua proposta orçamentária própria, inclusive a Reitoria, com exceção das verbas para pagamento de pessoal, encargos sociais e benefícios aos servidores, que são pagos diretamente pelo Governo Federal. O orçamento total do *Campus* Cuiabá/Bela Vista do IFMT é composto de recursos diretamente arrecadados como, por exemplo, “concessões onerosas de uso de imóveis e taxas com serviços educacionais diversos (por volta de 1,2% do total) e de recursos do Tesouro Nacional (98,8%) que têm origem, principalmente, nos impostos pagos pela sociedade.” (LOA, 2019, p.1)

Gráfico 14 - Evolução orçamentária do IFMT - *Campus* Cuiabá / Bela Vista



Fonte: IFMT (2018)

De acordo com Santos e Marafon (2016), do mesmo modo, estes observam que, do mesmo modo, “na UFSC, desde 2008, os recursos recebidos do PNAES tiveram expansão progressiva de mais de 10% a cada ano, com exceção de 2011 e 2012, em que os recursos tiveram percentuais de aumento menores que os antecedentes. Em 2014, o percentual de expansão dos recursos foi retomado, mas tornou a sofrer redução em 2015, como consequência da medida de governo de cortes orçamentários em todas as políticas sociais no final de 2014.

Os recursos destinados à assistência estudantil, com exceção do ano de 2015, entretanto, se mantiveram praticamente no patamar, respeitando os critérios de aporte orçamentário/financeiro como, por exemplo o número de alunos matriculados e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da região.

De acordo com Jesus, Mayer e Camargo. (2016, p. 249): “os repasses de recurso entre as instituições ocorrem conforme o índice de desenvolvimento humano (IDH) do município de localização, número de alunos e vagas oferecidas por meio do Sistema de Seleção Unificada (SISu) do MEC”.

Não obstante, salientamos a característica *multicampi* dos 38 Institutos Federais no país, com um orçamento estimado de R\$ 11,2 bilhões, para 2016; desse total, R\$ 452 milhões são para a assistência ao estudante (Brasil, 2016b), cuja implementação configura-se como um problema prático com impacto econômico, político e social.

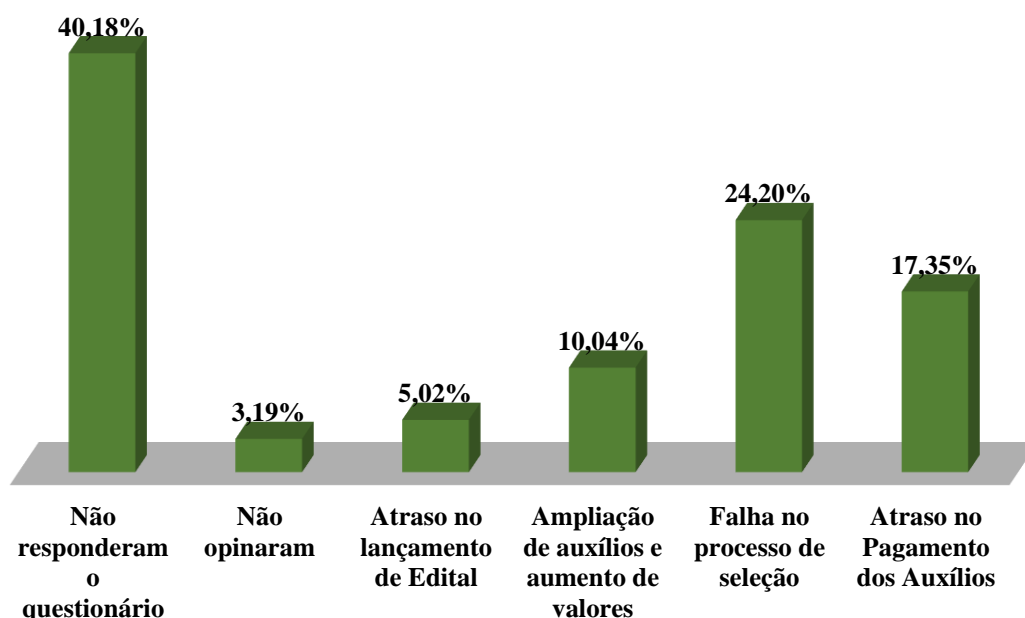
Nesse sentido a assistência estudantil conta com um forte aliado na luta para garantir a manutenção do repasse dos recursos. Assim, o FONAPRACE reconhece e valoriza a importância do PNAES, para o desenvolvimento da assistência estudantil e tem participado ativamente de várias reuniões e encontros junto à Andifes, ao MEC, à Comissão de Educação da Câmara, a fim de discutir sobre os recursos repassados às IFES.

A preocupação com estes recursos é grande, especialmente diante do atual cenário crítico para a ciência e para a educação superior pública brasileira, em que os recursos destinados à educação superior e pesquisa são bruscamente reduzidos, contingenciados ou cortados; o PNAES será o único recurso que não sofrerá redução ou corte, mas será majorado. Em 2019 o recurso do PNAES terá reajuste de 10%, fruto da luta contínua empreitada pela ANDIFES e pelo FONAPRACE.

O resultado de constantes discussões, reuniões e debates revela-se em recursos para a assistência estudantil e vantagens para as universidades públicas, mas o FONAPRACE segue diligente para que não haja retrocessos.

No gráfico 15 abaixo constatamos quatro pontos negativos: atraso no pagamento dos auxílios (17,35%), falha no processo de seleção (24,20%), ampliação de auxílios e aumento de valores (10,04%), atraso no lançamento de edital (5,02%), não opinaram (3,19%), não responderam à questão (40,18%). Diante disso, ponderamos que alta percentagem dos que não responderam, estão entre os não beneficiários.

Gráfico 15 - Pontos negativos do PAE sob visão dos discentes do IFMT - *Campus Cuiabá/Bela Vista*



Fonte: dados do inquérito (2018)

Os pontos negativos descritos pelos estudantes, são reconhecidos pelo IFMT – *Campus Cuiabá/Bela Vista*, como podemos observar na entrevista concedida pelos membros da Núcleo de Apoio ao Educando (NAE)

os pontos fracos tem essa questão do meio do ano não ter edital, tem a essas questão da demora do pagamento, tem que questão do pagamento não ser um dia fixo, que o aluno possa contar com dinheiro naquele dia, e nenhuma certeza a gente possa passar para esse aluno vai receber, outro ponto fraco, que o aluno tem que ter conta corrente e não poupança, por que a maioria dos alunos(tem poupança), porque pensa bem, o aluno que é adulto e está em situação de vulnerabilidade social, o nome dele está sujo, possui restrição. (Oliveira, 2019)

Percebemos que os estudantes que são adultos e estão em situação de vulnerabilidade socioeconômica, não conseguem abrir uma conta corrente nas instituições bancárias, pelo fato de estarem com restrições.

Além disso, o fato do lançamento do edital do PAE ser anual, uma vez que não permite que os ingressantes do segundo semestre concorram ao processo seletivo do programa. Como afirma o estudante nº 34: *“demora na abertura do edital. Demora para receber o auxílio. Mais rigor na seleção. Injustiças no pagamento”*.

A demora na abertura edital do PAE, faz com que não haja tempo hábil para o lançamento do segundo edital durante ano letivo. Nesse sentido, o estudante nº 40 propõe: *“o edital de auxílio deveria ser lançado desde a matrícula dos alunos na escola. Fazer entrevista para verificar a real situação dos alunos”*.

Os autores Gimenez e Maciel (2018, p. 228) afirmam que: “a burocracia é outro elemento criticado, pois o tempo de divulgação do edital até o recebimento do primeiro pagamento leva em torno de 5 (cinco) meses, resultando em pelo menos um mês do ano sem recebimento da bolsa.”

Conforme o estudante nº 40 relata, uma das possíveis causas da falha no processo de seleção do PAE, se dá justamente pela ausência de entrevista com o candidato a beneficiário do programa. Por outro lado, se houvesse entrevistas com todos os candidatos, retardaria mais o processo.

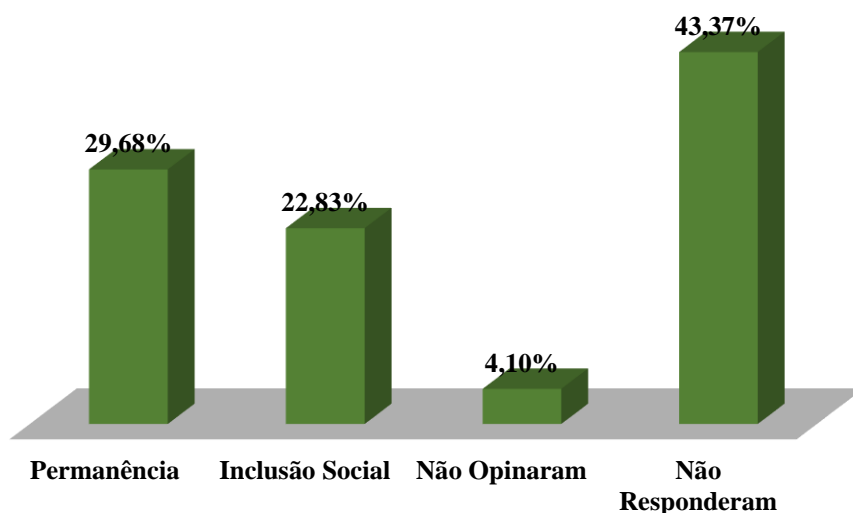
A respeito de não ter um dia fixo para o pagamento dos benefícios, isso é notório no âmbito da Instituição, não ocorrendo apenas com os auxílios aos estudantes, mas também com a totalidade dos fornecedores de bens e serviços, principalmente depois de 2015, quando se instala no país a grave crise econômica.

O atraso, não raro, ocorre em todas as instâncias, até o crédito na conta corrente do estudante. O percurso que o recurso faz, tem início com a disponibilização pelo Tesouro Nacional, passando pela Reitoria do IFMT, que acaba por atrasar o sub-repasse para os Campi que, conseqüentemente, também podem atrasar o pagamento aos estudantes beneficiários, maiores prejudicados, por toda essa burocracia.

No gráfico 16 abaixo constatamos que no PNAES do IFMT *Campus* Cuiabá/Bela Vista são considerados dois fatores de relevância, entre eles: permanência (29,68%) e inclusão social (22,83%) e os que não opinaram (4,10%), não responderam (43,37%). Nesse sentido, os estudantes relatam que é essencial as bolsas de auxílios

estudantis, visto que contribuem para permanência por meio das principais ajudas de custos financeiros que são alimentação e o transporte.

**Gráfico 16 - Fatores de relevância do PAE sob visão dos discentes do IFMT-
Campus Cuiabá/Bela Vista**



Fonte: dados do inquérito (2018)

Como podemos observar nas respostas dos estudantes: “é de extrema importância para a permanência daqueles que o recebem, pois, sem esta quantia, seria impossível concluir o curso”(estudante, nº 61); “muito relevante, pois eu preciso do dinheiro para lanche e almoçar na escola; o auxílio me ajuda muito nesse quesito” (estudante, nº 74).

De acordo com Santos e Marafon (2016, p. 415):

a focalização sempre se fez presente nos programas destinados apenas aos estudantes “mais necessitados”, definidos por meio de seleções, de forma que são os recursos orçamentários que determinam a cobertura dos programas e não o contrário. Nem mesmo o Programa Bolsa Permanência do MEC conseguiu dar respostas satisfatórias, uma vez que restringiu recentemente seu público aos estudantes indígenas e quilombolas por falta de recursos. Observa-se, dessa forma, que o número de estudantes que precisam, são os que mas ficam sem auxílios assistenciais, aumentou desde a implantação das cotas sociais, em 2012, e está alterando o perfil dos estudantes atendidos (...) se antes era possível atender estudantes com situação socioeconômica mais favorável, agora nem mesmo as situações mais vulneráveis e extremas são atendidas, já que o montante de recursos não aumentou na mesma proporção dos ingressantes.

Ainda, no entendimento de Santos e Marafon (2016, p.416):

o recurso da bolsa tem papel central no suprimento das variadas necessidades do cotidiano dos estudantes, daí a sua importância ao funcionar como complemento à renda familiar, auxiliando nas necessidades de permanência. Porém, para alguns estudantes, a bolsa torna-se o único rendimento garantido, a principal fonte de renda. Esta centralidade deve-se, supostamente, à falta de efetividade das demais políticas, que deveriam proporcionar a garantia de condições mínimas de sobrevivência aos cidadãos.

Nota-se que o PNAES tem por objetivo colaborar na permanência do estudante das IFES. Entretanto, os recursos disponibilizados são, a cada ano, menores e demanda por auxílio, maior, resultando na eliminação do estudante que se enquadra nos critérios de vulnerabilidade socioeconômica.

A CPAE percebe essa dimensão da necessidade dos estudantes em vulnerabilidade social e socioeconômica, como podemos inferir através do excerto da entrevistada Oliveira (2019):

(...) ainda mais que nossos cursos são agora integrais, o aluno que entra para estudar o dia inteiro e é filho de uma dona de casa, uma profissional doméstica, de pedreiro, de um pintor, ele não tem uma renda de R\$ 400 reais para que esse aluno se alimente na escola, que é mais ou menos, a base que eles gastam com almoço, café da manhã e lanche da tarde, porque se aula começa as 7:00 h da manhã e vai 7 da noite, 18:20 h né, é realmente é um fator essencial. A gente sabe de famílias que não tem condição, se o aluno não receber essa bolsa, ele não fica! Ele não fica! Tem aula que acaba meio 12:20 e começa 13:00, infelizmente a gente tem uma grade muito assim, e aí a gente tem, (almoçarem na instituição) por exemplo, a gente que não está tendo cantina aqui nesse momento, os alunos estão tendo que trazer a marmitta, então é uma refeição, que precisa ser feita separada, e aí, então é assim, é essencial, que os programas de auxílios proporcionam para essas famílias.

Desta forma, compreendemos que os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica não possuem condições de se alimentar sem o auxílio para alimentação. Ressalta-se, que maioria dos cursos ofertados do IFMT – Campus Cuiabá/Bela Vista são integrais e, desse modo, não permitem que os estudantes possam fazer suas refeições em casa. Nesse sentido, a instituição viabiliza auxílio - transporte aos estudantes residentes nos municípios de Várzea Grande, Chapada dos Guimarães, Nossa Senhora do Livramento, Santo Antônio do Leverger, entre outros. Como afirma o estudante nº 121:

o programa é extremamente relevante, já aconteceu muitas vezes no decorrer desses três anos de eu faltar porque não tinha dinheiro para a busão (ônibus). Com o auxílio na conta eu sempre podia vir para a escola, só acho chato que eu nunca consegui o auxílio alimentação, mesmo sendo obrigado a comer na escola todos os dias que são integrais. Até hoje, ainda devo a cantina.

Constatamos que o auxílio transporte é um fator essencial para que o estudante frequente e consiga concluir os estudos. Podemos inferir no relato fala estudante nº 121, sua situação de vulnerabilidade social, pois, se não tivesse o auxílio transporte, não tinha como frequentar a escola. Ainda assim, considerando ser o curso de período integral, deveria receber, também, auxílio alimentação, mas, devido à falta recursos, nem sempre é possível contemplar todos os estudantes.

Cabe ressaltar que os estudantes não contemplados com o benefício compreendem que o PAE é uma forma de inclusão social. Contudo, fazem algumas ressalvas, como ausência de entrevistas aos beneficiados.

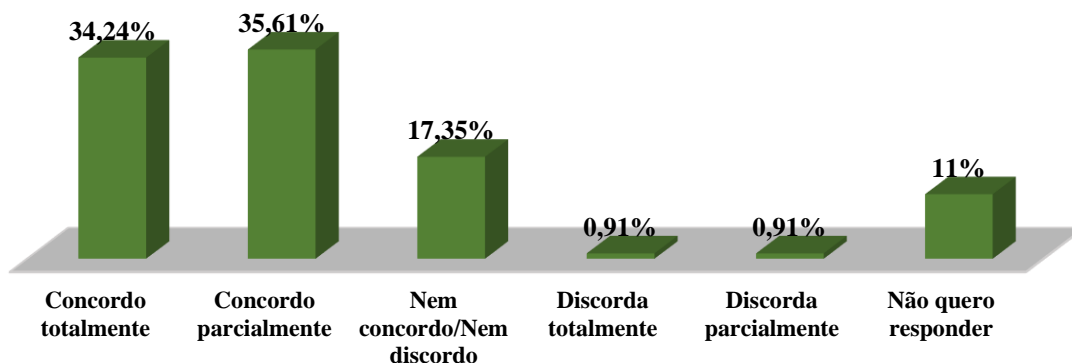
O estudante nº 42 refere que: *“a relevância do programa PNAES é muito reconhecida, pois, quando pensamos que a inclusão social é efetiva, já que os jovens que não podiam estudar, agora podem”*. Já o estudante nº 21 revela: *“é muito importante para a inclusão dos alunos necessitados, principalmente para o ambiente escolar, pois existem alunos que não podem pagar ou trazer comida todos os dias”*.

Entretanto, o estudante nº 42 diz: *“o programa é realmente necessário, no entanto há muitas falhas na seleção. Existem outras maneiras de seleção e eu creio que pode ser realizado.”*

Em relação, à ausência de entrevistas a todos os candidatos a beneficiários do PAE, podemos afirmar que a equipe da CPAE da instituição é pequena, pois é composta por: uma pedagoga; um assistente social; uma intérprete de libras; um professor; um representante dos estudantes e, assim, não atende à demanda do programa de forma tempestiva e inviabiliza a visitas aos candidatos ao programa.

No gráfico 17 abaixo, verificamos que 34,24% do total das 219 amostras, afirmaram que concordam com a afirmação de que o PNAES contribui com a inclusão social. Aqueles que concordam parcialmente, representam 35,61% das amostras, enquanto aqueles que não concordam, nem discordam, somam 17,35%. Não quiseram responder somam 11,00%. Os que discordam totalmente, somam 0,91%, sendo o mesmo percentual, os que discordam parcialmente.

Gráfico 17 - Em relação à afirmativa: PNAES contribui para a promoção da inclusão social



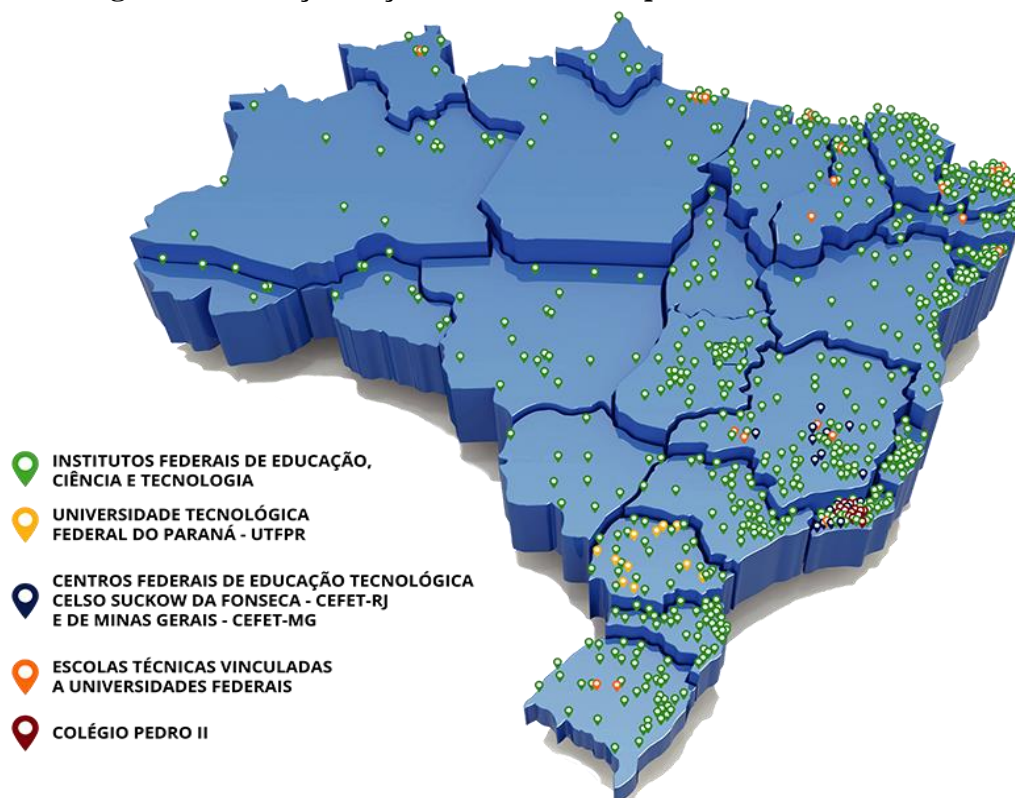
Fonte: dados do inquérito (2018)

Considerando que o público acessível ao questionário soma 655 estudantes e o número de auxílios concedidos por meio do edital de 2018, totaliza 265 bolsas, o percentual de beneficiados representa 40,45% do universo do público acessível.

Sendo assim, considerando ainda que 35,61% dos inquiridos responderam que concordam parcialmente, somados aos 34,24% que concordam totalmente, podemos evidenciar que a percepção de que o PNAES promove a inclusão social, representa um percentual proporcional maior que o próprio número de beneficiados, ou seja, mesmo uma parcela dos que não recebem, consideram que o recebimento dos auxílios, promovem a inclusão social .

A distribuição dos recursos da assistência estudantil pelo Instituto Federal depende de diversos fatores, sendo o mais impactante a quantidade de estudantes presenciais. Com base na matriz orçamentária dos Institutos utilizamos o mapa da Rede Federal no Brasil (Figura 16) para indicar a porcentagem da distribuição dos recursos de acordo com o Estado, no qual podemos verificar que o IFSP representa um dos que receberam maior porcentagem no ano de 2015, 4,36% sendo que o IFPR recebeu 2,63%.

Figura 2- Evolução orçamentária do *Campus* Cuiabá/Bela Vista



Fonte: MEC (2019).

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede Federal), é composta, em 2019, pelas 661 unidades de ensino, vinculadas a 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Institutos Federais ou IFs), por 2 Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), pela Universidade Tecnológica do Paraná (UTFPR), pelas 22 escolas técnicas vinculadas às Universidades Federais e pelo Colégio Pedro II.

De acordo com o MEC, (2019 p. 1):

os Institutos Federais são instituições, pluricurriculares e multicampi (reitoria, Campus, Campus avançado, polos de inovação e polos de educação a distância), especializados na oferta de educação profissional e tecnológica em todos os seus níveis e formas de articulação com os demais níveis e modalidades da Educação Nacional, oferta os diferentes tipos de cursos de EPT, além de licenciaturas, bacharelados e pós-graduação stricto sensu.

Ainda segundo o MEC (2019), “a rede federal destaca-se também sua atribuição no desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas por meio de pesquisas aplicadas

e as ações de extensão junto à comunidade com vistas ao avanço econômico e social local e regional.”

3.1 Análise de dados dos beneficiados do PAE do IFMT – *Campus Cuiabá/Bela Vista* (2014 – 2018)

Nesta seção, trataremos da análise dos dados dos beneficiados do PAE, como já vimos, o primeiro passo foi realizar o levantamento do resumo dos editais (2014 – 2018) na SGDE, a fim de identificar os beneficiados do programa para que pudessemos selecionar apenas os estudantes beneficiados pela assistência estudantil no período de (2014 a 2018).

Identificamos que a SGDE não possui base de dados dos beneficiados, há não ser a lista nominal dos aprovados no processo de seleção dos editais do PAE advindos da CPAE, esta por sua vez, não possuía nenhum arquivo ou ferramenta que forneça os dados referentes ao funcionamento do programa. Nesse sentido, evidenciamos, que a CPAE e a SGDE não realizam o cruzamento de dados, embora a Portaria nº 14 de 2018 regulamenta a política do PAE prevê em seu art. 10 “ as formas de acompanhamento serão por meio do sistema acadêmico vigente”.

Desta forma, o terceiro passo foi a realização manual do cruzamento entre a base dados do sistema acadêmico (dados pessoais, curso, situação escolar do estudante) classificados no período de 2014 - 2018, com a lista nominal de aprovados dos editais de seleção no mesmo período, numa planilha *excel* onde foram gerados quadros com as percentagens dos beneficiados por curso e ano, para realizar a análise da relação de permanência e êxito dos estudantes.

Para melhor compreensão dos quadros à seguir, os estudantes são classificados por seis categorias:

- a) matriculado: o estudante que está com matrícula ativa na instituição.
- b) formado: o estudante que já concluiu o curso e colou grau.
- c) trancado: o estudante que solicitou o trancamento da matrícula, o que pode ser feito apenas por duas vezes ao longo do curso.
- d) evasão: o estudante que por algum motivo, desistiu do curso;
- e) transferência: o estudante que solicitou a transferência seja externo (outra universidade) ou interna (outro curso);

- f) concludente: o estudante que concluiu todas as disciplinas do curso, mas ainda não entregou o trabalho de conclusão de curso, relatório final, atividades complementares, entre outros.
- g) cancelado: o estudante que solicitou o cancelamento da sua matrícula, ou seja, saiu definitivamente da escola

Vale ressaltar, que foram consideradas todas as categorias de auxílios ofertadas pela instituição que são: alimentação, transporte, moradia, artes, esporte, pessoa com deficiência, permanência, creche e monitoria.

De acordo com o quadro 10 abaixo, observamos que durante o ano de 2014, os auxílios entre os estudantes estavam assim distribuídos pelos cursos ofertados: Bacharelado em Engenharia de Alimentos (44 estudantes); Técnico em Química Ambiental (18 estudantes); Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio (58 estudantes); Técnico subsequente em Química (10 estudantes); Técnico Subsequente em Alimentos (7 estudantes).

Quadro 10- Quantitativo dos beneficiados do PAE do IFMT – Campus Cuiabá/Bela Vista - 2014

Curso	Beneficiados	Matriculados	Formado	Trancado	Evasão	Transferência	Concludente	Cancelado
Bacharelado em Engenharia de Alimentos	44	4	35	0	2	0	1	2
Técnico em Química Integrado Ao Ensino Médio	39	34	0	0	5	0	0	0
Tecnologia em Gestão Ambiental	18	0	13	0	3	0	2	0
Técnico em Meio Ambiente Integrado Ao Ensino Médio	58	0	42	0	10	5	0	1
Técnico Subsequente em Química	10	8	0	0	1	1	0	0
Técnico Subsequente em Alimentos	7	0	5	0	1	0	0	1
TOTAL	176	46	95	0	22	6	3	4
PORCENTAGEM	100%	26,13%	54,00%	0,00%	12,50%	3,40%	1,70%	2,27%
TOTAL DOS BENEFICIADOS COTISTA	22							
PORCENTAGEM DOS BENEFICIADOS COTISTA EM RELAÇÃO AO TOTAL DE BENEFICIADOS	12,50%							

Fonte: elaboração pessoal (2019)

Entre todos os cursos, em 2014, foram beneficiados com a assistência estudantil 176 estudantes, sendo 95 destes formados, representando um percentual de 54% de êxito acadêmico, sendo os evadidos de 12,50%, representando 22 alunos.

A permanência e êxito dos alunos beneficiados com o auxílio (54% de formados, 26,13% de matriculados e 1,70% de concludentes, perfazendo um total de 81,83% do total dos beneficiários), ficam evidentes, se observado o quadro acima e confirmam a

necessidade da assistência estudantil como política pública, com vistas a proporcionar condições de equidade entre os estudantes.

Nesse mesmo ano, não teve nenhum beneficiado com a assistência estudantil na condição de “trancado”, o que significa que o estudante mantém o vínculo com a instituição, mas trancou o curso. O percentual que poderíamos considerar como negativo para o sucesso do PAE, no caso em questão (0% de trancamento de matrícula, 12,50% de evasão, 3,40% de transferências e 2,27% de cancelados, perfazendo um total de 18,17%, dos beneficiados) são relevantes, mas, não colocam em dúvida ou risco a efetividade da política de assistência estudantil.

No quadro 11 abaixo apresenta o quantitativo dos beneficiados do PAE no IFMT – *Campus* Cuiabá/Bela vista, no ano de 2015, onde percebemos uma diminuição no número de estudantes beneficiados com o programa. Ponderamos que isso ocorre em função da redução do orçamento destinado à assistência estudantil, conforme pudemos observar no gráfico nº 14.

Quadro 11 - Quantitativo dos beneficiados do PAE do IFMT – *Campus* Cuiabá/Bela Vista - 2015

Curso	Beneficiados	Matriculados	Formado	Trancado	Evasão	Transferência	Concludente	Cancelado
Bacharelado em Engenharia de Alimentos	45	8	28	0	4	1	1	3
Técnico em Química Integrado Ao Ensino Médio	35	1	31	0	3	0	0	0
Tecnologia em Gestão Ambiental	11	2	6	0	2	0	1	0
Técnico em Meio Ambiente Integrado Ao Ensino Médio	53	0	37	0	7	7	0	2
Técnico Subsequente em Química	7	0	4	0	3	0	0	0
Técnico Subsequente em Alimentos	10	0	6	0	2	0	2	0
TOTAL	161	11	112	0	21	8	4	5
PORCENTAGEM	100%	6,83%	69,56%	0,00%	13,04%	4,96%	2,48%	3,10%
TOTAL DOS BENEFICIADOS COTISTA	21							
PORCENTAGEM DOS BENEFICIADOS COTISTA EM RELAÇÃO AO TOTAL DE BENEFICIADOS	13,04%							

Autor: elaboração pessoal (2019)

Entretanto, os fatores determinantes de sucesso do programa, apresentam pouca alteração pois, dentre os que permanecem (matriculados e concludentes) e os que obtiveram êxito (formados), representam 78,87% do total de beneficiados. Desse modo, permanecem praticamente no mesmo patamar (21,13%) os fatores negativos, que colocam em risco o programa.

No quadro 12 abaixo apresenta o quantitativo dos beneficiados do PAE no IFMT – *Campus* Cuiabá/Bela vista, no ano de 2016, onde o *Campus* conta a recomposição do orçamento do programa, conforme pode ser observado no gráfico nº 16.

Quadro 12 - Quantitativo dos beneficiados do PAE do IFMT – *Campus* Cuiabá/Bela Vista - 2016

Curso	Beneficiados	Matriculados	Formado	Trancado	Evasão	Transferência	Concludente	Cancelado
Bacharelado em Engenharia de Alimentos	50	23	19	1	5	0	1	1
Técnico em Química Integrado Ao Ensino Médio	69	14	46	0	4	4	0	1
Tecnologia em Gestão Ambiental	25	8	3	1	12	1	0	0
Técnico em Meio Ambiente Integrado Ao Ensino Médio	58	2	48	0	3	4	0	1
Técnico Subsequente em Química	15	2	7	1	5	0	0	0
Técnico Subsequente em Alimentos	7	0	4	0	1	0	1	1
TOTAL	224	49	127	3	30	9	2	4
PORCENTAGEM	100%	21,87%	56,68%	1,33%	13,40%	4,02%	0,90%	1,80%
TOTAL DOS BENEFICIADOS COTISTA	62							
PORCENTAGEM DOS BENEFICIADOS COTISTA EM RELAÇÃO AO TOTAL DE BENEFICIADOS	27,67%							

Autor: elaboração pessoal (2019)

A retomada da aplicação dos recursos orçamentários e financeiros no programa, propiciou a retomada do crescimento da oferta de bolsas, bem como do aumento da modalidade de auxílio, tendo agora, além da alimentação e do transporte, a bolsa esporte, moradia, cultura e PNE, abrangendo um total de 224 beneficiados.

Os percentuais de permanência e êxito, de efetividade positiva, permanecem nos mesmos patamares, com viés sempre de alta, que confirmam o sucesso do programa e atesta a necessidade de transformação da assistência em política pública de educação no país. Agora, em 2016, são 179 alunos, ou seja, 80,78% do total da assistência estudantil, que gozam da condição de permanência e êxito, na instituição.

O número de cotistas beneficiados pelo programa, assim como de beneficiados em geral, também aumentou, chegando a 62 estudantes, elevando o percentual para 27,67% total de beneficiados.

No quadro 13 abaixo apresenta-se o quantitativo dos beneficiados pelo PAE no IFMT – *Campus* Cuiabá/Bela vista, no ano de 2017, no total de 208 alunos. Tal como em 2016, o processo de implementação vem se desenvolvendo de maneira satisfatória, principalmente no que diz respeito aos quesitos permanência e êxito, contribuindo desta forma para que o estudante beneficiado conclua com sucesso o curso.

**Quadro 13 - Quantitativo dos beneficiados do PAE do IFMT – *Campus*
Cuiabá/Bela Vista - 2017**

Curso	Beneficiados	Matriculados	Formado	Trancado	Evasão	Transferência	Concludente	Cancelado
Bacharelado em Engenharia de Alimentos	42	16	22	0	1	0	1	2
Técnico em Química Integrado Ao Ensino Médio	75	40	31		1	1	0	2
Tecnologia em Gestão Ambiental	14	7	5	0	1	0	1	0
Técnico em Meio Ambiente Integrado Ao Ensino Médio	66	24	35	0	0	7	0	0
Técnico Subsequente em Química	4	2	1	1	0	0	0	0
Técnico Subsequente em Alimentos	7	0	3	0	1	0	3	0
TOTAL	208	89	97	1	4	8	5	4
PORCENTAGEM	100%	42,78%	46,65%	0,49%	1,92%	3,84%	2,40%	1,92%
TOTAL DOS BENEFICIADOS COTISTA	86							
PORCENTAGEM DOS BENEFICIADOS COTISTA EM RELAÇÃO AO TOTAL DE BENEFICIADOS	41,34%							

Autor: elaboração pessoal (2019)

Estudantes na condição de matriculados (42,78%), formados (46,65%) e concludentes (2,40%), em 2017, somam 91,83% dos que recebem a assistência Estudantil. É o mais alto percentual de permanência e êxito entre os anos 2014 e 2018, pesquisados. Isso mostra a efetividade do programa e o atingimento dos objetivos propostos. Nesse caso, os fatores que poderiam apresentar riscos ao programa, nunca estiveram em percentuais tão baixos, onde matrículas trancadas (0,49%), evadidos (1,92%), transferidos (3,84%) e cancelados (1,92%), somam 8,17% do total de beneficiados pelo programa, naquele ano.

Assim, também nos anos de 2014, 2015 e 2016, o número de beneficiários da assistência que ingressaram por meio de ações afirmativas também aumentou, chegando a 86 alunos, o que representa 41,34% dos estudantes que receberam a assistência estudantil, em 2017.

O quadro 14 abaixo encerra o período de recorte da pesquisa (2014 a 2018). É também, o período que mais beneficiou os estudantes, entre os anos pesquisados, perfazendo o total de 218 alunos. Foi também o período que teve o maior percentual de estudantes matriculados (66,08%), formados (25,72%) e concludentes (0,45%), perfazendo 92,25% dos alunos beneficiados, e que representam fatores positivos do desenvolvimento da política de assistência estudantil.

Quadro 14 - Quantitativo dos beneficiados do PAE do IFMT – *Campus Cuiabá/Bela Vista* - 2018

Curso	Beneficiados	Matriculados	Formado	Trancado	Evasão	Transferência	Concludente	Cancelado
Bacharelado em Engenharia de Alimentos	47	35	10	1	0	1	0	0
Técnico em Química Integrado Ao Ensino Médio	77	60	16	0	0	0	0	1
Tecnologia em Gestão Ambiental	8	5	1	0	2	0	0	
Técnico em Meio Ambiente Integrado Ao Ensino Médio	78	40	26	0	0	11	0	1
Técnico Subsequente em Química	4	2	2	0	0	0	0	0
Técnico Subsequente em Alimentos	4	2	1	0	0	0	1	0
TOTAL	218	144	56	1	2	12	1	2
PORCENTAGEM	100%	66,08%	25,72%	0,45%	0,90%	5,50%	0,45%	0,90%
TOTAL DOS BENEFICIADOS COTISTA	101							
PORCENTAGEM DOS BENEFICIADOS COTISTA EM RELAÇÃO AO TOTAL DE BENEFICIADOS	46,33%							

Autor: elaboração pessoal (2019)

Desse modo, os fatores negativos (cancelamentos, transferências e evasão), também diminuíram nesse período, sendo o menor da série pesquisada (7,30%), comprovando que os riscos para a implementação e desenvolvimento da política de assistência estudantil, no *Campus Cuiabá/Bela Vista*, são cada vez menores. Assim como nos demais índices, também o ingresso de alunos por ações afirmativas (cotas), atingiu maior patamar da série pesquisada, com 101 alunos, que representa 46,33% dos estudantes beneficiados com a assistência estudantil.

O quadro 15 abaixo apresenta o quantitativo geral dos beneficiados pela assistência estudantil, de 2014 a 2018. O número de beneficiários da assistência estudantil foi de 987 estudantes. Desse total, 339 estudantes conseguiram permanecer e frequentar os cursos no período, representando um percentual de 34,34% de todos os beneficiados. No mesmo período, 487 alunos se formaram, o equivalente a 49,33% do total dos alunos assistidos pelo programa. Ainda no período pesquisado, 15 alunos se encontravam na condição de concludente, representando 1,51% do total dos assistidos.

Quadro 15 - Quantitativo geral dos beneficiados do PAE do IFMT – *Campus Cuiabá/Bela Vista* – (2014 a 2018)

Ano	Beneficiados	Matriculados	Formado	Trancado	Evasão	Transferência	Concludente	Cancelado
2014	176	46	95	0	22	6	3	4
2015	161	11	112	0	21	8	4	5
2016	224	49	127	3	30	9	2	4
2017	208	89	97	1	4	8	5	4
2018	218	144	56	1	2	12	1	2
TOTAL	987	339	487	5	79	43	15	19
TOTAL EM PORCENTAGEM	100%	34,34%	49,33%	0,50%	8,00%	4,40%	1,51%	1,92%

Fonte: elaboração pessoal (2019)

Diante desses percentuais, concluímos que os auxílios foram impactantes para a conclusão dos cursos, pois os fatores positivos para a implementação e desenvolvimento do programa no *Campus Cuiabá/Bela Vista* (permanência e êxito), representam um total de 85,18% dos alunos que recebem a assistência estudantil.

No quadro 16 abaixo demonstra o quantitativo geral dos beneficiados cotistas do PAE do IFMT – *Campus Cuiabá/Bela Vista* no período de 2014 a 2018. Evidenciamos, que do total de 987 estudantes beneficiados pelo PAE, apenas 29,58% são cotista. Observamos que as percentagens dos estudantes beneficiados cotistas vão aumentando no decorrer dos anos, respectivamente, 2014 (2,22%); 2015 (2,21%); 2016 (6,28%); 2017 (8,71%); 2018 (10,25%). Embora, a Lei nº 12.711/2012, regulamentada pelo Decreto nº 7.824/2012 e pela Portaria nº 18/2012, do MEC, garante 50% das matrículas por curso e turno, nas Universidades e Institutos Federais a alunos oriundos integralmente de escolas públicas. As vagas reservadas às cotas, são subdivididas, sendo metade para alunos de escola pública, com renda per capita bruta igual ou inferior a um salário mínimo e meio e outra metade para os que tem renda per capita maior que um salário mínimo e meio.

Quadro 16 - Quantitativo geral dos beneficiados cotistas do PAE do IFMT - *Campus Cuiabá/Bela Vista* (2014 - 2018)

Total de Beneficiados	Total de Beneficiados cotista	ANO				
		2014	2015	2016	2017	2018
987	292	22	21	62	86	101
100,00%	29,58%	2,22%	2,12%	6,28%	8,71%	10,25%

Autor: Investigador (2019)

As cotas também sofrem influência pela composição étnica, levando em consideração o número de pretos, pardos e indígenas da população. O *Campus Cuiabá/Bela Vista*, pratica esta política, pois é uma instituição de ensino pública, da esfera federal. Além disso, conforme auto declaração dos estudantes, no inquérito aplicado, representado no gráfico 6, se consideram pretos, pardos ou indígenas, nada menos que 70,76% dos alunos inquiridos, nas 219 respostas.

Nosso objeto de estudo não é o sistema de ingresso por cotas brasileiro, mas chama atenção a evolução de matrículas por meio dessas ações afirmativas, de forma geral no *Campus*, assim como o percentual de cotistas beneficiados com a assistência estudantil, que quase quintuplicou nos últimos cinco anos. Desse modo, constata-se a importância não apenas de buscar o acesso equânime ao ensino de qualidade, mas as condições para permanência e êxito desses estudantes, como único meio de busca pela diminuição das desigualdades socioeconômicas da população.

CONSIDERAÇÕES E CONCLUSÕES FINAIS

Esta investigação, que agora se encerra, apresenta as principais conclusões e considerações finais decorrentes do presente estudo. São, ainda, discutidas as contribuições teóricas, práticas e as limitações do estudo.

Conclusões e implicações gerais teóricas

No decorrer da presente dissertação trabalhou-se com o objetivo geral de analisar a trajetória da implementação da política de assistência estudantil no IFMT- *Campus* Cuiabá/Bela Vista, no período de 2014 – 2018. Desse modo, para atingir o objetivo geral, foram traçados cinco objetivos específicos:

1. compreender a abrangência do PNAES e os normativos correlatos existentes no IFMT- *Campus* Cuiabá/ Bela Vista;
2. descrever a política de assistência estudantil implementadas no IFMT - *Campus* Cuiabá/Bela Vista;
3. caraterizar a trajetória da implementação do PAE do IFMT – *Campus* Cuiabá/ Bela Vista;
4. descrever a evolução orçamentária destinada ao PAE no IFMT Cuiabá/Bela Vista;
5. identificar os programas existentes no PAE no IFMT *Campus* Cuiabá/Bela Vista;
6. caraterizar as dificuldades encontradas na implementação do PAE do IFMT - *Campus* Cuiabá/Bela Vista;

Nesse sentido a questão geral da investigação era saber se existe alguma relação entre a implementação da política do PAE e o êxito escolar do estudante e a inclusão social?

Assim, em primeiro lugar, buscou-se na revisão de literatura, em concreto, sobre as legislações sobre o PNAES, instituído pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que tem como propósito reduzir as taxas de evasão e, conseqüentemente, promover a inclusão social por meio da educação. O IFMT – *Campus* Cuiabá/Bela Vista, balizado pelo decreto acima citado, executa desde 2010 o PAE, o qual visa o atendimento dos estudantes dos cursos técnicos e superiores na modalidade de ensino presencial em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

O PAE foi instituído pelo Consup nº 002/2012, de 24 de janeiro de 2012, do CONSUP e regulamentado Portaria nº 07, de 10 de fevereiro de 2014 do *Campus* Cuiabá/Bela Vista, alinhado aos objetivos do PNAES.

Considerou-se, ainda, relevante analisar, aportes teóricos que expõe sobre a assistência estudantil, em que os autores Bardagi e Hultz (2009) revelam que uma das causas da evasão escolar se dá pela falta de recursos financeiros. Vargas (2008) relata que essa diferença de renda favorece a evasão escolar. Embora, saibamos que a Constituição Federal Brasileira (1988) assegure a educação para todos, isto remete à necessidade de compreender a importância da implementação do PAE no IFMT – *Campus Cuiabá/Bela Vista*.

Em termos de implicações teóricas, este estudo permitiu identificar a relevância das bolsas estudantis para o atendimento de necessidades básicas dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, passando a ser complemento da renda familiar e colaborando para a permanência e êxito. Para isso, é necessário que haja ampliação do PAE, para que o estudante beneficiado tenha plenitude acadêmica (Finatti & Silveira, 2007).

Nesse sentido, para além da questão geral de investigação, foram utilizadas cinco questões norteadoras para assessorar na resposta da questão geral, que permitiu extrair alguns resultados significativos.

Conclusões e implicações gerais práticas

O estudo de caso único realizado permitiu extrair alguns resultados válidos e interessantes, podendo colaborar com a comunidade científica e, para além disso, a CPAE e a gestão educativa do IFMT – *Campus Cuiabá/Bela Vista*. Sendo assim, apresentaremos as conclusões e implicações gerais práticas, respondendo as questões norteadoras deste estudo.

A primeira questão de investigação era compreender de que forma a assistência estudantil vem se desenvolvendo no IFMT *Campus Cuiabá/Bela Vista* e quais seus impactos na vida escolar dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Sobre esta questão, inferimos que atualmente são ofertadas seis categorias de auxílios estudantis, a saber: alimentação, transporte, permanência, moradia, creche e monitoria.

Esses auxílios estudantis são ofertados por meio de edital de processo de seleção, no início do ano letivo, conduzido e analisado pela CPAE, de acordo com os recursos orçamentários programados para o custeio assistência estudantil.

Ao analisarmos a evolução orçamentária (2014 – 2018) do PAE no *Campus* Cuiabá/Bela Vista, percebemos que os recursos destinados não sofreram alterações significativas, exceto no ano de 2015, em razão do contingenciamento no orçamento da União. Cabe ressaltar, que o montante de recurso destinado a assistência estudantil é fixado pelo Ministério da Educação com base na matriz orçamentária dos Institutos Federais de Educação.

Isto posto, constatamos que os recursos destinados não atendem à demanda existente de alunos em situação de vulnerabilidade sócioeconômica. Pelas regras atuais, o ingresso no IFMT – *Campus* Cuiabá/Bela Vista, é regulamentado pela Lei nº 12.711/2012 (a chamada Lei de Cotas), onde 50% das vagas são reservadas aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo *per capita*. Por sua vez, a legislação que institui o PNAES, também estabelece que os estudantes beneficiários serão aqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica, tendo como métrica para estabelecimento desta condição, a renda *per capita* de 1,5 salário-mínimo. Logo, 50% dos alunos regularmente matriculados no *Campus*, deviam ser amparados pela bolsa de assistência estudantil. Entretanto, como mostra o quadro 15 sobre o quantitativo de beneficiários da assistência estudantil no período de 2014 – 2018, estes somam apenas 987 estudantes, enquanto que o número anual de alunos regularmente matriculados é de cerca de 1.237 estudantes.

Diante deste cenário, constatamos que a implementação e o desenvolvimento do programa no *Campus* Cuiabá/Bela Vista, no que se refere a permanência e êxito, impactam positivamente na vida do estudante, representando um total de 83% dos beneficiados no período, dos quais 34% permanecem frequentando os cursos e 49,33% se formaram. Essa taxa de 83% de permanência e êxito dos beneficiados, corrobora com os dois fatores de relevância apurados pelos inquéritos, quais sejam: permanência (29,68%), inclusão social (22,83%). Como foi inferido pelo estudante nº 42, “*a relevância do programa PNAES é muito reconhecida, pois, quando pensamos que a inclusão social é efetiva, já que os jovens que não podiam estudar, agora podem*”. Já o estudante nº 21 revela que “*é muito importante para a inclusão dos alunos necessitados, principalmente para o ambiente escolar, pois tem os alunos que não podem pagar ou trazer comida todos os dias*”.

Desse modo, a alocação de recursos destinados às ações do PAE, considerados seu volume e resultados alcançados, parece pouco interessante para o estrato social

dominante da sociedade brasileira, pois, podem proporcionar condições que facilitem a mobilidade socioeconômica no Brasil, conforme aponta Amaral (2010, p. 3):

Entretanto, observa-se que no Brasil ainda não existe igualdade de acesso e permanência no ensino a toda população interessada, uma vez que o sistema educacional atende às demandas do capital, por ser um meio da classe dominante passar sua ideologia.

A segunda questão da nossa investigação procurava saber se a forma de implementação da assistência estudantil no IFMT, *Campus Cuiabá/Bela Vista* está adequada ao PNAES?

Durante a investigação nos deparamos com diversas dificuldades na implementação da assistência estudantil no IFMT - *Campus Cuiabá/Bela Vista*. Entre elas o baixo quantitativo de pessoal para conduzir o processo seletivo e a falta de ferramentas adequadas para o processamento das informações, entre outros.

No entanto, percebemos que existe oportunidade, tanto por parte da gestão institucional, quanto dos implementadores e estudantes, para que a política de assistência se organize e se firme como política pública, com vistas à mudança da condição social e econômica dos beneficiários. Conforme, Lima e Davel (2018, p.56),

isso é possível quando ocorre a categorização e sistematização de ações bem-sucedidas durante o processo de implementação da política no que se refere aos múltiplos níveis, a saber: político, organizacional e operacional. Assim, a efetividade da implementação decorre da mudança proposta à organização, em que os resultados desejados por ela estejam bem definidos e disseminados, de maneira integrada, gerando valor público para os atores sociais envolvidos. Portanto, os implementadores, por intermédio de suas experiências, podem revelar como suas práticas corroboram para melhorar as condições e promover a mudança perante recursos e estruturas disponíveis.

Dentre as dificuldades, a que mais chama a atenção está o volume da massa documental proveniente da comprovação dos estudantes aliado a escassez de recursos humanos e a ausência de ferramentas tecnológicas para medir avaliação e o desempenho do PAE, colaborando para demora da concretização do processo seletivo.

Estas dificuldades são semelhantes ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – *Campus Vilhena (IFRO-CV)*, conforme aponta Silva (2019, p. 95):

constatou-se, na investigação, que o IFRO-CV não possui um sistema de avaliação de resultados dos programas de assistência estudantil nem tão pouco executa um acompanhamento e monitoramento dos alunos beneficiados, o que dificultou muito o levantamento dos dados da pesquisa, por não existir um sistema informatizado de gerenciamento acadêmico de controle de informações dos alunos, isso tem reflexo no processo de avaliação e acompanhamento interno dos programas de assistência estudantil.

Compreendemos, desse modo, que as principais dificuldades enfrentadas pela CPAE são: baixo quantitativo de auxílios ofertados, em função da escassez de recurso, a falta de informatização do processo de recrutamento e seleção dos beneficiados (embora o questionário socioeconômico seja preenchido via formulário eletrônico), ausência de ferramenta informatizada para acompanhamento do programa.

Ora isto, nos responde à segunda questão da nossa investigação se a forma de implementação da assistência estudantil no IFMT, *Campus Cuiabá/Bela Vista* está adequada ao PNAES.

Além disso, pudemos observar por meio dos inquéritos respondidos que os estudantes beneficiários e não beneficiários possuem a consciência dos pontos fracos, que são entendidas como os pontos negativos dentro do PAE, entre eles: falha no processo de seleção (24,20%), atraso no pagamento dos auxílios (17,35%), ampliação de auxílios e aumento de valores (10,04%), atraso no lançamento de edital (5,02%).

A primeira percepção refere-se ao lançamento do edital do PAE ser anual, enquanto a instituição oferta dois vestibulares/processos seletivos por ano. Desta forma, não permitindo que os estudantes que se encontram em vulnerabilidade socioeconômica do segundo semestre concorram ao processo seletivo do programa, visto que o IFMT-*Campus Cuiabá/Bela Vista* possui 50% dos estudantes pertencentes a classe “C”, devido as dificuldades mencionadas acima pela CPAE, é inviável dois processos seletivos de auxílios estudantis por ano.

A segunda percepção diz respeito a transparência do processo seletivo, pois 40% dos estudantes consideram o processo transparente. Entretanto, ressaltam que a ausência de informatização, os recursos financeiros e humanos, ausência de entrevistas, geram a falha na seleção dos estudantes que de fato fazem jus ao programa. Isto, pode ser percebido onde 71,72% dos inquiridos consideraram a entrevista como a fase mais importante para tomada de decisão, inclusive para refutação da documentação coletada.

Para que o IFMT - *Campus* Cuiabá /Bela Vista, possa atingir de forma efetiva os propósitos do PAE na instituição, se faz necessário o dobro do recurso financeiro, principalmente para alimentação, tendo em vista que, na escala de prioridades, o auxílio alimentação vem em 1º lugar; ficando em 2º lugar o transporte e em 3º lugar as compras de materiais escolares.

Logo, aqueles estudantes que não foram contemplados com assistência estudantil, ficam dependentes de ações isoladas, a exemplo, da entrega de cesta básica ou com auxílio emergencial que são concedidos em situações extremas. Ou seja, é a chamada inclusão pela exclusão, uma vez, que os não-selecionados aos auxílios estudantis, também estão aptos e necessitam receber o benefício.

Desse modo, mesmo considerando que já são quase sete anos da criação do PAE, os recursos disponíveis ainda não são suficientes para atender a demanda em sua totalidade, daqueles que se enquadram na condição de vulnerabilidade socioeconômica.

Esse raciocínio, nos leva ao terceiro questionamento desta investigação: como o PAE pode contribuir para a conclusão dos cursos, além de colaborar com a diminuição das desigualdades sociais?

Embora as dificuldades no atendimento da demanda dos estudantes que estão em situação de vulnerabilidade socioeconômica tenham aumentado significativamente no decorrer dos anos, percebemos que o PAE consegue impactar de forma positiva a vida dos beneficiários e contribui para diminuição parcial da desigualdade social.

Conforme evidenciado na análise dos dados, suportada pelos gráficos anteriores, principalmente os auxílios transporte e alimentação, são fundamentais para a permanência e êxito dos estudantes. Os cursos ofertados pelo *Campus* são de período integral. Não existem para a maioria dos estudantes, condições físicas e financeiras, para irem almoçar em suas casas pois, de acordo com as regras de ingresso já citadas, 50% dos alunos matriculados são oriundos de famílias com renda *per capita* igual ou menor que 1,5 salário-mínimo.

Observamos que um prato feito custa em média, no entorno do *Campus*, R\$ 15,00. Considerando que são 22 dias letivos no mês, o gasto básico com alimentação não sairia por menos que R\$ 330,00 mensais. Esse valor representa 33,67% do salário mínimo. O bilhete de passagem de ônibus, para o município circunvizinho de Várzea Grande, por exemplo, custa R\$ 4,15, por viagem.

A garantia de permanência e êxito destes alunos, contribui concretamente para a diminuição das desigualdades sociais. A nossa quarta questão de investigação era saber: de que forma a assistência estudantil tem contribuído para diminuir a evasão escolar, promover a ascensão social por meio a educação e evitar o desperdício de recursos públicos?

A leitura do quadro 16, sobre o quantitativo geral dos beneficiários do PAE (2014-2018), responde sinteticamente as três partes dessa questão, senão vejamos: no período foram atendidos com a assistência estudantil 987 estudantes. Destes, estão regularmente matriculados (situação de permanência) 34,34% dos alunos (os cursos de nível médio e técnico tem 3 anos de duração e a engenharia de alimentos 5 anos de duração). Concluíram o curso no período, 49,33% do total. Os concludentes (que faltam apenas entregar o trabalho final), representam 1,51% dos beneficiados. Os alunos que trancaram matrícula (0,50%), se evadiram (8,00%), pediram transferência (4,40) e cancelados (1,92%), somam 14,82.

Diante das informações acima, conclui-se que 85,18% dos alunos beneficiados pela assistência, apresentam condição de permanência e êxito o que, sem sombra de dúvida, melhora sua condição econômica, ajudando-os a ascenderam socialmente.

Do mesmo modo, do ponto de vista do gasto público, conclui-se que não há desperdício e está sendo bem aplicado, pois o índice de evasão, trancamento e cancelamento de matrícula, representam apenas 10,42% das matrículas. Os transferidos (que não podem ser considerado como desperdício, pois vai continuar seus estudos em outra instituição), somam 4,40% dos beneficiados.

E, por fim, reportando a quinta questão de investigação, era saber: como os atores envolvidos avaliam a prestação de serviços de assistência estudantil no IFMT- *Campus* Cuiabá/Bela Vista? constatamos que os membros da CPAE, apesar da série de dificuldades constatadas durante a investigação, avaliam seu trabalho como de muita relevância para a execução e o desenvolvimento do PAE. São, na maioria, profissionais que já desempenham suas atividades do cotidiano na atenção aos estudantes, principalmente os menos favorecidos economicamente.

Apesar disso, ficou claro a consciência do grupo em relação aos pontos que precisam ser aprimorados, ao mesmo tempo em que apresentaram sugestões à gestão para que sejam supridos com os meios necessários para a melhoria dos serviços,

principalmente no quesito tempestividade e acompanhamento das ações de assistência estudantil.

Reportando à nossa questão geral de investigação, a qual era: será que existe alguma relação entre a implementação da política PAE e o êxito escolar do estudante e a inclusão social?, através das cinco questões norteadoras da investigação, podemos concluir que o desenvolvimento da política do PAE contribui para que os estudantes beneficiados permaneçam e concluam o curso. Nesse sentido, os inquiridos concordam totalmente/parcialmente que a implementação da política do PAE na instituição, representa 69, 85% de contribuição para a promoção da inclusão social e consequente ascensão socioeconômica.

No entanto, ficou igualmente constatado que, apesar da eficácia do PAE, sua execução não transcorre de modo eficiente, notadamente no que diz respeito a escassez de recursos orçamentários e financeiros, ausência de ferramentas de informática e consequentes atrasos na prestação do serviço. O PAE precisa ser aprimorado e as condições para isso existem, se houver esforços e vontade política dos atores envolvidos.

Por fim, a busca pela democratização da educação, com equidade no acesso de todas as camadas sociais ao ensino público, gratuito e de qualidade, nos parece a única forma de fazer o cidadão em vulnerabilidade socioeconômica, mudar sua condição e, conseqüentemente, sua história.

Recomendações de gestão educativa e melhorias para o PAE

Posto isto, elencamos algumas sugestões e conclusões que visam contribuir para a melhoria na implementação e aplicação dos recursos no PAE, em especial, como contributos e implicações para a gestão educativa:

- a) edital de fluxo contínuo – o lançamento de edital permanente da assistência estudantil proporcionaria condições para acolher aqueles alunos que ingressam na escola, no segundo semestre do ano. Poderia atender também aquele estudante que, porventura, mudasse de condição socioeconômica, durante sua vida escolar. Assim, seriam eleitos três ou quatro momentos ao ano em que as solicitações encaminhadas à CPAE, fossem recolhidas e analisadas;

- b) questionários unificados – atualmente são aplicados dois questionários aos estudantes. Um, para o ingresso na instituição e, outro, especificamente, para selecionar os beneficiários da assistência estudantil. Entendemos que a utilização de um mesmo questionário poderia otimizar o processo de seleção;
- c) informatização no processo – embora o questionário seja aplicado de forma eletrônica, o restante do processo é realizado de forma manual, sem nenhuma conexão com os sistemas informáticos existentes (Q-Seleção, Q-Acadêmico) e com documentação de comprovação das informações, impressas;
- d) aumento de recursos humanos – a equipe responsável pela seleção dos estudantes é formada por meio de portaria interna do Diretor Geral, com diferentes servidores, de diversos setores do IF que, pela natureza e horário disponível, historicamente têm limitações para se reunirem. A transformação do programa, em política pública nacional de assistência estudantil, traria consigo uma melhor estrutura para gerir a aplicação desses recursos;
- e) os auxílios estudantis serem disponibilizados para todos ingressantes por meio de ações afirmativas no ato do ingresso e depois serem estendidos para ampla concorrência – essa situação seria a ideal pois, atenderia o disposto no Decreto de criação do PNAES, de atender aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, detectadas pelo questionário aplicado na inscrição para ingresso;
- f) ferramenta de avaliação de desempenho – atualmente o *Campus* não dispõe de nenhuma ferramenta para acompanhamento dessa ação. Depois de selecionados os beneficiários, os pagamentos são autorizados por meio de listas com os nomes dos alunos, confrontado com a frequência escolar, tudo feito de forma manual;

Limitações ao estudo

Este estudo apresentou algumas limitações, nomeadamente, a inexistência de uma base de dados dos beneficiados do PAE na instituição, o que contribui para morosidade da tabulação e análise, resultando na impossibilidade de aceder a uma amostra mais representativa de estudantes, do total dos beneficiados pela assistência estudantil, uma vez que não dispunham das informações essenciais. Por exemplo, qual o curso e o período que o beneficiado frequentava, por isso, optamos pela amostra por conveniência, pelo que

as conclusões obtidas, com toda a precaução, apenas podem ser generalizadas para a população acessível. Por outro lado, o estudo, foi realizado num determinado período de tempo, onde isto condicionou não ir mais além no processo de investigação.

Sugestões de investigação futura

De forma geral, poderá ser interessante estender o estudo a nível nacional, contemplando todas as instituições federais de ensino ou formando uma amostra mais estratificada por vários fatores, como por exemplo, diferentes regiões, categorias de auxílios, entre outros.

Paralelamente, sugerimos o estudo sobre a permanência e êxito dos estudantes que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica que, porém, não são beneficiados pela assistência estudantil, por limitações orçamentárias ou quaisquer outros motivos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Amaral, R. S. e Nascimento, S. D. (2010) *Diagnóstico situacional da política de assistência estudantil no âmbito do Instituto Federal do Maranhão: estudo de caso nos Campi Buriticupu e Centro Histórico*. Recuperado em <http://connepi.ifal.edu.br/ocs/index.php/connepi/CONNEPI2010/paper/viewFile/336/235>
- Amante, C. J; Melo, P. A; Silva, Flora M. S. (2012). *A gestão dos programas de assistência estudantil nas universidades públicas brasileiras: o modelo da universidade federal de Santa Catarina*. *Revista*, v. III, n.6, dez. 2012. Recuperado em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/gestaopublica/article/view/1125/868>
- Andifes, (2011). *Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das universidades federais brasileiras*. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE). Brasília. Recuperado em, de <http://www.andifes.org.br/forum-nacional-de-pro-reitores-de-assuntos-comunitarios-e-estudantis-fonaprace/>.
- Antunes, E. D. (2018). *Assistência estudantil nos Institutos Federais: da política à implementação*. (Dissertação de Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Recuperado em: http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/331079/.../Antunes_Evelise_Dias_M.pdf
- Araújo, J. O. (2003). *O elo assistência e educação: análise assistência/ desempenho no Programa Residência Universitária alagoana*. (Dissertação Mestrado em Serviço Social) — Universidade Federal de Pernambuco, Recife. <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/9984>
- Araújo, M. P. (2007). *Memórias Estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Relume Dumará. Recuperado de <https://une.org.br/wp-content/uploads/2015/04/Mem%C3%B3rias-Estudantis.pdf>.
- Backx, S. (2006). *O Serviço Social na Educação*. In: REZENDE, I.; CAVALCANTI, L. F. (org) *Serviço Social e Políticas Sociais*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, recuperado de: <https://ojs.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/view%20File/136/187>
- Barbosa, R. A. (2009) *A assistência ao estudante da residência universitária da UFPB*. (Dissertação Mestrado em Serviço Social) — Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. Recuperado em de <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/7212>.

- Bardagi, M. P. & Hutz, C. S. (2009). "Não havia outra saída": percepções de alunos evadidos sobre o abandono do curso superior. *Psico-USF*, 14(1), 95-105. Recuperado em <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-82712009000100010>.
- Bogdan, R. C. & Biklen, S. K. (1994) *Investigação qualitativa em educação*. Tradução Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Porto: Porto Editora.
- Boschetti, I. (2003). *A Assistência Social no Brasil: um direito entre originalidade e conservadorismo*. 2. ed. Brasília: GESST/SER/UnB, 2003.
- Brasil. Ministério da Educação. (2019) *Instituições da Rede Federal*. Recuperado em: <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/instituicoes>.
- Calvacanti, R. W & Rasoto, V. I. (2018) *Avaliação da eficácia do programa de auxílio estudantil em um câmpus de universidade federal brasileira*. Publicado na revista: *Educação: Teoria e Prática*, Rio Claro, SP, Brasil - eISSN: 1981-8106. Recuperado em: <http://dx.doi.org/10.18675/1981-8106.vol28.n58.p320-338>
- Cervo, A. L. & Bervian, P. A. (2002). *Metodologia científica*. 5.ed. São Paulo: Prentice Hall.
- Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934. Recuperado, https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/137602/Constituicoes_Brasileiras_v3_1934.pdf?sequence=10
- Coutinho, C. (2016). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas*. Edições Almedina. Coimbra.
- Cruz, A., & Houry, M. (2017). Centralidade de ações de permanência para combater a evasão na educação superior. *Poiésis - Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação*, 11(19), 173-187. Recuperado em 05 de janeiro de 2019, de doi: <http://dx.doi.org/10.19177/prppge.v11e192017173-187>.
- Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931. *Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário*. Recuperado em, de <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html> .
- Decreto nº 69. 927, de 13 de janeiro de 1972. Institui em caráter nacional, o Programa “Bolsa de Trabalho”. Recuperado, de

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-69927-13-janeiro-1972-418292-publicacaooriginal-1-pe.html>

Decreto nº 7.423, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Recuperado em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato20072010/2010/decreto/d7234.htm

Edital nº 002/2014. Dispõe sobre o processo seletivo de estudantes para participar do Bolsa Alimentação. Recuperado em <http://blv.ifmt.edu.br/>

Edital nº 002/2018. Dispõe sobre o processo seletivo de estudantes para participar sobre o processo seletivo de Programa de Assistência Estudantil. Recuperado em http://blv.ifmt.edu.br/media/filer_public/4c/02/4c025a5d-77fc-4fdd-a662-745b5ce24088/edital_n_02-2018.pdf

Edital nº 004/2015. Dispõe sobre o processo seletivo de estudantes para participar do Bolsa Alimentação. Recuperado em http://estudante.blv.ifmt.edu.br/media/filer_public/48/dc/48dc8aec-94b1-42f3-ba2e-33e720f3445b/edital-no-004-2015-bolsa-alimentacao.pdf

Edital nº 004/2016. Dispõe sobre o processo seletivo de estudantes para participar sobre o processo seletivo de Programa de Assistência Estudantil. Recuperado em http://estudante.blv.ifmt.edu.br/media/filer_public/9c/83/9c837d5d-157a-43ea-8020-56b5bb6e5553/edital_004-2016_-_assistencia_estudantil_2016-1_final.pdf

Edital nº 004/2017. Dispõe sobre o processo seletivo de estudantes para participar sobre o processo seletivo de Programa de Assistência Estudantil. Recuperado em, http://estudante.blv.ifmt.edu.br/media/filer_public/9c/83/9c837d5d-157a-43ea-8020-56b5bb6e5553/edital_004-2016_-_assistencia_estudantil_2016-1_final.pdf

Edital nº 005/2014. Dispõe sobre o processo seletivo de estudantes para participar do Bolsa Transporte. Recuperado em <http://blv.ifmt.edu.br/>

Edital nº 005/2015. Dispõe sobre o processo seletivo de estudantes para participar do Bolsa Transporte. Recuperado em http://estudante.blv.ifmt.edu.br/media/filer_public/48/dc/48dc8aec-94b1-42f3-ba2e-33e720f3445b/edital-no-004-2015-bolsa-alimentacao.pdf

Edital nº 005/2017. Dispõe sobre o processo simplificado de estudantes para participar de Programa de Bolsa Monitoria. Recuperado em. <http://blv.ifmt.edu.br/conteudo/noticia/novidade-divulgado-edital-do-programa-de-assistencia-estudantil-bolsa-monitoria-edital-052017/>

Edital nº 005/2018. Dispõe sobre o processo simplificado de estudantes para participar do Programa de Bolsa Monitoria. Recuperado em: http://blv.ifmt.edu.br/media/filer_public/d7/b2/d7b2a737-c65a-4bd7-8d31-52d3124193da/edital_no_05-2018.pdf

Edital nº 009/2014. Dispõe sobre o processo seletivo de estudantes para participar do Bolsa Esporte. Recuperado em: <http://blv.ifmt.edu.br/>

Edital nº 10/2014. Dispõe sobre o processo seletivo de estudantes para participar do Bolsa Artes. Recuperado em: <http://blv.ifmt.edu.br/>

Edital nº 11/2015. Dispõe sobre o processo simplificado de estudantes para participar de Bolsa Monitoria. Recuperado em http://blv.ifmt.edu.br/media/filer_public/17/f3/17f33380-5c9a-40bb-8af2414fea61be00/port_61-2015.pdf

Finatti, B. E., & Alves, J. M., & Silveira, R. J. *Perfil sócio, econômico e cultural dos estudantes da Universidade Estadual de Londrina-UEL — indicadores para implantação de uma política de assistência estudantil*. Recuperado em <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoE/a56c8f3cf20f90663a4cBetty%20Finatti%20Jolinda%20Alves%20Ricard%20Silveira.pdf>

Fonaprace (2012). *Revista Comemorativa 25 Anos : histórias, memórias e múltiplos olhares / Organizado pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, coordenação, ANDIFES. – UFU, PROEX*: Recuperado em: http://www.assistenciaestudantil.cefetmg.br/galerias/arquivos_download/Revista_Fonaprace_25_Anos.pdf

Flores, L. (2018). *Uma Década de Sonhos, Vidas e Histórias. Instituto Federal de Mato Grosso (2008 – 2018)*. Cuiabá – MT. Editora Comunica. Recuperado em http://ifmt.edu.br/media/filer_public/c7/12/c71281e767da41f7b27a7696b1644dd2/uma_decada_de_sonhos_vidas_e_historias_instituto_federal_de_mato_grosso_2008-2018.pdf

Gimenez, F. V. & Maciel, C. E. (2018). *Bolsa Permanência na UFMS: novas configurações e velhos desafios*. EccoS – Rev. Cient., São Paulo, n. 47, p. 215-236, set./dez. 2018. Recuperado em: <https://doi.org/10.5585/eccos.n47.7918>

Hill, M. M., & Hill, A. (2005). *Investigação por Questionário (2ª ED.)*. Lisboa: Edições Sílabo.

Imperatori, T. K. (2017). *A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. Serviço Social & Sociedade*, (129), 285-303. Recuperado em <https://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.109>.

Instrução Normativa nº 01 de janeiro de 2012. Institui e normatiza o Programa de Assistência Estudantil do IFMT. Recuperado em http://estudante.blv.ifmt.edu.br/media/filer_public/f7/10/f710c458-d008-46dba726d1eac24a75f5/instrucao_normativa_n_0012012_programa_de_assistencia_estudantil_ifmt.pdf.

Jesus, L. N. e Mayer, A. L. M.; De Camargo, P.L.T. (2016) *Programa Nacional de assistência estudantil: do protagonismo da une aos avanços da luta por direitos, promovidos pelo FONAPRACE (PNAES: da UNE a FONAPRACE)*. In: Acta Scientiarum. Education (UEM), 2016, V.38(3), pp.247(11). Recuperado em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/26417/17036>

Lakatos, E. e Marconi. M. (2003). *Fundamentos de Metodologia Científica*. São Paulo, Editora: Atlas.

Lakatos, E. e Marconi. M. (2006). *Fundamentos de Metodologia Científica*. São Paulo, Editora: Atlas.

Laville, C. e Dionne, J. (1999) *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Belo Horizonte: UFMG.

Lessa, S. (2017). *Assistência estudantil brasileira e a experiência da Uerj: entre a inovação e o atraso na atenção ao estudante*. Revista Em Pauta. 15. Recuperado em : [10.12957/rep.2017.30381](https://doi.org/10.12957/rep.2017.30381)

Lei nº 11.195, de 18 de outubro de 2005. Dispõe sobre a Expansão da Rede Federal de Ensino. Recuperado em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11195.htm

Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Recuperado em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm

Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Recuperado em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm

Lei nº 4.024, de 20 dezembro de 1961. Lei de Diretrizes e Bases – LDB. Recuperado em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>

- Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Lei de Diretrizes e Bases – LDB. Recuperado em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>
- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases – LDB. Recuperado em <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>.
- Lessa, S. E. (2017). Assistência Estudantil brasileira e a experiência da URJ: entre a inovação e o atraso na atenção ao estudante. Revista EM PAUTA, Rio de Janeiro _ 1º Semestre de 2017 - n. 39, v. 15, p. 155 – 175. Recuperado em doi: <https://doi.org/10.12957/rep.2017.30381>.
- Lima, W. A. S & Davel, E. (2018). Implementação de Políticas Públicas de Assistência Estudantil: estratégias organizacionais na perspectiva da efetividade. Revista Organizações em Contexto (ROC) - Versão Eletrônica 1982-8756. v. 14, n. 27 (2018) janeiro – junho. Recuperado em: DOI: <http://dx.doi.org/10.15603/1982-8756/roc.v14n27p53-91>
- Martins, G. A. (2008). Estudo de caso: uma reflexão sobre a aplicabilidade em pesquisa no Brasil. Revista de Contabilidade e Organizações, v. 2, n. 2, p. 9-18, jan/abr. Recuperado em <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/view/1802>.
- Malhotra N. K. & Birks, D. K. (2006). *Marketing Research: An applied approach*. 3º edição. Editora Prentice Hall. London.
- Minayo, M. C. S. (1994). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes. Recuperado em: <https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf>
- Oliveira, A. M & Passo, G. O. (2016). *Assistência Estudantil do IFPI aos Mais Pobres: Focalização Assegurando o Direito à Educação*. Rev. FSA, Teresina, v. 13, n. 5, art. 12, p. 207-229, set./out. 2016 ISSN Impresso: 1806-6356 ISSN Eletrônico: 2317-2983 . Recuperado em: <http://dx.doi.org/10.12819/2016.13.5.12>
- Oliveira, A. M (2019, 4 abril). Entrevistado por Reinaldo Silva Barbosa. O Programa de Assistência Estudantil – PNAES: o caso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT – *Campus Cuiabá/Bela Vista*.
- Orçamento Anual do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso. Instituto Federal de Mato Grosso – IFMT (2014). Recuperado em: http://proad.ifmt.edu.br/media/filer_public/aa/48/aa4864fb36d445fabfc3022eaf9c4406/orcamento-2014.pdf

- Orçamento Anual do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso. Instituto Federal de Mato Grosso – IFMT (2015). Recuperado em: http://proad.ifmt.edu.br/media/filer_public/3a/da/3adafe0eec494d5db2d2c3fb532db9fd/orcamento_ifmt_2015.pdf.
- Orçamento Anual do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso. Instituto Federal de Mato Grosso – IFMT (2016). Recuperado em <http://proad.ifmt.edu.br/conteudo/pagina/ploa-2016/>.
- Orçamento Anual do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso. Instituto Federal de Mato Grosso – IFMT (2017). Recuperado em <http://proad.ifmt.edu.br/conteudo/pagina/orcamento-ifmt-2017/>.
- Orçamento Anual do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso. Instituto Federal de Mato Grosso – IFMT (2018). Recuperado em <http://proad.ifmt.edu.br/conteudo/pagina/orcamento-ifmt-2018/>.
- Oliveira, J. (2012). *Marketing Research – Vol. I - Investigação em marketing*. Edições Sílabo. Lisboa.
- Passos, A. M., & Passos, G. (2016). Assistência Estudantil do IFPI: Focalização assegurando o direito à Educação. *Revista FSA, Teresina*, v. 13, n. 5, set./out. Recuperado em doi: <http://dx.doi.org/10.12819/2016.13.5.12>.
- Pinto, E. C. L (2019, 06 abril). Entrevistado por Reinaldo Silva Barbosa. O Programa de Assistência Estudantil – PNAES: o caso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT – *Campus Cuiabá/Bela Vista*.
- Política Nacional de Assistência Social PNAS/ 2004 Norma Operacional Básica NOB/SUA (2005). Brasília. Recuperado em https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf
- Portaria nº 389, de 9 de maio de 2013. Cria o Programa de Bolsa Permanência e dá outras providências. Recuperado em <http://portal.mec.gov.br/docman/programas-e-acocoes/programa-bolsa-permanencia/68911-portaria-389-09052013/file>
- Portaria Normativa nº 07, de 10 de fevereiro de 2014. Aprova o Regulamento do Programa de Concessão de Assistência Estudantil no âmbito do IFMT – *Campus Bela Vista*. Recuperado em http://blv.ifmt.edu.br/media/filer_public/e5/da/e5da05bd6889446135ed791be69ce/portaria-no-07-2014-aprova-regulamento-de-assistencia-estudantil.pdf
- Portaria Normativa nº 14, de 26 de fevereiro de 2018. Regulamento da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso. Recuperado em http://blv.ifmt.edu.br/media/filer_public/82/f1/82f1dde89c28448eb8e43d890f70b9/portaria_no_14_e_regulamento.pdf

Portaria Normativa nº 39, de dezembro de 2014. Institui o Programa de Assistência Estudantil – PNAES. Recuperado em, de http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf

Portaria Normativa nº 46, de 7 de novembro de 2013. Regulamenta a concessão de ajuda de custo aos discentes para participação em atividades curriculares e extracurriculares; em eventos científicos, tecnológicos, culturais e esportivos de representação institucional do IFMT *Campus* Cuiabá – Bela Vista. Recuperado em http://blv.ifmt.edu.br/media/filer_public/b0/2e/b02e159c065941eaa01fe3993dadf127/portaria-046-2013-regulamento-de-concessao-de-ajuda-de-custo-a-discentes.pdf

Queiroz, F. C. (2019, 05 abril). Entrevistado por Reinaldo Silva Barbosa. O Programa de Assistência Estudantil – PNAES: o caso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT – *Campus* Cuiabá/Bela Vista.

Reis, E. M. (2016). PNAES: uma análise da implementação da política de assistência estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília. (Dissertação de Mestrado Profissional em Gestão Pública) - Universidade de Brasília. Recuperado em doi: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/20898>

Reis, F. (2010). Como Elaborar uma dissertação de Mestrado segundo Bolonha. Pactor. Lisboa.

Resolução nº 078, de 21 de novembro de 2014. Aprova a Instrução Normativa que institui e estabelece critérios e procedimentos no âmbito do Programa de Bolsa Permanência do IFMT. Recuperado em, http://estudante.blv.ifmt.edu.br/media/filer_public/b7/5e/b75e4b2e-e3c8-47c7-85e6-26c7c7847229/resolucao_078_instrucao_normativa.pdf

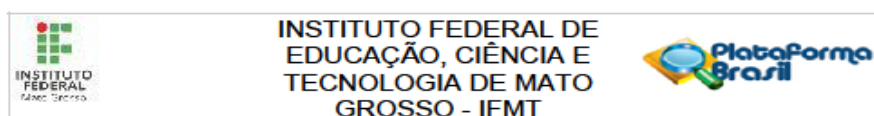
Resolução nº. 002, de 24 de janeiro de 2012. Aprova ad referendum, a Instrução Normativa Nº 02/2012, de 24 de janeiro de 2012, que institui e normatiza o Programa de Assistência Estudantil no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT. Recuperado em http://ifmt.edu.br/media/filer_public/c1/0f/c10f1e7452014bd39c5547daea3844fe/resolucao-no-0022012-aprovar-ad-referendum-o-programa-de-assistencia-estudantil-do-ifmt_merged.pdf

Saunders, M., Lewis, P., & Thornhill, A. (2009). *Research methods for business students*. Retrieved from https://is.vsfs.cz/el/6410/leto2015/BA_BSeBM/um/um/Research_Methods_for_Business_Students__5th_Edition.pdf.

Silva, A. P. (2019). *Impacto de Políticas Públicas de Assistência Estudantil nos Alunos dos Cursos Técnico Integrado ao Ensino Médio no Período de 2016 a 2018 do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO - Campus Vilhena. (Dissertação de Mestrado em Assessoria de Administração) Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto – ISCAP*. Recuperado em <http://hdl.handle.net/10400.22/13687>

- Vilares, M. & Coelho, P. (2005). *Satisfação e Lealdade do Cliente – Metodologia de avaliação, gestão e análise*. Escola Editora. Lisboa.
- Rodrigues, M. L. & LIMENA, M. M. C. (2006). Metodologias multidimensionais em Ciências Humanas. Brasília: Líber Livros Editora. 175p.
- Santos, C. P. C., & Marafon, N. M (2016). *A Política de Assistência Estudantil na Universidade Pública Brasileira: desafios para o Serviço Social. Textos & Contextos* (Porto Alegre), v. 15, n. 2, p. 408 - 422, ago./dez. Recuperado em doi: <http://dx.doi.org/10.15448/1677-9509.2016.2.22232>.
- Triviños, A. N. S. (1987) Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas.
- Vargas, M. L. F. (2008) *Ensino superior, assistência estudantil e mercado de trabalho: um estudo com egressos da UFMG. (Dissertação Mestrado em Educação)* — Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. Recuperado em <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/FAEC-84VHVQ>.
- Vasconcelos, N. B. (2010). *Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil/National Student Assistance Program: an analysis of the evolution of student assistance along the history of. Ensino Em Re-Vista*. Recuperado em <http://www.seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/11361>
- Vergara, S. C. (2009). Métodos de Coleta de dados no Campo. São Paulo, Editora: Atlas.
- Vieira. S. (2009). Como elaborar questionários. São Paulo: Atlas.

ANEXO I – Comprovante de envio do projeto



COMPROVANTE DE ENVIO DO PROJETO

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL - PNAES. O caso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de ato Grosso - IFMT - Campus Cuiabá/Bela Vista

Pesquisador: REINALDO SILVA BARBOSA

Versão: 3

CAAE: 90260518.8.0000.8055

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO

DADOS DO COMPROVANTE

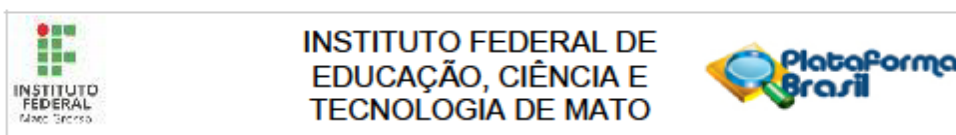
Número do Comprovante: 055179/2018

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

Informamos que o projeto O PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL - PNAES. O caso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de ato Grosso - IFMT - Campus Cuiabá/Bela Vista que tem como pesquisador responsável REINALDO SILVA BARBOSA, foi recebido para análise ética no CEP Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - IFMT em 24/05/2018 às 11:22.

Endereço: Av. Senador Filinto Muller, 953
Bairro: DUQUE DE CAXIAS II
UF: MT **Município:** CUIABA **CEP:** 78.043-400
Telefone: (65)3616-4112 **E-mail:** cep@ifmt.edu.br

ANEXO II – Parecer aprovado do projeto da plataforma Brasil



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL - PNAES. O caso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - IFMT - Campus Cuiabá/Bela Vista

Pesquisador: REINALDO SILVA BARBOSA

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 90280518.6.0000.8055

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.881.098

Apresentação do Projeto:

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) foi criado com a finalidade de democratizar o acesso e ampliar as condições de permanência dos estudantes de baixa renda nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) brasileiras, por meio da concessão de benefícios diversos que supram suas necessidades básicas. O presente trabalho visa analisar a implementação da Política de Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, Campus Cuiabá/Bela Vista, com o intuito de compreender como essa política vem se desenvolvendo junto aos discentes que a ela recorrem para permanecerem na instituição. O objetivo é verificar se se tal política vem se firmando como um direito do aluno, possibilitando que este conclua seus estudos, além de identificar potencialidades e limites dessa importante ferramenta de inclusão social. Pretende-se com a investigação analisar como ocorre a aplicação da política de assistência estudantil, as relações existentes entre a aplicação dessas políticas, com a retenção e o rendimento acadêmico dos alunos. Objetiva-se ainda, analisar os índices de trancamento de matrículas e desligamento ocorridos dos beneficiados, a partir da implantação do benefício. Para tanto, verificou-se o número de estudantes beneficiados pela Assistência Estudantil, os programas ofertados, a forma de ingresso destes no Instituto, além de promover discussões sobre o contexto em que nasceu a assistência estudantil no Brasil, o entendimento desta como política pública educacional voltada para a manutenção do aluno nas instituições

Endereço: Av. Senador Filinto Müller, 953
Bairro: DUQUE DE CAXIAS II
UF: MT **Município:** CUIABA
Telefone: (65)3616-4112
CEP: 78.043-400
E-mail: cep@ifmt.edu.br



Continuação do Parecer: 2.881.098

federais de ensino e, especificamente, sua implantação no IFMT Campus Cuiabá/Bela Vista. Para chegar aos objetivos propostos, foram realizadas análises documental.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primario: Analisar a trajetoria da implementacao da Política de Assistencia Estudantil no Instituto Federal de Educacao, Ciencia e Tecnologia de Mato Grosso, Campus Cuiaba/Bela Vista e sua relacao com o PNAES.

Objetivo Secundario:

- 1) Compreender a abrangencia do PNAES e os normativos correlatos existentes no IFMT Cuiaba/Bela Vista.
- 2) Descrever a politica de Assistencia Estudantil implementadas no Campus Cuiaba/Bela Vista do IFMT.
- 3) Caracterizar a trajetoria da implementacao da Política de Assistencia Estudantil do IFMT.
- 4) Descrever a evolucao orcamentaria destinada ao Programa de Assistencia Estudantil no IFMT Cuiaba/Bela Vista.
- 5) Identificar os programas existentes na Política de Assistencia Estudantil no IFMT Campus Cuiaba/Bela Vista.
- 6) Caracterizar as dificuldades encontradas na implantacao do Programa de Assistencia Estudantil do Campus Cuiaba/Bela Vista.
- 7) Investigar a percepcao do aluno atendido pelo Programa de Assistencia Estudantil do IFMT, Campus Cuiaba/Bela Vista quanto a sua fora de execucao e a participacao dele no referido programa.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Este projeto é de risco mínimo, pois todos participantes não serão identificados, será preservado seus dados de forma sigilosa. Porém, pode ocorrer:

- a) Cansaço ou aborrecimento ao responder às perguntas;
- b) Possibilidade de constrangimento ao responder o questionário;
- c) Desconforto, alterações de autoestima provocadas pela evocação de memória;
- d) Medo, Estresse, Vergonha.

Benefícios: Os benefícios da pesquisa poderá trazer recomendações e sugestões aos dirigentes do IFMT, no sentido de contribuir para a melhoria na implementação e aplicação dos recursos do

Endereço: Av. Senador Filinto Muller, 953
Bairro: DUQUE DE CAXIAS II CEP: 78.043-400
UF: MT Município: CUIABA
Telefone: (65)3616-4112 E-mail: cep@ifmt.edu.br



Continuação do Parecer: 2.881.098

Programa de Assistência Estudantil. cremos que poderá apresentar resultados referentes ao incremento (ou redução), no número de vagas ofertadas pela Assistência Estudantil, bem como para propiciar o estabelecimento de referencial teórico que dê suporte a diversos aspectos da implementação da política de assistência estudantil.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa relevante para área.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Folha de rosto: adequado

Currículos dos pesquisadores: adequado

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e Termo de Assentimento: adequado

Declaração do profissional que irá dar suporte para realização da pesquisa: adequado. Cronograma: adequado.

Questionário: adequado.

Recomendações:

1. O sujeito da pesquisa tem a liberdade de recusar-se a participar ou de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo ao seu cuidado (Res. CNS 466/12) e deve receber uma cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, na íntegra, por ele assinado.
2. Em conformidade com a Carta Circular nº. 003/2011CONEP/CNS, faz-se obrigatório a rubrica em todas as páginas do TCLE pelo sujeito de pesquisa ou seu responsável e pelo pesquisador; O TCLE deverá ser obtido em duas vias, uma ficará com o pesquisador e a outra com o sujeito de pesquisa;
3. O pesquisador deve desenvolver a pesquisa conforme delineada no protocolo aprovado e descontinuar o estudo somente após análise das razões da descontinuidade pelo CEP que o aprovou (Res. CNS 466/12), aguardando seu parecer, exceto quando perceber risco ou dano não previsto ao sujeito participante ou quando constatar a superioridade de regime oferecido a um dos grupos da pesquisa que requeiram ação imediata.
4. O CEP deve ser informado de todos os efeitos adversos ou fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo (Res. CNS 466/12). É papel do pesquisador assegurar medidas imediatas adequadas frente a evento adverso grave ocorrido (mesmo que tenha sido em outro centro) e

Endereço: Av. Senador Filinto Müller, 953
Bairro: DUQUE DE CAXIAS II
UF: MT Município: CUIABA

CEP: 78.043-400

Telefone: (65)3616-4112

E-mail: cep@ifmt.edu.br

Continuação do Parecer: 2.881.098

enviar notificação ao CEP junto com seu posicionamento.

5. Eventuais modificações ou emendas ao protocolo devem ser apresentadas ao CEP de forma clara e sucinta, identificando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas.

6. Relatórios parcial e final devem ser apresentados ao CEP, inicialmente semestralmente e ao término do estudo (até 30 dias após o término).

7. Os documentos devem ser guardados por cinco anos (Res. CNS 466/12).

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovado perante o aspecto ético da pesquisa e documentos obrigatórios apresentados.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_1097186.pdf	15/08/2018 01:29:39		Aceito
Outros	CartaResposta.pdf	15/08/2018 01:23:33	REINALDO SILVA BARBOSA	Aceito
Outros	CartaResposta2.pdf	15/08/2018 01:02:36	REINALDO SILVA BARBOSA	Aceito
Outros	DeclaracaoNaoinicio.pdf	15/08/2018 00:56:26	REINALDO SILVA BARBOSA	Aceito
Outros	DeclaracaoProfissionalNOVO.pdf	14/08/2018 23:13:53	REINALDO SILVA BARBOSA	Aceito
Outros	DeclaracaodeCritérios.pdf	14/08/2018 23:09:22	REINALDO SILVA BARBOSA	Aceito
Outros	Questionarionovo3.docx	14/08/2018 22:58:19	REINALDO SILVA BARBOSA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TALE.docx	14/08/2018 22:57:30	REINALDO SILVA BARBOSA	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA3.pdf	14/08/2018 22:28:44	REINALDO SILVA BARBOSA	Aceito
Outros	curriculumreinaldo.pdf	09/07/2018 12:48:49	REINALDO SILVA BARBOSA	Aceito
Outros	curriculum1.pdf	09/07/2018 12:47:42	REINALDO SILVA BARBOSA	Aceito
Declaração de Instituição e	infraestrutura.pdf	09/07/2018 12:42:27	REINALDO SILVA BARBOSA	Aceito

Endereço: Av. Senador Filinto Muller, 953

Bairro: DUQUE DE CAXIAS II

UF: MT

Município: CUIABA

CEP: 78.043-400

Telefone: (65)3616-4112

E-mail: cep@fmt.edu.br

Continuação do Parecer: 2.881.098

Infraestrutura	infraestrutura.pdf	09/07/2018 12:42:27	REINALDO SILVA BARBOSA	Aceito
Cronograma	cronogramacerto.pdf	09/07/2018 12:37:04	REINALDO SILVA BARBOSA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	18/05/2018 12:15:47	REINALDO SILVA BARBOSA	Aceito
Outros	declaracao.pdf	18/05/2018 11:52:55	REINALDO SILVA BARBOSA	Aceito
Folha de Rosto	folha.pdf	18/05/2018 11:50:52	REINALDO SILVA BARBOSA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	termo.pdf	18/05/2018 11:49:24	REINALDO SILVA BARBOSA	Aceito
Outros	questionario.docx	18/05/2018 11:48:14	REINALDO SILVA BARBOSA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.docx	18/05/2018 11:45:28	REINALDO SILVA BARBOSA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CUIABA, 09 de Setembro de 2018

Assinado por:
Marilu Lanzarin
(Coordenador)

Endereço: Av. Senador Filinto Müller, 953
Bairro: DUQUE DE CAXIAS II CEP: 78.043-400
UF: MT Município: CUIABA
Telefone: (65)3616-4112 E-mail: cep@fmt.edu.br

ANEXO III – Declaração de infraestrutura



INSTITUTO
SUPERIOR
DE CONTABILIDADE
E ADMINISTRAÇÃO
DO PORTO

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, que na qualidade de responsável pelo IFMT – Campus Bela Vista, autorizo a realização da pesquisa intitulada “*O PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL – PNAES O caso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT Campus Cuiabá/Bela Vista*”, a ser conduzida sob responsabilidade do pesquisador **Reinaldo Silva Barbosa**. Declaro que esta instituição apresenta infraestrutura necessária à realização da referida pesquisa.

Cuiabá - MT, 02 de julho de 2018.



PROF. CAROLINA BALBINO GARCIA DOS SANTOS
DIRETORA GERAL SUBSTITUTA – IFMT/BELA VISTA
Carolina Balbino Garcia dos Santos
DIRETORA GERAL SUBSTITUTA
IFMT CAMPUS CUIABÁ - BELA VISTA
11h44:41 em 2 de julho de 2018

ANEXO IV – Termo de anuência da instituição

A SENHORA DIRETORA GERAL DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE MATO GROSSO – IFMT
CAMPUS CUIABÁ/BELA VISTA

TERMO DE ANUÊNCIA DA INSTITUIÇÃO

Eu, **REINALDO SILVA BARBOSA**, matrícula SIAPE N.º 1096320, aluno do Curso de *Mestrado em Assessoria de Administração*, do Instituto Politécnico do Porto/IPP – Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto/ISCAP, vêm através do presente, solicitar autorização para realização de pesquisa, coleta de dados, aplicação de questionários, realização de entrevistas, visitas in loco e levantamento de informações, para fins de desenvolvimento da dissertação do Mestrado, sob o título “O PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL – PNAES O caso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT Campus Cuiabá/Bela Vista.”, com o objetivo de analisar a trajetória da implementação da Política de Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, Campus Cuiabá/Bela Vista e sua relação com o PNAES. Esta pesquisa está sendo orientada pelo Prof.º Paulo Jorge Pinheiro Gonçalves.

Na certeza mais uma vez do atendimento, desde já agradecemos e colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Cuiabá, 16 de maio de 2018.



REINALDO SILVA BARBOSA
Pesquisador/ISCAP

De Acordo.



PROF.ª CAROLINA BALBINO GARCIA DOS SANTOS
DIRETORA GERAL SUBSTITUTA – IFMT/BELA VISTA

Carolina Balbino Garcia dos Santos
DIRETORA GERAL SUBSTITUTA
IFMT CAMPUS CUIABÁ - BELA VISTA
MATRÍCULA Nº. 2.131.26 DE 20 DE AGOSTO DE 2017

ANEXO V – Declaração de atendimento aos sujeitos da pesquisa, fatores de risco e critérios

P. PORTO INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO DO PORTO

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, que o atendimento dos sujeitos da pesquisa intitulada “**O PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL – PNAES O caso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT Campus Cuiabá/Bela Vista**”, será supervisionado pela psicóloga servidora Adriana Martins de Oliveira, durante aplicação do questionário.

Em relação aos **fatores de risco** desta pesquisa:

- ✓ Cansaço ou aborrecimento ao responder às perguntas;
- ✓ Possibilidade de constrangimento ao responder o questionário;
- ✓ Desconforto, alterações de autoestima provocadas pela evocação de memória;
- ✓ Medo, Estresse, Vergonha.

Em relação ao **atendimento dos sujeitos** desta pesquisa:

- ✓ As aplicações do questionário serão realizadas em sala de aula, terá o acompanhamento da Psicóloga Adriana, em caso de necessidade, fará as intervenções necessárias para que os sujeitos não sofram nenhum tipo de danos físicos, morais, intelectuais, espirituais, emocionais decorrentes da realização desta pesquisa.

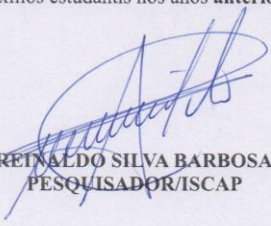
Em relação aos **critérios inclusão** dos sujeitos de pesquisa:

- a) Ter idade **acima de 14** (quatorze anos);
- b) É aluno (a) **matriculado em situação regular** no Campus Cuiabá/Bela Vista nos **Cursos Médio Técnicos e Superiores**;
- c) **Recebe bolsa auxílio estudantil** (monitoria, transporte, alimentação, entre outros);
- d) Estar recebendo/recebeu bolsa auxílio estudantil nos anos **2016/2017/2018**.

Em relação aos **critérios de exclusão** dos sujeitos de pesquisa:

- a) Ter idade **abaixo de 13** (treze anos);
- b) Estar **infrequente** no Cursos médios Técnicos e Superiores;
- c) **Não recebeu/Recebe** nenhum tipo de Bolsa Auxílio Estudantil;
- d) Recebeu Bolsas Auxílios estudantis nos anos **anteriores à 2015**.

Cuiabá-MT, 13 de agosto de 2018.


REINALDO SILVA BARBOSA
PESQUISADOR/ISCAP

ANEXO VI – Declaração da psicóloga do IFMT – *Campus Cuiabá/Bela Vista*



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO – IFMT
Av. Senador Filinto Müller, nº 953, Bairro Duque de Caxias II - CEP: 78043-400 - Cuiabá/MT
Tel.: (65) 3616-4109 E-mail: audin@ifmt.edu.br

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, que caso seja necessário, irei dar suporte para a realização da pesquisa intitulada: “*O PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL – PNAES O caso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT Campus Cuiabá/Bela Vista*”, sob responsabilidade de Reinaldo Silva Barbosa (Pesquisador Responsável).

Em relação aos **riscos** desta pesquisa:

- ✓ Cansaço ou aborrecimento ao responder às perguntas;
- ✓ Possibilidade de constrangimento ao responder o questionário;
- ✓ Desconforto, alterações de autoestima provocadas pela evocação de memória;
- ✓ Medo, Estresse, Vergonha.

Em relação ao **atendimento dos sujeitos** desta pesquisa:

- ✓ Acompanharei a aplicação dos questionários, que serão realizados em sala de aula, em caso de necessidade, farei as intervenções necessárias para que os sujeitos não sofram nenhum tipo de danos físicos, morais, intelectuais, espirituais, emocionais decorrentes da realização desta pesquisa.

Cuiabá – MT, 13 de agosto de 2018.

Psicóloga
Adriana Martins de Oliveira

Adriana Martins de Oliveira
Psicóloga - CRP/MT 2299
IFMT Campus Cuiabá - Bela Vista
Matrícula: 2151134

Apêndice I – Questionário aplicado

Questionário Aplicado no Projeto:

" O PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL –
PNAES



INSTITUTO
SUPERIOR
DE CONTABILIDADE
E ADMINISTRAÇÃO
DO PORTO

O caso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de
Mato Grosso – IFMT *Campus* Cuiabá/Bela Vista”

Orientador: Prof.º Dr. Paulo Jorge Pinheiro Gonçalves

Orientando: Reinaldo Silva Barbosa

Prezado (a) Colega,

Sou aluno do Curso de Mestrado do Instituto de Contabilidade e Administração do Porto e encontro-me em fase de elaboração da dissertação, escolhi o IFMT- *Campus* Cuiabá como objeto de estudo sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAE.

Portanto, você está sendo **convidado** a participar desta pesquisa, necessito de sua participação respondendo este questionário para que eu possa realizar análise da trajetória da implementação da Política de Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, *Campus* Cuiabá/Bela Vista e sua relação com o PNAES.

Se caso, não quiser responder o questionário, sinta-se absolutamente à vontade em deixar de participar da pesquisa a qualquer momento, sem ter que apresentar qualquer justificativa, e ao decidir deixar de participar da pesquisa você não terá qualquer prejuízo.

Certamente, a sua contribuição será fundamental para a realização da pesquisa e comprometo-me a manter a integridade dos dados, bem como o sigilo das informações. Certo de sua colaboração, agradeço antecipadamente.

Reinaldo Silva Barbosa

Pesquisador/ISCAP

- Auxilio pedagógico Auxilio Viagens
 Outro _____ Não quero responder.

12. Durante quanto tempo você recebe o(s) auxílio(s) do Programa?

- É a primeira vez (2017)
 É o segundo ano (recebi em 2016 também)
 É o terceiro ano (recebi em 2015, 2016 e 2017)
 Não quero responder.

13. Como você utiliza os valores dos auxílios recebidos? (Marcar em ordem de prioridade, de 1 para mais utilizado a 5 para não utilizado).

- Gasto com transporte para vir para o *Campus*
 Gasto com alimentação
 Gasto com a compra de materiais escolares –
 Ajudo nas despesas da minha casa
 Outros gastos
 Não quero responder.

14. De modo geral você considera o processo atual de seleção dos alunos para recebimento dos auxílios do Programa de Assistência Estudantil:

- Muito justo Justo
 Nem justo, nem injusto Injusto
 Muito Injusto Não quero responder.

15. Em relação à transparência do processo de seleção dos alunos para recebimento dos auxílios do Programa de Assistência Estudantil, você considera:

- Muito transparente Transparente

- Nem transparente, nem sem transparência Sem transparência
 Muito sem transparência Não quero responder.

16. Em relação ao processo de seleção do Programa de Auxílios da Assistência Estudantil, hoje feito por meio de edital, você está:

- Muito satisfeito Insatisfeito
 Indiferente satisfeito
 Muito satisfeito Não quero responder.

17. Em relação à divulgação dos editais de seleção (informações no site, murais do *Campus*, comissão responsável) você está:

- Muito satisfeito Insatisfeito
 Indiferente Satisfeito
 Muito satisfeito Não quero responder

18. Em relação ao período de inscrição (tempo disponível) você está:

- Muito insatisfeito Insatisfeito
 Indiferente Satisfeito
 Muito satisfeito Não quero responder.

19. O preenchimento do questionário socioeconômico atualmente é feito manualmente (impresso, preenchido e entregue pelo aluno junto com a documentação), isso gera uma morosidade (demora) no processo de seleção. Em relação a essa afirmativa, você:

- Concorda totalmente Concorda parcialmente
 Não concorda nem discorda Discorda parcialmente
 Discorda totalmente Não quero responder.

20. A seleção é realizada em duas etapas. Na primeira etapa “avaliação socioeconômica, constando análise dos documentos exigidos, a fim de comprovação de necessidade do auxílio

por parte do aluno” (item ...do edital). Você considera esse procedimento:

- Muito importante para comprovação e seleção
- Importante para comprovação e seleção
- Nem importante/nem sem importância para comprovação e seleção
- Sem importância para comprovação e seleção
- Nada importante para comprovação e seleção
- Não quero responder.

21. A segunda etapa “entrevista com o aluno, a ser realizada pela Assistente Social do Campus, a fim de verificar as condições socioeconômicas (item ...do edital). Você considera:

- Muito importante
- Importante
- Nem importante/nem sem importância
- Pouco importante
- Sem nenhuma importância
- Não quero responder.

22. A ausência de um sistema informatizado contribui para a morosidade da seleção e dificulta o acompanhamento da frequência mensal dos alunos para o pagamento dos auxílios. Em relação a essa afirmativa, você:

- Concorda totalmente
- Concorda parcialmente
- Não concorda nem discorda
- Discorda parcialmente
- Discorda totalmente
- Não quero responder.

23. Os valores concedidos no Programa de Assistência Estudantil estão subdivididos alguns tipos de auxílios. Você considera essa divisão:

- Muito necessária
- Necessária
- Pouco necessária
- Nem necessária/nem desnecessária
- Pouco necessária
- Desnecessária
- Não quero responder.

- () Custeio de viagens para participação em eventos de ensino, pesquisa e extensão e culturais
- () Seguro de vida
- () Outros _____.

28. Em relação à afirmativa: “O Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES contribui para a promoção da inclusão social pela educação”. Você:

- () Concorda totalmente
- () Concorda parcialmente
- () Não concorda nem discorda
- () Discorda parcialmente
- () Discorda totalmente
- () Não quero responder.

29. Em, no máximo 6 linhas, fale o que você considera negativo na execução/funcionamento do programa? E o que você mudaria? Sugestões

30. Em, no máximo 6 linhas, fale sobre a relevância, ou não, do Programa.

Apêndice II – Guião de entrevista

Roteiro de Entrevista

Instituição: IFMT- <i>Campus</i> Cuiabá/Bela Vista	
Entrevistado:	Formação:
Telefone:	Cargo:
Local da Entrevista:	Duração da Entrevista:

- 1) Gostaria que me falasse acerca das atividades desenvolvidas do NAE no IFMT- *Campus* Cuiabá/Bela Vista.
- 2) No seu ponto de vista, os fatores considerados na concessão de auxílio estudantil são efetivos para permanência do aluno(a) no IFMT- *Campus* Cuiabá?
- 3) Em relação à afirmativa: “O Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES contribui para a promoção da inclusão social pela educação. É válido? Porquê?
- 4) Quais pontos fortes e fracos do PNAES dentro do IFMT- *Campus* Cuiabá/Bela Vista?
- 5) Gostaria de comentar qualquer outro fato que julgue interessante, em relação as bolsas de auxílios estudantis.

Apêndice III – Termo de Consentimento Livre (TCLE)



INSTITUTO
SUPERIOR
DE CONTABILIDADE
E ADMINISTRAÇÃO
DO PORTO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Aprovado pelo CEP/IFMT sob protocolo de pesquisa n.º **2.881.098**

O Sr. (a) está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa **“O PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL – PNAES O caso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT Campus Cuiabá/Bela Vista.”**.

Neste estudo pretendemos identificar e analisar a implementação da Política de Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, *Campus Cuiabá/Bela Vista*, com o intuito de verificar se se tal política vem se firmando como um direito do aluno, possibilitando que este conclua seus estudos, além de identificar potencialidades e limites dessa importante ferramenta de inclusão social.

Portanto, a presente pesquisa não apresenta nenhum risco direto ou danos físicos ou psicológico aos entrevistados, com exceção de possíveis riscos mínimos, como constrangimentos, desconforto ou incômodo em responder algumas perguntas.

Se concordar em participar da pesquisa, você terá que responder algumas perguntas, cujas respostas serão analisadas, interpretadas e os dados obtidos serão expostos na forma de Dissertação de Mestrado e apresentada ao programa de Mestrado em Assessoria de Administração, do Instituto Politécnico do Porto/IPP – Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto/ISCAP – Portugal.

No entanto, ao responder determinado questionamento e caso este lhe cause alguma sensação de incômodo ou ainda lhe provocar alguma memória que lhe cause um estado emocional desconfortante, você poderá solicitar a interrupção do questionário.

O motivo que nos leva a estudar o referido tema, é a importância e atuação dos Institutos Federais no Brasil, tendo em vista que o marketing educacional pode ser usado

como uma ferramenta na intenção do candidato, durante o processo/permanência da escolha do curso de nível superior no IFMT- *Campus* Cuiabá.

Os benefícios para os participantes será poder contribuir para esta pesquisa, ao conhecer o Marketing Educacional e as estratégias utilizadas podemos elevar o número de ingressantes e concluintes com o ensino de qualidade.

Para participar desta pesquisa você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Você será esclarecido (a) sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido pelo pesquisador.

Sua identidade será tratada com padrões profissionais de sigilo. Os resultados do estudo serão sempre apresentados como a representação de um grupo e não de uma pessoa. Somente o entrevistador e o professor orientador deste terão acesso ao registro para análise dos dados. Os dados obtidos serão divulgados dentro da instituição, mediante relevância do trabalho poderá ser apresentado em congressos na área de estudo, observando sempre a não identificação dos participantes. Da mesma forma, os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma via será arquivada pelo pesquisador responsável, no Curso de Mestrado em Assessoria de Administração do ISCAP/IPP e a outra será fornecida a você. Do mesmo modo informamos que é **OBRIGATÓRIA** a rubrica do participante e do pesquisador em todas as páginas do TCLE.

Este estudo foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal de Mato Grosso, que poderá ser contatado em caso de dúvidas éticas no endereço Av. Senador Filinto Muller, 953 – Duque de Caxias – Cuiabá – MT, CEP 78043-400, E-mail: cep@ifmt.edu.br

A pesquisadora responsável por este estudo poderá fornecer qualquer esclarecimento sobre o estudo, assim como tirar dúvidas, bastando contato conforme dados abaixo especificados:

DADOS DO PESQUISADOR:

Pesquisador Responsável: Reinaldo Silva Barbosa

Endereço: Av. Santa Cruz nº 78 – Cond. Villagio d'Itália, Quadra 01 – Casa 09 – Bairro: Santa Cruz Cep: 78077-000.

Fone: (65) 9.9985-7171

E-mail: reinaldo.barbosa@blv.ifmt.edu.br

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE, APÓS ESCLARECIMENTO

Confirmo que li e/ou ouvi as informações sobre a pesquisa e que recebi as respostas às minhas dúvidas. Compreendo que sou livre para me retirar do estudo em qualquer momento, sem perda de benefícios ou qualquer outra penalidade e que meu nome não será divulgado. Confirmo também que recebi uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Dou meu consentimento de livre e espontânea vontade para participar deste estudo.

Data: ____/____/2018

Nome do Participante: _____

Assinatura do participante

Reinaldo Silva Barbosa
Pesquisador

Apêndice IV – Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE)

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TALE

Aprovado pelo CEP/IFMT sob protocolo de pesquisa nº2.881.098

Você está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa “**O PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL – PNAES O caso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT Campus Cuiabá/Bela Vista.**”

Na qual tem por objetivo identificar e analisar a implementação da Política de Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, *Campus Cuiabá/Bela Vista*, com o intuito de verificar se se tal política vem se firmando como um direito do aluno, possibilitando que este conclua seus estudos, além de identificar potencialidades e limites dessa importante ferramenta de inclusão social.

O motivo que nos leva a estudar o PNAES no IFMT-*Campus Cuiabá/Bela Vista*, é por acreditar que a assistência social tem sido um dos elementos essenciais na manutenção dos alunos na instituição.

Para este estudo adotaremos os seguintes procedimentos, aplicaremos um questionário com questões relativas a importância das bolsas de auxílios estudantis recebidas. No entanto, ao responder determinado questionamento e caso este lhe cause alguma sensação de incômodo ou ainda lhe provocar alguma memória que lhe cause um estado emocional desconfortante, você poderá solicitar a interrupção do questionário teremos a presença da psicóloga, caso necessite de atendimento.

O motivo deste convite é que você se enquadra **nos seguintes critérios de inclusão:**

- a) Ter idade, acima de 14 (quatorze anos).
- b) É aluno (a) **matriculado em situação regular** no *Campus Cuiabá/Bela Vista* nos Cursos de Ensino Médio Técnicos e o Superiores;
- c) **Recebe bolsa auxílio estudantil** (monitoria, transporte, alimentação, entre outros);
- d) Estar recebendo/recebeu bolsa auxílio estudantil nos anos **2016/2017/2018.**

Você poderá deixar de participar da **pesquisa se os critérios acima não forem contemplados.**

Para participar deste estudo, o responsável por você deverá autorizar e assinar um termo de consentimento. Você não terá nenhum custo para participar deste estudo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Você será esclarecido (a) sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar.

O responsável por você poderá retirar o consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido pelo pesquisador responsável.

O pesquisador responsável irá tratar a sua identidade com sigilo e privacidade. O questionário, não terá seus dados pessoais (Nomes, C.P.F, R.G, Endereço, etc.). Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada.

Este termo de assentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável, no IFMT- *Campus* Cuiabá/Bela Vista e a outra será fornecida a você.

Caso haja danos decorrentes dos riscos desta pesquisa, o pesquisador assumirá a responsabilidade pelo ressarcimento e pela indenização.

Eu, _____, portador do CPF _____, nascido (a) em ____/____/_____, residente no endereço _____, na cidade de _____, Estado _____, podendo ser contatado (a) pelo número telefônico () _____ fui informado (a) dos objetivos da pesquisa sobre **“O PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL – PNAES: O caso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT *Campus* Cuiabá/Bela Vista”**, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar. Tendo o termo de consentimento do meu responsável já sido assinado, declaro que concordo em participar desse estudo e que recebi uma via deste Termo de Assentimento Livre e Esclarecido.

Cuiabá - MT, _____ de _____ de _____.

_____ Nome do responsável pelo menor (Participante)	_____ Nome do menor (Participante)	_____ Assinatura do Pesquisador Responsável
---	---------------------------------------	---

Em caso de dúvidas quanto aos aspectos éticos deste estudo, você, ou os responsáveis por você, poderão consultar o:

- ✓ **Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal de Mato Grosso (CEP-IFMT)**, que poderá ser contatado em caso de dúvidas éticas no endereço Av. Senador Filinto Muller, 953 – Duque de Caxias – Cuiabá – MT, CEP 78043-400, E-mail: cep@ifmt.edu.br
- ✓ **Pesquisador Responsável:** Reinaldo Silva Barbosa Endereço: Av. Santa Cruz nº 78 – Cond. Villaggio d'Itália, Quadra 01 – Casa 09 – Bairro: Santa Cruz Cep: 78077-000. Fone: (65) 9.9985-7171 E-mail: reinaldo.barbosa@blv.ifmt.edu.br